Diário de Lisboa

Outubro 1977
Quarta-feira
19

ANO 57.º
N.º 19 484
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Bombistas em tribunal no dia 16 de Novembro

Requerida passagem do processo para o Tribunal Criminal de Lisboa

O 5.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa informou ontem, ao fim da tarde, que o julgamento dos implicados nos actos bombistas, previsto para hoje, tinha sido adiado para 16 de Novembro próximo, às 14 horas. Segundo um informador daquele Tribunal, o adiamento surgiu na sequência da substituição do seu presidente, coronel José Francisco Soares, pelo coronel Paiva Ribeiro, que quis estudar o processo argumentando que o desconhecia.

Regista-se que uma recente proposta, surgida no Conselho da Revolução e visando a amnistia dos chamados «autores morais» da rede, não foi considerada. Tal proposta teria como objectivo ilibar, entre outros, o major Mota Freitas.

Entretanto, algumas das vítimas dos atentados bombistas acabam de requerer ao 5.º TMT que envie o processo da rede bombista para o Tribunal Criminal de Lisboa, por considerarem ser este o tribunal competente para o julgamento dos réus.

No requerimento, enviado ao presidente do 5.º TMT, os assistentes nos autos, Maria José de Melo Ferreira, dr. Alberto Teixeira, de Sousa, eng. Alexandre Barros e Jorge Rodrigues, todos vítimas dos atentados bombistas, baseiam o seu requerimento no facto de a competência do Tribunal se determinar em função da pena aplicável ao crime mais grave, havendo nesse processo três atentados de que resultou a morte de pessoas: em S. Martinho de Campo, na Embaixada de Cuba, e na Avenida da Liberdade.

A cada um destes crimes de morte corresponde a pena máxima, prevista no Código Penal, de 24 anos de prisão, o que ultrapassa largamente a gravidade dos crimes contra a segurança do Estado e do uso de armas e explosivos, de que são também acusados os réus, devendo referir-se que os agentes dos crimes de morte, todos eles civis, se encontram portanto abrangidos pelos Art.ºs 466 e 471 do citado Código.

O crime mais grave é o atentado à Embaixada de Cuba que provocou a morte de dois dos seus funcionários, além de elevadíssimos danos materiais.

Estranha-se, de resto, que já depois de cometidos aqueles três atentados, as investigações tenham sido confiadas à Polícia Judiciária Militar, numa altura (Agosto de 1976) em que era a Polícia Judiciária civil que devia ter continuado as investigações que até aí vinha fazendo.

LEGALIDADE E CONSTITUIÇÃO EM CAUSA

Aprovada e promulgada a actual Constituição, há mais de um ano, os tribunais militares passaram a ter competência apenas para o julgamento de crimes essencialmente militares ou equiparados, e, quer no Código de Justiça Militar, quer na restante legislação entretanto publicada, por exigência da própria Constituição, não está prevista a hipótese de entregar aos Tribunais Militares o julgamento de processos por crimes de homicídio voluntário, premeditado, com utilização de explosivos, cuja autoria é atribuída exclusivamente a civis.

Por outro lado, e segundo os advogados dos queixosos Macedo Varela, Monteiro Taborda e Raul Castro, mesmo que entre os agentes dos crimes «houvesse qualquer militar, este teria que ser sempre julgado, por esses crimes, não essencialmente militares, nem equiparados, nos tribunais comuns».

No requerimento solicita-se, finalmente, com base no Art.º 56 do Código de Processo Penal, que é ao Tribunal Criminal da Comarca de Lisboa, que compete julgar a citada rede bombista.

Esta questão da passagem do processo da rede bombista para os tribunais comuns, reveste-se de grande importância, já que está em causa, o respeito integral da legalidade democrática, e, antes de mais, da própria Constituição.

O marechal Tito, tendo ao lado o general Ramalho Eanes, quando recebia ontem cumprimentos do ministro Henrique de Barros, um dos convivas do banquete no Palácio da Ajuda oferecido pelo Presidente português.

Tito recebeu cumprimentos em Queluz

O Presidente Tito recebeu esta manhã, no Palácio de Queluz, os cumprimentos dos chefes das missões diplomáticas acreditadas em Lisboa. Às 13 horas o Primeiro-Ministro Mário Soares ofereceu um almoço em honra do Presidente da República Socialista Federativa da Jugoslávia.

O programa oficial de hoje termina com as conversações entre o general Ramalho Eanes e o marechal Tito, cujo regresso à Jugoslávia está previsto para as 9 e 30 de amanhã.

(Mais notícias nas págs. 2 e 20)

O ex-ministro dos Estrangeiros em Belém

Medeiros Ferreira e Freitas do Amaral avistam-se com Eanes

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, cuja recente demissão se rodeou de bastante controvérsia, quer no seio do actual Governo quer mesmo no interior do Partido Socialista, foi ao fim da manhã de hoje recebido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes. A audiência foi convocada por iniciativa de Belém.

Entretanto, ao fim da tarde hoje, o general Ramalho Eanes recebe o presidente do CDS, Freitas do Amaral. Esta audiência, ao contrário da anterior, foi solicitada pelo dirigente «centrista», seguindo-se a importantes movimentações daquele partido na sequência do último discurso presidencial: reuniões do Grupo Parlamentar e do Conselho Nacional da JC, no último fim-de-semana, reunião do Secretariado e encontro de Freitas do Amaral com Mário Soares, na passada segunda-feira. Antecede ainda a próxima reunião da Comissão Política Nacional do CDS, marcada para os dias 22 e 23 deste mês.

NUMEROSAS PRISÕES, SUSPENSÃO DE JORNAIS

Vorster quer destruir a Oposição

O Governo sul-africano lançou uma vasta campanha contra a oposição às suas políticas raciais, detendo dirigentes da cidadela negra de Soweto e banindo 18 organizações políticas, incluíndo o Instituto Cristão Anti-«Apartheid». Há numerosas prisões.

Esta atitude do Governo de Vorster provocou protestos imediatos.

Helen Suzman, membro da Oposição no Parlamento, uma adversária do «Apartheid» desde há longo tempo, disse que as organizações negras passariam agora à clandestinidade e tornar-se-iam muito mais perigosas.

«Os pontos de vista que o Governo devia estudar caíram agora no silêncio. Apenas podemos chorar neste momento» — declarou.

O dr. Beyers Naude, director do agora banido Instituto Cristão afirmou por sua vez:

«Esta chocante acção não é mais do que outra prova de um Governo actuando em desespero num esforço inútil para conter a maré de mudanças significativas».

Acentuou que a proibição de 18 organizações anti-«Apartheid», incluindo a sua, agravaria seriamente a actual situação na África do Sul e «radicalizaria» os sentimentos dos negros.

Sobre a proibição imposta ao jornal negro «The World», o dr. Naude disse: «A acção sem precedentes de proibir um jornal da estatura de «The World» será indubitavelmente interpretada pela comunidade mundial como um ataque directo à liberdade de Imprensa e ao direito dos negros manifestarem as suas mais profundas convicções». O director do Sindicato dos Jornalistas Negros (UBJ), Joe Thloloe encontra-se detido.

«É um dia triste e terrível para a África do Sul. Apenas pode apressar o fim do actual regime».

O reverendo Sam Buti, presidente do Conselho de Igrejas sul-africano, disse que o Governo jamais quebraria o espírito do povo negro. E acrescentou: «É uma desgraça que o Governo tenha detido pessoas que desejam simplesmente tomar parte activa nos assuntos da sua comunidade. Lutam pelos seus direitos e nós apoiámo-las totalmente. É melhor que o Governo nos prenda a todos».

Fontes do Soweto declararam que pelo menos seis membros da «Comissão dos Dez», direcção efectiva das atitudes políticas daquele bairro negro, haviam sido presas esta manhã. Entre eles incluía-se o seu presidente, dr. Nthato Montlana.

O "19 DE OUTUBRO" 56 ANOS DEPOIS

"DL" publica hoje a 1.ª parte da reportagem retrospectiva sobre a NOITE SANGRENTA"

Destacável de 4 páginas

"Caso Delgado"

Foi entregue nota de culpa

(Pág.7)

Política de A a Z

O DIFÍCIL DISCURSO

O discurso do Presidente da República não foi o que a «direita» desejava. Um semanário que cultiva a convergência do conservadorismo sem pátria e do fascismo despudorado deu com quarenta e oito horas de antecedência tópicos do sentido geral do discurso e, do mesmo passo, corrigiu a pontaria. Na edição anterior visara, sem cerimónia, o Presidente da República. Na semana passada era patente a contensão do editorialista. Mas os inspiradores (e não só) do hebdomadário, os que num certo diário da manhã e numa caduca folha da tarde, são a «lâmpada» e, talvez, o combustível, vieram juntar-se aos senhores Sá Carneiro e Freitas do Amaral para nos advertirem que o discurso não se traduzirá na linguagem concreta dos factos.

Diz a CIP: «Esperar, como transparece claramente do discurso do sr. Presidente da República que a iniciativa no quadro que lhe foi fixado pela Assembleia da República, possa recuperar o País para o progresso, é, na opinião da CIP, uma declaração de princípios que só poderá tornar-se realidade se o acordo político proposto tiver a coragem de rever as regras do jogo económico recentemente estabelecidas».

Para Sá Carneiro e Freitas do Amaral, tácticos sem estratégia, o discurso do Presidente da República, pondo as cartas na mesa, remete-os para a insistência na manobra de «cerco». A manobra dos «centristas» e dos «sociais-democratas» não visa apenas «o poder» exercido pelo minoritário Partido Socialista, visa a violação da vontade popular impondo uma «convergência», ou uma «plataforma», contra a vontade política expressa no voto devidamente contabilizado em sucessivas operações eleitorais. Livremente se votou à «esquerda». Qual é, então, a autoridade democrática da «direita»?

E a pergunta é tanto mais pertinente quanto o discurso do general Ramalho Eanes foi muito além, nas suas implicações políticas, de uma confiança passiva a qualquer partido político ou de uma vinculação incrítica a qualquer maioria. O general Ramalho Eanes não se sente amarrado à qualidade e à heterogeneidade dos votos que o elegeram, considera-se o Presidente da República, de uma República para todos os portugueses, e o garante de uma Constituição que foi aprovada, que está em vigor, que deverá ser defendida.

Vem agora a CIP, medida e ponderada nos termos, impertinente e obstinados nas intenções, retorquir, comentando, ao Presidente da Republica: «Concretamente: restabelecer a confiança, obter acordos políticos e fomentar o entendimento entre os parceiros sociais são, sem dúvida, condições importantes mas não suficientes. O cerne do problema é o modelo ou sistema em que se inserem».

Recordamos uma frase do então general Carlos Fabião: «Clarinho, clarinho, que é para militar...» Passe a ironia. Mas, como tal, se comportam os senhores da CIP. Não se poderá exigir-se-lhes que sejam mais claros: «O cerne do problema é o modelo ou sistema...».

O «cerne do problema» é a Constituição, é a Democracia, o Socialismo, a construção de «um País novo», Abril, a liberdade sindical, a política em liberdade.

Eles continuam saudosos do proteccionismo corporativo, do monopolismo fomentado pela banca e apoiado pelo **Estado-de-classe**. Eles preferiram Marcelo a Salazar, porque Marcelo era ainda — e nunca seria outra coisa, fosse qual fosse a modernização de facto ou a abertura hipotética — «o poder-de-Estado-da classe».

E confrontando as ideias e os homens, os homens e as soluções, o cidadão António Ramalho Eanes acabará por compreender — acaso já terá compreendido — que o que lhe pedem é que tome a iniciativa de modificar o «modelo», de liquidar o «sistema». O cidadão António Ramalho Eanes, acabará por compreender — acaso já terá compreendido — que o seu discurso reflectido e claro, verdadeiramente o transcende e compromete. Defendendo a Constituição, o «modelo», o «sistema», «o direito de todos (os Portugueses) à esperança no futuro», é um acto de luta política democrática e de luta de classes que praticou na tribuna da Assembleia da República.

A defesa da Constituição da República afastará inevitavelmente o cidadão António Ramalho Eanes de certas falanges de eleitores que lhe deram um voto contra o «modelo», um voto contra o «sistema», não adivinhando que o sentido do dever nacional e constitucional poderia levar um homem de carácter, independentemente da sua formação e ideologia, a vincular-se a um texto e a um projecto histórico.

Tem razão Eduardo Prado Coelho quando, citando a lição de Laca, recorda que: «o sentido do que eu digo **e o outro que o diz**». É que, exactamente porque o dr. Francisco Sá Carneiro, presidente do PSD, recusou lugar na História ao discurso do Presidente, tudo leva a crer que esse discurso na História fique. Já é histórico hoje. É a mais de um título. Com grande sagacidade anotou Eduardo Prado Coelho: «as últimas semanas vieram mostrar que o tempo de credibilidade concedida pela Direita ao general Eanes se esgotava, e que era chegado o momento de atacar **de frente**».

Exacto. O ataque da «direita», da «direita» legal e da «direita» subversiva, dos «partidos» e dos «interesses», já começou. Tem-se intensificado. Irá intensificar-se. No alvo dos reaccionários está o Presidente da República. Com este seu discurso ele tornou-se um obstáculo para uma conquista fácil do «poder-de-Estado» contra a indicação política expressa pelo voto popular. Não se mostrou o candidato de um «sidonismo» sem imaginação. Não se mostrou disposto a ser um instrumento contra o «modelo», contra o «sistema».

«Discurso de esquerda»? Não iremos tão longe. Mas discurso que afastando (ou adiando) as soluções da «direita», talhou à «esquerda» um espaço político e lhe renovou uma função.

A **crise** deverá ser vencida. A Revolução deverá prosseguir. A Constituição deverá ser defendida. As esperanças de Abril, são esperanças portuguesas que o Presidente da República não quererá decepcionar.

E aqui temos a dificuldade do discurso: assumir as responsabilidades do Presidente e concretizar as esperanças dos cidadãos trabalhadores. Defender a Constituição, respeitar o «modelo», continkar a Revolução e seguir pela «esquerda».

LIBERDADE, JUSTIÇA E INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Identidade de pontos de vista salientada por Eanes e Tito

«Estímulo ao desenvolvimento harmonioso e cooperante das relações entre os nossos dois países, finalmente estabelecidas logo após a Revolução de Abril, quando foram derrubadas as barreiras que separavam Portugal de grande parte do Mundo» foi como o general Ramalho Eanes, classificou a visita do presidente Tito a Portugal, ao usar da palavra no decorrer do banquete que ontem ofereceu em honra do chefe do Estado Jugoslavo.

Eanes começara por saudar o marechal Tito «como um exemplo vivo e actual da luta constante pela independência e pela soberania das Nações, num mundo em que os «grandes poderes» e alguns Estados ainda procuram sobrepôr-se aos interesses e aos valores genuínos dos povos dos pequenos países.»

«Pela nossa parte — continuou o Presidente da República Portuguesa — atribuímos a maior importância ao reforço das relações entre a Jugoslávia e Portugal, cuja amizade e cooperação constituem um exemplo muito positivo da forma como se deve desenvolver o convívio entre Estados de regimes diferentes, em igualdade, com respeito integral pelas opções de cada um, pelo direito a progredir segundo a sua própria via, sem ingerências e como sentido de verdadeira independência. É também a defesa destes vectores nas relações internacionais, conduzida por Vossa Excelência nos últimos 40 anos, que confere à Jugoslávia e ao seu presidente, marechal Josip Broz Tito, uma indiscutível projecção mundial.»

«DÉTENTE»

Depois de referir que as comemorações, este ano, dos jubileus do marechal Tito, transcendem e ultrapassam em significado as fronteiras da Jugoslávia, o Presidente Ramalho Eanes sublinhou que, para além deste facto, «Belgrado é actualmente como que a capital de todos os europeus, estando ali em discussão os grandes problemas que afectam o futuro do nosso continente», sublinhando a propósito, «a identidade das posições assumidas pela Jugoslávia e Portugal na Conferência de Segurança e Cooperação na Europa».

Exprimindo o seu desejo de que a Conferência de Belgrado «constitua um passo importante no caminho do desanuviamento e da sua condicionante principal — o desarmamento», o general Ramalho Eanes lembrou que, «se nos afirmamos empenhados no desenvolvimento do diálogo e da aproximação entre todos os países da Europa, temos o dever e o direito de tudo fazer para que ele não seja um diálogo travado em condições desiguais» mas «por outro lado, se dizemos sim à «détente» e se vivamente lutamos por ela, não estamos dispostos a negociar o destino livre e autêntico dos nossos povos, a sua dignidade, cultura, livre expressão e progresso, perante a garantia precária de uma paz armada». Eanes admitiu no entanto que «os esforços que desenvolvemos no sentido da aplicação integral das disposições da Acta Final de Helsínquia começam a dar os seus frutos que, modestos embora, nos encorajam a prosseguir na via de um entendimento real».

INDEPENDÊNCIA

Noutra passagem do seu importante discurso, o general Ramalho Eanes salientou que Portugal e a Jugoslávia, têm, entre outros, dois factores de aproximação fundamentais: «uma grande capacidade de comunicação e entendimento com todos os povos do Mundo e uma aguda consciência do mais puro conceito de Pátria». E concretizou: «O primeiro destes factores é visível entre nós, pela predisposição humanista concretizada na disseminação da língua portuguesa em todos os continentes. E entre vós pela dinamização imprimida à congregação dos legítimos interesses dos povos privados ainda do usufruto pleno da Liberdade e da Justiça. Esse conceito de Liberdade e Justiça devem abranger não só a independência política, mas também relações económicas internacionais que eliminem o abismo entre países ricos e países pobres. Por isso acompanhamos com interesse os esforços desenvolvidos e o diálogo encetado, quer na chamada conferência Norte-Sul, quer no seio de diversas organizações internacionais, no sentido de um desenvolvimento harmonioso da economia mundial, em que cesse a exploração injusta dos países menos desenvolvidos».

A terminar, Ramalho Eanes afirmou: «Este país que hoje vos recebe de braços abertos e consciente do valor histórico da vossa presença aqui, registou há pouco, na sua História de séculos, um facto de relevância mundial — ao alcançar a sua própria liberdade, restituia a outros povos a decisão do seu destino. Não é esta a primeira vez que os portugueses alteram a carta do mundo. Se algum interesse os moveu, foi o da Liberdade e o da recuperação do seu justo lugar na comunidade internacional. Pagamos, agora, um elevado preço de austeridade e reconstrução. Não queremos mendigar Justiça e não temos um conceito dogmático de solidariedade internacional. Somos apenas um povo que regressa ao Mundo de onde veio».

O DISCURSO DO PRESIDENTE TITO

O discurso do Presidente Tito em resposta ao de Ramalho Eanes exprimiu dois factores principais: uma evidente simpatia e apreço pelo nosso País e pelo seu processo de democratização e uma análise muito profunda da situação internacional e dos complexos problemas do desanuviamento internacional.

Depois de afirmar que a Jugoslávia acompanha com grande interesse a evolução do processo português e de exprimir a sua satisfação pelos importantes resultados obtidos no domínio da cooperação mútua baseada nos princípios de igualdade e não ingerência nos assuntos internos e no respeito inalienável de qualquer país decidir livremente o seu destino e a sua orientação política externa, o presidente jugoslavo salientou o grande contributo dado pelo Portugal democrático ao processo de descolonização.

Destacando que «uma ordem económica internacional mais justa só pode ser estabelecida através de longas negociações levadas a cabo entre os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento no quadro da Organização das Nações Unidas», Tito insistiu na necessidade de eliminar definitivamente das relações internacionais o anacronismo sempre presente na

Os presidentes Eanes e Tito proferiram ontem dois importantes discursos durante um banquete oficial que decorreu no Palácio da Ajuda. O reforço das teses de Helsínquia e a esperança nos resultados da reunião de Belgrado foram dois aspectos em destaque nas intervenções presidenciais

África Austral e noutros países e de alcançar mais rapidamente uma solução justa para a crise do Médio Oriente. E acrescentou:

«As relações internacionais actuais são muito complexas e comportam múltiplos perigos para a paz e a segurança. Esta situação exige que todos os países qualquer que seja a sua dimensão e a sua opção se empenhem — através de longas negociações — na eliminação de dificuldades e na abertura de possibilidades sempre novas para uma cooperação cada vez maior num clima de confiança e de respeito mútuo. Inspirando-se nestes objectivos os nossos dois países cooperam intimamente no plano internacional, nomeadamente para a criação de melhores relações na Europa. É esta precisamente a finalidade da reunião de Belgrado que decorre no seguimento da CSCE. Acreditamos que, nos homens do Estado o sentido da responsabilidade prevalecerá sobre os interesses mesquinhos dos blocos e que a tomada de consciência do facto da confiança mútua ser um factor de segurança, prevalecerá sobre as teses tendentes a defender que a segurança só pode ser estabelecida pela força das armas.

Noticiário breve

CONSELHO DE MINISTROS

Está reunido em S. Bento o Conselho de Ministros. Assiste o ministro da República para os Açores, general Galvão de Figueiredo, que para o efeito se deslocou a Lisboa. A agenda de trabalhos não foi revelada.

NATO

O secretário-geral da NATO, Joseph Luns, visitará Portugal entre 8 e 10 de Novembro a convite do Governo Português. Durante a sua estadia em Lisboa, Luns assistirá a parte dos trabalhos da Conferência Internacional sobre a Transferência de Tecnologia nos países industrializados, a qual decorre de 7 a 11 de Novembro no Estoril sob os auspícios do Comité Científico da NATO.

PORTUGAL-CHILE

A secção de Paris do PS, em comunicado ontem divulgado, manifesta o «seu apoio entusiástico ao corte de relações diplomáticas com a Junta Militar fascista chilena, que o nosso Governo socialista prepara». Segundo aquele comunicado o corte de relações terá «impacto enorme no sentido de enfraquecer e contribuir para a queda do Governo criminoso de Pinochet».

FEPU

A FEPU do concelho da Moita efectua no próximo dia 22 um plenário para análise e discussão da actividade dos órgãos autárquicos daquele município da margem Sul.

MDP/CDE

Com a presença de grande número de activistas e simpatizantes do MDP do concelho de Sintra realizou-se no passado dia 14 um plenário concelhio onde foram analisadas as actividades e perspectivadas as formas de intervenção política que a actual situação implica.

PS

O prof. Henrique de Barros preside à sessão inaugural do I Encontro de quadros da zona de intervenção da Reforma Agrária que o PS promove em Montemor-o-Novo entre 22 e 23 deste mês.

DIA DAS COMUNIDADES

A Secretaria de Estado da Comunicação Social acaba de editar uma brochura com os discursos proferidos na cidade da Guarda durante as comemorações, este ano, do Dia das Comunidades.

AMÉRICO TOMÁS

Segundo a Imprensa matutina, o ex-presidente da República sob o regime fascista, Américo Tomás, está a escrever um livro sobre acontecimentos políticos em Portugal ocorridos entre o golpe de 1926 e a Revolução de 1974.

TEM BOM GOSTO?

Visite a nossa exposição de mobiliário de vários estilos, jogos de maples, lustres, candeeiros, biblots, quadros a óleo e grande variedade de artigos decorativos

Galeria Actual – Móveis e Decorações

AVENIDA DA REPÚBLICA, 12 (JUNTO SALDANHA)

★ OS BENTOS ★

post-scriptum

Relembrar Branco Rodrigues

Na passagem do 51.º aniversário da morte de José Cândido Branco Rodrigues, é oportuno recordar a figura desse grande homem que dedicou a maior parte da sua vida em prol da educação e formação profissional dos cegos em Portugal. Sobretudo agora que a sua obra está praticamente destruída, com a extinção da Escola (o Instituto de Cegos Branco Rodrigues) por ele fundada.

Apesar desse crime, desse erro irreparável, os alunos de Branco Rodrigues ficarão para sempre vinculados à escola, à qual devem tudo o que sabem e o que são hoje na vida.

Por isso, a minha singela homenagem a esse homem, que sempre se norteou pelo lema «Dai trabalho aos cegos e não esmola»!

Mário Jorge G. Estêvão
__AJUDA

Porquê tanta demora?

Nasci em Moçâmedes, em 5 de Setembro de 1959, onde fiz o Ciclo Preparatório, com bom aproveitamento, e onde frequentei o ano seguinte. Sou órfão de pai e tenho hoje 18 anos de idade.

Vi-me obrigado a deixar Angola e cheguei a Olhão sem outros auxílios que os meus dois braços e a minha modesta cultura e mediana inteligência, mas com um veemente desejo de vencer a adversidade.

Assim, querendo legalizar a minha situação, recenseei-me em Olhão, junto das autoridades competentes, sob o número individual 241/00, em 29/11/76.

Encontro-me desde há tempo empregado com funções abaixo das minhas possibilidades, é certo, mas que me dão para viver.

Como é natural, procurei uma companheira, que materializa hoje o ideal com que sempre sonhei, pelo que me dirigi ao Registo Civil nesta vila, procurando tratar dos documentos para contrair matrimónio. Aí foram-me postos vários obstáculos de ordem burocrática que procurei resolver. Mas sempre me apresentaram várias evasivas e dificuldades.

Passaram-se onze meses. O inevitável deu-se e hoje vivo maritalmente com essa companheira __ que me deu já um filho.

Dirigi-me mais uma vez ao Registo Civil local cuja chefe me informou que a minha «papelada» se encontrava na Conservatória dos Registos Centrais, em Lisboa.

Agora, são já decorridos quinze a vinte meses (nem me lembro ao certo) que ando nisto.

Porquê tanta demora? Porquê tantos obstáculos à legalização da minha situação de facto?

Não sou rico, é certo. Mas não sou nenhum marginal. Será que a minha qualidade de «retornado» (e retornado pobre) suscita contra mim, por quem de direito, mas vontades ou, pelo menos, indiferença pelos meus direitos (incluindo os humanos)?

Fernando V.F. Rodrigues
__OLHÃO

DE-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 36 87 40

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

Lisboa cor de laranja (amarga)

ISABEL DA NÓBREGA

Valha-me S. Vicente!

Isto foi apenas um grito de alma. Não tencionava sequer escrever uma carta ao santo padroeiro da minha cidade expondo-lhe as diárias, dolorosas, surpresas que nos esperam ao virar das esquinas e umbrais porque previa que iria remeter-me, e bem, para quem aceitou tomar a seu cargo estas concretas coisas da urbe (a Câmara Municipal de Lisboa, através dos respectivos serviços), exortando-me de caminho a usar das prerrogativas que a consciência e a responsabilidade de munícipe me dão. Afinal aconteceu pior: deixei-me arrebatar e fui ter com ele.

Imaginem a cena: «Lamento, senhora, mas esses paternalismos acabaram. Então milagres, nem pensar! Mexam-se vocês, agora têm possibilidades de protestar, protestem! Exponham as razões, provem-nas boas, documentem-nas, puxem pelo braço de quem detenha directo poder de intervenção, e, antevejo resultados positivos, correspondendo às vossas puras intenções».

Ouço-me ainda nitidamente a interrompê-lo: _ Pois, meu Santo, mas desconheces por completo certo monstro chamado Burocracia, aterrador labirinto _ e é natural, porque estas coisas de monstros e de labirintos são mais com a mitologia, não pertencem ao teu «habitat». Ia dizendo: inextricável labirinto e ao mesmo tempo o monstro que o habita, espécie de hidra inerte e inamovível. Claro, há-os com nobres animais, Arianas e fios-de-Ariana, e nesses as histórias acabam bem, mas, justamente, **esses** não se chamam Burocracia...

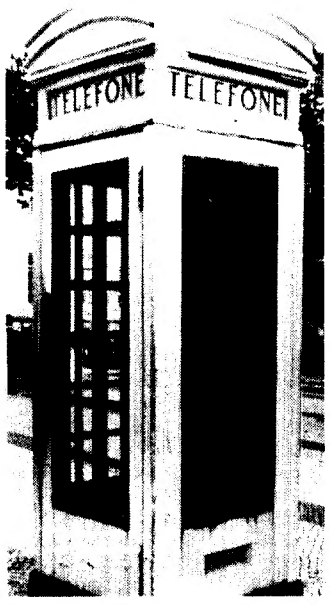
S. Vicente parecia pouco interessado na minha fala e ia mexendo numas fichas. De repente exclamou: «Ah, cá está, Rua das Portas de Santo Antão. O mais que posso é dar uma palavrinha a Santo Antão, que de monstros sabe ele. Entretanto, senhora, não esmoreças. E lá pela tua freguesia, a de Santa Isabel?» _ Ora, fortemente ameaçada pelo que se passa ao lado, em Campo de Ourique... Mas essa é a freguesia de origem, presentemente movo-me entre a de Santos e a de Santa Catarina. «Curioso...» murmurou ele, baixando os olhos. Não percebi mas não me importei. _ Nessas, por acaso, os estragos não são de monta... _ continuei, febril. Ele atalhou: «Eu conheço o teu amor pela Cidade, além de que tenho aí uns recortes, antigos e recentes. Sentes para com ela como um dever de protecção, não é assim? Pois persevera e expõe publicamente o novo assunto.»

Deixou de me fitar, dera por terminada a reunião. Quando me retirei alisava pensativamente as penas de um dos corvos que viera pousar-lhe no braço. A atitude recordava-me qualquer coisa já vista, não me lembro onde, de qualquer modo um gesto fruto de preocupação, de concentração, de nostalgia.

Aliso neste momento as folhas do papel, acerto-as sobre o tampo da secretária, ganho tempo para virar o queixume do avesso e crio balanço para o transformar em alegre recado, nítida chamada de atenção, visando alcançar muitos ouvidos e bons-sensos. Também, quem sabe, anulação de despachos, decretos _ e revisões de consciência... estética.

Creio não exagerar. S. Vicente animou-me, não foi? Pelo sim, pelo não, antes de exsão medonha. Aos cantos da praça (tão harmoniosa!) erguiam-se uns blocos cor-de-laranja intenso, grosseiro, brutal, objectos que nunca ali vira antes. Vencido o assombro reconheci as cabinas telefónicas que há muito lá prestam serviço. Cobertas então com uma película de tom cinzento-prateado, **elas não se viam**. E se na zona não se soubera destinar-lhes outro lugar, paciência, o seu volume era pelo menos atenuado, dissolvia-se discretamente no quadro geral.

Bem, tamanho o susto que precisei de me tranquilizar. Optimista, concluí que **aquilo** era uma espécie de zarcão à espera de completa secagem para suportar a camada final certamente tão discreta como a anterior.



por o assunto pronuncio outro nome. Convoco o José-Augusto França. Nisto de «medi estética, nisto de defesa da Cidade expressa em sobressaltos horrorizados (ex.: edifício do Conde-Barão), ou em propostas concretas (ex.: a cor do Terreiro do Paço) tenho-me sentido sua irmã. Ora irmãs somos sempre de menos. Perdemo-los, ganhamo-los, mas somos sempre poucos. Então pego na pena e ponho um rugido por extenso: __ Chegue cá, José Augusto França! Fique aqui presente enquanto digo estas coisas!

E começo. Há semanas seguia pela Rua de S. Paulo quando, ao chegar ao Largo, fui barbaramente agredida. Fiquei por segundos impedida de andar, de sequer mover a cabeça. Imobilizava-me uma vi-

Mas qual, como o decorrer das semanas o que aconteceu foi a descoberta, hoje neste bairro, amanhã naquele, dos horrendos objectos laranja que dificilmente qualifico de cabinas, antes se me afiguram elementos maléficos, com origem em planetas desconhecidos. Garanto-vos, têm uma carga ameaçadora. De qualquer maneira **a Cidade já está a ser agradida por eles.** (Ontem no Largo do Carmo ainda vislumbrei duas cabinas transparentes. Receio lá passar amanhã).

Que fazer então? Certo que as agressões a esta «Alis Bubbo», outrora «doce cidade», «enseada amena», são, há decénios, de toda a ordem e brutais, na arquitectura, no meio ambiente, ultimamente também na pintura e decoração dos pequenos restaurantes de bairro (que hoje já aqui não cabem, ficam para a próxima). Mas retomando as cabinas: provocam-nos a impressão de que se calculou mal e sobejou tinta destinada aos novos autocarros. Para a aproveitar adicionou-se às sobras ainda mais corante, e vá de pincelar a torto e a direito, sem discriminação... Porque a verdade é que não são só as cabinas. Nem só em Lisboa. Um pouco por toda a parte e quando menos o esperamos, zás! _ fere-nos a vista. Bordejando os lugarejos do País, ele são **capots** de carrinha, flancos de camioneta, tejadilhos de automóvel, ele são os marcos na estrada nacional Lisboa-Porto anunciando o telefone-socorro a 300 metros. (Mas onde o socorro para o desastre laranja, a obsessão?!)

E dou por mim desgostosa, enraivecida, eu que até gosto do laranja! _ aquele um pouco travado, o da tangerina. Mas tem de ser «preservado» com muito branco, catadupas de branco em redor, senão fica estúpido, vai-se-lhe a frescura e a adstringência, qualidades que nele substituem o espírito que não tem. (Agora sim, divago, entre segredos, harmonias, pulsões, tensões de cores. Desculpai.)

Mas ó José-Augusto França, quando me lembro que ouvi um dia a Maria Helena Vieira da Silva indignada com o amarelo de certas fachadas de Lisboa... Nem quero calcular como reagiria diante **disto**. Disse ela daquela vez que era horrível esta «mania», a tendência para uma cor deslocada aqui, sem relação com as gradações do nosso céu e do rio, com a transparência do ar, tom que endurece sob a luminosidade de Lisboa. (E que não se assemelha, é claro, ao amarelo grave, sombrio, patinado, das fachadas italianas, por exemplo). Acrescentava ainda a Maria Helena, assim num arroubo e por causa da indignação, que era capaz de oferecer uma colecção de óleos seus a esta cidade se durante pelo menos dez anos o Município não permitisse que se pintassem fachadas de amarelo _ veja lá!

Outros como eu nada têm a propor em troca. Mas a tristeza, o mal-estar, **a ofensa** é a mesma, diante do mau gosto ou dos gestos do desamor _ pois que é senão desamor a indiferença que deixa Lisboa à mercê de quem a desfigura e maltrata, de quem, tratando-a com grosseria, a **rebaixa?** Como pode isto acontecer, minha Cidade?

Quem te acode, quem quererá proteger-te?

Que se pode ainda fazer além de alertar S. Vicente, não me dirão?

O encontro secreto Banzer-Stroessner

ABRAHAM LAMA

LA PAZ __ (IPS) __ O encontro entre os presidentes da Bolívia e Paraguai, realizado no passado fim-de-semana, surpreendeu os observadores pelo inesperado, mas no entanto tem uma explicação muito coerente.

A entrevista realizou-se em Santa Cruz de La Sierra, no cálido «Far West» boliviano, e segundo os observadores políticos locais vincula-se directamente ao objectivo mais importante da diplomacia boliviana: o seu diferendo com o Chile à volta da fórmula que lhe permita recuperar uma saída para o mar.

Quando foi informado, com algumas horas de antecedência, de que o presidente Alfredo Stroessner visitaria Santa Cruz, as autoridades de La Paz anunciaram que se tratava de uma viagem pessoal, não oficial, «para passar um fim-de-semana no rio Itenez, pescando com o seu amigo Hugo Banzer», presidente da Bolívia.

O presidente Banzer dirigiu-se ao encontro do seu amigo aficionado da pesca logo após ter assistido a uma reunião do gabinete ministerial. Pouca gente pensa que este encontro tenha sido «pessoal e não oficial», por mais que se afaste do protocolo habitual. Pelo contrário, supõe-se que o tema das conversações esteve profundamente ligado aos objectivos da diplomacia boliviana, que se tem mostrado muito activa nas últimas semanas.

Naturalmente, ao declarar que a visita de Stroessner e o seu encontro com Banzer foram um assunto «pessoal», o Governo boliviano não tem que dar nenhuma explicação sobre as conversações, o que aumenta a expectativa sobre o tema secreto discutido.

Durante o presente ano Stroessner visitou a Bolívia por três vezes. É provável que nas duas anteriores oportunidades o diálogo se tenha referido a alguns projectos conjuntos entre a Bolívia e o Paraguai, especialmente o programa de integração da bacia do rio Pilcomayo. Mas o volume do tráfego comercial entre os dois países é muito pequeno, o «Projecto Pilcomayo» está quase congelado e não se justifica um ritmo muito intenso de entrevistas a nível presidencial. O que leva a supor que as conversações tidas no passado fim-de-semana nas margens do rio Itenez se centravam noutro assunto.

Esse outro assunto é, supõe-se, a procura de coincidências em torno da solução marítima boliviana e das vantagens que essa solução possa criar para o Paraguai.

A Bolívia e o Paraguai são dois países fechados no meio do continente. Mas a forma como chegaram a essa situação de encerramento geográfico e as suas possibilidades de comunicação autónoma são dife-

Continua na pág. 4

SINDICATO DOS PROFESSORES Zona Sul

PLENÁRIOS DISTRITAIS

	dia	local
FARO	— 23 —	15 horas
BEJA	— 22 —	Magistério Primário — 15 h.
ÉVORA	— 22 —	15 horas
PORTALEGRE	— 21 —	17 horas

O. T.

1 — Informações
2 — Aprovação da quota única dos professores da Zona Sul
3 — Colocações e concursos
4 — Formas de luta a adoptar

NOTA — É indispensável a apresentação do cartão de sócio e a última quota paga.
Funcionará à entrada uma mesa de recebimento de quotas para os Colegas que pretendam regularizar a sua situação.

Comissões de Trabalhadores da Rodoviária Nacional

As Comissões de Trabalhadores da Rodoviária Nacional de Sesimbra, Laranjeiro, Barreiro, Montijo e respectivos delegados sindicais, efectuaram uma reunião com a presença de dirigentes do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal, no refeitório da Rodoviária Nacional CEP-7

Nessa reunião, realizada no dia 15 de Outubro de 1977, às 10 horas, deliberaram aprovar a seguinte

MOÇÃO

Considerando que a Reforma Agrária foi das mais belas conquistas alcançadas pelos trabalhadores após o 25 de Abril.

Considerando que esta conquista ao ser atacada não só é uma tremenda injustiça como põe em causa a própria democracia.

Considerando que a política do actual Governo de recuperação capitalista e latifundiária dá indicações de a continuar, levar o nosso País ao caos económico e até à perda da Independência Nacional.

As Comissões de Trabalhadores e delegados sindicais da Rodoviária Nacional CEP-7 reunidos nas instalações da empresa, no Laranjeiro, com a presença de dirigentes do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal, manifestam todo o seu apoio à 2.ª Conferência da Reforma Agrária e exortam todos os trabalhadores rodoviários a solidarizarem-se activamente com todos aqueles que heroicamente labutam ns campos em situações por vezes bem duras, defendendo com unhas e dentes o pão de todos os portugueses. Convidam todos a participarem no grandioso comício que encerrará tão importante conferência pelas 15.30 horas de 23/10/77.

VIVA A REFORMA AGRÁRIA!

Esta moção foi **aprovada por aclamação.**

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ÁGUA

Por imperiosa necessidade de realização de trabalhos, avisam-se os senhores consumidores de que o fornecimento de água será interrompido no próximo dia 20 (quinta-feira) das 9 horas às 12 horas afectando a povoação de Sacavém.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Loures, 17 de Outubro de 1977.

O Engenheiro Director Delegado

Casimiro Martins Neves Cabaço

DIREITO À HABITAÇÃO

Prédio desmorona-se na Almirante Barroso

«Estava a lavar no saguão. Senti um estrondo muito grande. Julguei que era um tremor de terra. Já não pude sair» — conta, entre lágrimas e ferida na mão, uma das senhoras que habita no prédio que ao meio-dia de anteontem se abriu como num mau truque de baralho de cartas ali para a Almirante Barroso, no número 40. Caliça e pedra entrou pelos quartos onde, já não dormia ninguém. O desmoronamento atingiu oito andares e afectou cerca de uma centena de pessoas. No rés-do-chão hospedavam-se oito jovens a maior parte deles trabalhadores-estudantes ou estudantes na Escola de Veterinária.

O prédio está impróprio para habitar. Em pouco mais de um ano os incêndios atingem já a centena. No prédio ao lado, totalmente em ruínas, escondem-se pela noite os sem eira nem beira, que «ali fazem tudo» (na expressão de um inquilino que é doente mas que tem o hábito de se levantar cedo). E neste «ali fazem tudo» incluem-se também os pequenos incêndios que atormentam a vizinhança.

Ontem ainda os inquilinos e famílias dormiram nos escombros do que há muitos anos foi já uma casa, contra o conselho dos bombeiros que lhes sugeriram guarida em qualquer outro lado. «Isto é como um cancro. Tanto pode cair hoje como amanhã» — diz-nos o inquilino do rés do chão enquanto nos serve de guia aos destroços de uma casa. Num dos quartos com a parede esventrada, mobília partida e um pó expesso ocupando tudo, um coelho aterrorizado procura refúgio debaixo de uma mesa de três pés. Chovera incessantemente na noite anterior ao desmoronamento. Os inquilinos «esperam» agora de um momento para o outro (basta um pouco mais de vento ou um pouco mais de chuva) que o prédio se desfaça completamente.

Entretanto acusam a Câmara de se não interessar pelo seu problema. Ontem, pegaram-se de coragem e foram ao MAI que lhes disse nada poder fazer. Que o assunto pertencia à Câmara. Na Câmara esperaram. Mas insistiram. E um funcionário disse-lhes que hoje às 11 horas aparecessem. Bastava um pequeno grupo. Vão-lhes dar casa como ontem pediram? Ou vão-lhes dizer que pouco ou nada podem fazer e que portanto devem esperar que o prédio caia completamente? Depois se verá...

Vão ser prolongadas as Avenidas João XXI e do Uruguai

A construção do prolongamento das Avenidas João XXI e do Uruguai e a reconstrução do piso das Avenidas Duque de Loulé, Morais Soares e da Estrada da Damaia são os projectos mais vultuosos da Câmara de Lisboa, num plano de obras para o próximo ano que deverá ascender aos 150 mil contos.

A seu lado apenas atingem dimensão significativa projectos de saneamento básico, nomeadamente a construção dos colectores da Avenida Berlim, Alameda das Linhas de Torres e Estrada de Benfica. As obras de saneamento básico, no seu conjunto, estão orçadas em 60 mil contos.

Relativamente ao ano em curso, e ainda segundo as estimativas da Câmara, prevê-se que as obras de arruamento venham a orçar em cerca de 160 mil contos e as de equipamento em 130 mil.

Entre as obras de equipamento mais significativas, a concluir ainda este ano, figura a construção dos grupos escolares das Laranjeiras, Curraleira e Bairro das Fonsecas, da piscina da Penha de França e a instalação de casas pré-fabricadas para realojamento.

Em matéria de arruamentos deverá igualmente ser concluído, ainda este ano, o parque de estacionamento do Parque Eduardo VII, bem como a pavimentação da Avenida Padre Cruz (antiga Avenida de Telheiras).

FIL promove "Intercasa-77"

A Feira Internacional de Lisboa vai promover de sexta-feira (21) a domingo (30) mais uma manifestação de mobiliário, decoração e actividades correlativas que considera especializada. O certame, segundo uma nota que nos foi remetida, congrega no seu âmbito sectores de produção e importância na economia nacional, e constituirá «uma amostra da capacidade e imaginação criadora das nossas mais destacadas unidades industriais».

Denominada, essa amostra, como «Intercasa-77», a mesma poderá contituir-se assinalamos organizadores —, «um excelente pólo dinamizador das potencialidades dos ramos e produção no campo externo. A «Intercasa-77» pretende também mostrar, quer ao importador estrangeiro, quer ao consumidor português (e sobretudo aos mais exigentes), que «o aparelho produtivo nacional tem capacidade de resposta em relação às solicitações que se levantam em termos de equipamento e decoração no interior da casa».

Divulgado o encontro secreto

Continuação da pág. 3

rentes. O Paraguai nasceu como um país mediterrâneo e tem possibilidades de comunicação naval com o Mundo através dos rios da bacia do Plata.

A Bolívia perdeu o seu litoral num conflito há quase cem anos e o maior empenho da sua diplomacia é recuperar «nem que seja uma janela para o oceano». Só pode exportar através das vias aéreas, férreas e rodoviárias, mais caras que o frete marítimo.

É certo que a Bolívia tem acordos de transporte ferroviário com os seus vizinhos, mas trata-se de vias inevitavelmente dependentes, como o demonstra o facto de neste momento se encontrar empenhada numa discussão sobre tarifas com os caminhos-de-ferro chilenos, que querem aumentar em 45 por cento o transporte de carga entre La Paz e Arica.

Desde que perdeu o litoral a Bolívia não se encontra na melhor situação internacional para pressionar uma recuperação, nem que seja parcial. Tem o apoio declarado do Peru, Argentina e Brasil. O Paraguai, um país que tem recebido preferentemente nos últimos meses a atenção da chancelaria de Mapocho, é o último elo que falta á Bolívia para que se sinta protegida por um marco internacional de simpatia nas suas controvérsias com o Chile.

Supõe-se que o general Banzer ofereceu, para quando recuperar o seu litoral no Pacífico, uma saída para o Paraguai até à costa ocidental da América do Sul.

Além desta amigável proposta supõe-se que o presidente Banzer tratou de assegurar, ao mais alto nível possível, que não surja uma discrepância artificial, inspirada por «terceiros», entre o seu país e o Paraguai. Esta conjectura baseia-se na recordação do falso conflito causado em Novembro passado com a notícia de que «alguns estudantes paraguaios, nunca identificados, fizeram manifestações de hostilidade à Bolívia, provocando uma ingénua resposta indignada de um diário boliviano. Nessa altura o general Banzer assegurou-se da sua estabilidade na sua retaguarda nas negociações com o Chile.

PORTUGAL E O MERCADO COMUM

Alargamento da CEE divide os "nove" em dois campos

Roy Jenkins, presidente da Comissão Europeia do Euromercado, declarou ontem que os governos de Portugal, Grécia e Espanha deveriam receber grandes financiamentos antes de se tornarem membros da CEE.

Em reunião à porta fechada, os ministros dos Negócios Estrangeiros do Mercado Comum não conseguiram definir com clareza como tencionam fazer face ao alargamento iminente da CEE de modo a integrar os três países candidatos.

Passaram-se já mais de dois anos desde que a Grécia requereu a sua entrada na Comunidade, seguida por Portugal, em Março último, e pela Espanha, em Julho.

O presidente da Comissão Europeia, órgão executivo da CEE, sublinhou que a produção média dos gregos e dos espanhóis equivale a cerca de metade da produção média dos cidadãos dos países da comunidade, e que a média português é ainda mais baixa. «O principal problema», acrescentou, «é reduzir essa diferença».

Jenkins assinalou que as diferenças de riqueza existentes entre os países membros tem dificultado esforços para os unir, pelo que a integração dos países candidatos será ainda mais difícil.

Ao mesmo tempo, o actual presidente do Conselho de Ministros, Henri Simonet, da Bélgica, advertiu que a Comunidade tinha enveredado por um «caminho perigoso» para o alargamento e precisa ainda de avaliar, com realismo, as suas repercussões no funcionamento futuro de Mercado Comum.

Durante a discussão, a França e a Itália criticaram Jenkins e a comissão por serem demasiado vagos sobre as modalidades de integração dos candidatos na CEE.

Os dois países manifestaram a sua inquietação pelas implicações da concorrência dos produtos agrícolas dos três novos membros potenciais sobre as suas regiões meridionais.

Na sua comunicação aos ministros, Jenkins cingiu-se à necessidade de assistência financeira que – disse – poderia também ser alargada às regiões mais pobres da França e da Itália.

Não mencionou números para o volume de auxílio requerido, limitando-se a observar que «o alargamento e as suas implicações custar-nos-ão a todos nós muito dinheiro e é melhor que o reconheçamos desde o princípio».

Alguns funcionários da CEE viram na sua proposta de auxílio uma tentativa para adiar a entrada dos novos Estados membros. Qualquer programa para elevar os seus níveis de vida a padrões comparáveis aos da Comunidade levará algum tempo – notaram.

Ontem, no Luxemburgo, o alargamento da CEE à Grécia, a Portugal e a Espanha, dividiu a Europa dos «Nove» em dois campos. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da França, da Itália e da Bélgica disseram que era preciso em primeiro lugar proteger a agricultura mediterrânica, antes de se abordar as negociações com países que têm produções agrícolas concorrentes. Os outros (Grã-Bretanha, Dinamarca, Alemanha Federal, Holanda e Irlanda) pensam que, ao contrário, as negociações para o alargamento da CEE não devem ser retardadas com condições prévias.

Em contrapartida, os «Nove» parecem unânimes em salientar que o grande problema do alargamento continua a ser o seu custo. Segundo técnicos alemães ocidentais, a passagem da Comunidade de «Nove» para «Doze» custará em média entre 1.300 milhões de dólares a 2.100 milhões por ano.

Jean Deniau, secretário de Estado francês para os Assuntos Europeus, reclamou acções imediatas a favor das produções agrícolas mediterrânicas francesas [illegible]nas.

Criticando as sugestões da Comissão da CEE, que recomenda reformas estruturais a médio prazo, salientou a necessidade de se dar aos produtos agrícolas do sul um tratamento equitativo e em conformidade com os objectivos da política agrícola comum.

A França encontra-se designadamente muito decepcionada por a Comissão Europeia ter rejeitado a instauração de preços mínimos intercomunitários para o vinho, a fruta e as hortaliças, destinados a proteger os produtos franceses e italianos contra a concorrência dos produtos espanhóis, gregos e portugueses.

A Comissão da CEE foi encarregada de apresentar as suas reflexões de conjunto sobre o alargamento da CEE e os problemas agrícolas, até Fevereiro de 1978.

Associação promove colóquios sobre o aborto

A Assembleia da República discutirá em breve a legislação sobre o aborto, o que constitui uma etapa decisiva numa luta que foi iniciada por um grupo de mulheres logo após o 25 de Abril e que reflecte uma consciencialização cada vez maior dos direitos da mulher no sentido de ter uma escolha livre da maternidade.

Recorda-se que em Portugal se praticam 180 mil abortos por ano e que este constitui a terceira causa de morte no nosso país. Nunca é demais lembrar que as organizações de mulheres que lutam pela liberalização do aborto reivindicam prioritariamente a contracepção ao alcance de todas as mulheres considerando o aborto como o último dos recursos para uma maternidade seriamente ameaçada.

Entre as causas que obstam ao prosseguimento de uma gravidez contam-se as condições de subemprego em que se encontra a maior parte das mulheres, as pressões psicológicas a que estão sujeitas, a ausência de creches e jardins infantis onde as mães possam deixar tranquilamente os seus filhos.

O programa de actividades da Associação para o Planeamento da Família, com sede na R. Artilharia Um, 38, 2.º dt.º em Lisboa, é o seguinte: «hoje, às 21 e 30, «Aborto em Portugal – aspectos Sociais e Demográficos», com a participação do dr. Albino Aroso, jornalista Maria Antónia Fiadeiro e dra. Purificação Araújo; dia 27 de Outubro, às 21 e 30, «Aborto em Portugal-Aspectos Médicos e Psicológicos» com a participação da dr.ª Lurdes Fialho, dr. António Palla e dr. Daniel Pinho; 2 de Novembro, às 21 e 30, «Aborto problema de Saúde Pública» com a participação do dr. Sarellerides, enf.º Azevedo e Costa, dr. Tito de Morais e enf.ª Rosário Horta; 9 de Novembro, às 21 e 30, «Aborto em Portugal – Questões Jurídicas, Religiosas e Políticas», com a participação de dr.ª Lia Viegas, dr. Luís Moita e dr.ª Leonor Palma Carlos.

CR adia reunião

A análise da situação política é um dos pontos fulcrais da agenda da reunião do Conselho da Revolução que devia realizar-se hoje mas foi adiada devido à visita do Presidente Tito ao nosso País.

A data da reunião não foi ainda fixada nem sequer se sabe se a sessão correspondente a esta semana será pura e simplesmente eliminada transitando a agenda correspondente para a próxima reunião ordinária do Conselho da Revolução.

Barreto dá posse a cinco altos funcionários do MAP

O ministro da Agricultura e Pescas, dr. António Barreto, dá amanhã posse a cinco altos funcionários do seu departamento governamental.

Na cerimónia, marcada para as 10 horas, serão empossados o prof Jorge Calado Antunes Correia, nomeado director do Instituto Nacional das Pescas; eng. José Fernando Covas Lima Carvalho, subdirector-geral da Protecção da Produção Agrícola; dr. António Augusto Pereira de Matos, subdirector-geral dos Serviços Veterinários; eng. Joaquim João Ferreira Barrocas Dordio, director regional do Alentejo; e eng. José Alfredo Guerreiro Santos, director regional do Algarve.

CGTP responde a Sá Carneiro

Tomando posição pública sobre as referências do presidente do PSD, dr. Sá Carneiro, à necessidade de contar com a CGTP-IN no diálogo com os trabalhadores portugueses (referências produzidas na conferência de imprensa concedida anteontem em Lisboa na sequência da última reunião do Conselho Nacional do PSD, em Bragança), a central única dos trabalhadores portugueses divulgou o seguinte comunicado:

«O indiscutível apoio das massas trabalhadoras à política de unidade e de defesa intransigente dos interesses de classe de todos os trabalhadores, sem quaisquer discriminações, que caracteriza a CGTP-Intersindical Nacional, a sua orientação desde sempre virada para a defesa e consecução do projecto constitucional que aponta para o Socialismo, torna hoje inquestionável que a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional é um interlocutor indispensável para o encontrar das soluções que conduzam à resolução da crise que afecta o bem-estar dos portugueses.

«As afirmações do dr. Sá Carneiro, no seguimento de declarações de dirigentes de outros partidos políticos e até de membros do Governo, cuja prática tem sido a do sistemático ataque ao Movimento Sindical unitário, de que a CGTP-Intersindical Nacional é «a central única dos trabalhadores portugueses» e legítima representante dos seus anseios mais não são, para nós, que a constatação, tardia muito embora, desta realidade indiscutível.»

Comunistas portugueses e franceses discutem autarquias locais

Comunistas portugueses e franceses, «no âmbito das relações de amizade entre o PCP e o PCF», conferenciaram em França sobre problemas relacionados com as autarquias locais.

Uma delegação portuguesa, composta por Carlos Pinhão, do CC do PCP, António Marques Pedrosa, vereador da CM de Oeiras e deputado na Assembleia da República, José Vieira, presidente da CM de Almada e António Raposo, presidente da CM de Aljustrel, deslocou-se a França a convite do Partido Comunista Francês realizando uma visita de estudo e encontros com elementos franceses ligados a problemas autárquicos.

Uma nota da SIP do PCP dá conta de pormenores desta deslocação:

«A delegação do PCP foi recebida pelos camaradas Marie Claude Vaillant-Couturier, membro do CC do PCF e Roger Trugnan, colaborador do CC.

«Na sede do PCF realizou-se um encontro com os camaradas Ivan Renard, do CC e secretário da Federação Regional do Norte, Jacques Gonzalez, responsável pelas relações com os eleitos do PCF nas autarquias e Roger Trugnan. Procedeu-se a uma troca de impressões sobre a vida e os problemas das autarquias locais em ambos os países.

«Seguiram-se visitas, às cidades e vilas de, Bobigny, La Courneuve, Lille, Tourcoing, Villeneuve D'Asc, Feigny, Auby e Champigny.

«Efectuaram-se encontros com dirigentes e eleitos comunistas em sedes locais e regionais do PCF, bem como nas mairies.

«Esta visita insere-se no âmbito das relações de amizade entre os dois Partidos e contribuiu para uma melhor compreensão da luta dos Partidos Comunistas e dos povos de França e de Portugal.

«Em Feigny, a delegação portuguesa foi convidada a assistir a uma reunião de militantes do PCF para a análise da situação política e das resoluções da última reunião do CC do PCF.»

PUBLINTER

PUB.

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal

COMUNICADO DA DIRECÇÃO

Tentativa de Recuperação Capitalista na R. N.

A Direcção do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal, torna pública a sua posição face às respostas pouco claras e malabaristas do Conselho de Gerência da Rodoviária Nacional à Federação dos Rodoviários.

O chamado Plano a médio e longo prazo que o Conselho de Gerência está a elaborar por determinação do Ministério dos Transportes, em nosso ver não é mais do que uma tentativa de reconversão da empresa em moldes autenticamente capitalistas, isto é: procura-se minorar o déficit quase exclusivamente à custa do sacrifício dos trabalhadores.

Quando nós sabemos que os transportes públicos têm uma função estritamente social é servir e bem toda a população a começar pela mais desfavorecida deste País, (o que acontece em quase todas as partes do mundo), nunca poderá esta actividade ter finalidade.

Quando nós sabemos que as organizações representativas dos trabalhadores, mais que uma vez têm feito propostas muito concretas de saneamento financeiro da empresa à base de uma discussão aprofundada entre todas as partes interessadas; quando sabemos que o déficit da empresa remonta a antes do 25 de Abril com origem numa má gestão e quase sempre fraudulenta.

Concluímos que o Governo, com a sua política de autêntica recuperação capitalista, se prepara também aqui para atacar vergonhosamente as conquistas duramente conquistadas pelos trabalhadores.

A confirmar, está a resposta dada, pelo Conselho de Gerência, à Federação quando os dirigentes desta mostraram a sua estranheza ao facto de a administração considerar a empresa em «situação económica difícil» apesar de os prejuízos do primeiro semestre do corrente ano serem inferiores ao previsto. Receberam os representantes da classe — como resposta que tais prejuízos seriam agravados futuramente com a aplicação das medidas do 2.º Pacote isto é: no caso da Rodoviária o agravamento das taxas de juro, o aumento do Gasóleo e a desvalorização do escudo.

Se outras questões não existissem, esta resposta era suficiente para compreendermos a intenção do Governo e de que maneira as suas leis são lesivas dos interesses dos trabalhadores.

Todas estas medidas porão em perigo centenas de postos de trabalho, muito embora o C. G. da RN e o Governo afirmem que nada será posto em prática sem os trabalhadores serem ouvidos. Verifica-se, todavia, o contrário na prática corrente do Governo.

Neste contexto a Direcção do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Setúbal apela a todos os trabalhadores que se mantenham unidos e vigilantes, pois só assim conseguiremos desmantelar todas as tentativas do Governo, de levar à prática medidas lesivas dos trabalhadores. Esta Direcção acha insuficiente o prazo de 15 dias que o Conselho de Gerência pretende dar às organizações dos trabalhadores para discutir o plano, e adverte que tal política pode ser credora de desestabilização da empresa e que de maneira nenhuma os trabalhadores aceitarão passivamente tais intenções.

UNIDOS VENCEREMOS!

A DIRECÇÃO

PUB.

MOÇÃO

"Os trabalhadores da COMPANHIA DA FÁBRICA DE FIAÇÃO DE TOMAR, reunidos em Plenário no dia 11 de Outubro, à tarde e perante mais uma das muitas manobras que o Governo tem vindo a pôr em prática nas empresas intervencionadas, e que a nossa se traduziu no curso de financiamento ameaçando assim o corte de salários e consequentemente despedimentos, decidem:

1.º – RESPONSABILIZAR O GOVERNO PELA SITUAÇÃO CRIADA NA NOSSA EMPRESA E POR TODAS AS CONSEQUÊNCIAS QUE DAÍ POSSAM ADVIR;

2.º – NÃO PERMITIR NENHUM CORTE DE SALÁRIOS;

3.º – REPUDIAR QUALQUER TENTATIVA DE DESPEDIMENTOS;

4.º – EXIGIR A RÁPIDA CONCRETIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO E A GARANTIA DE MATÉRIA-PRIMA DE MODO A PERMITIR A NORMAL LABORAÇÃO DA EMPRESA;

5.º – ENCETAR NOVAS FORMAS DE LUTA, CASO OS PONTOS ACIMA INDICADOS NÃO SEJAM RESPEITADOS."

Tomar, 11 de Outubro de 1977

A DROGA EM PORTUGAL

O maior número de toxicómanos está entre os 14 e 17 anos

. Está a decorrer na Fundação Gulbenkian, até ao próximo dia 23, o VII Congressso Internacional para a Problemática das drogas. Tema que nos interessa particularmente, se nos lembramos do número sempre crescente de toxicómanos no nosso país.

Não vamos, agora, deter-nos em grandes análises do que é ou não a droga, das suas implicaçõesfisiopsicológicas, já que não existe sequer uma unanimidade de opinião entre os responsáveis.

«Consoante o ângulo de observação», — afirmava o dr. Almeida Santos, ministro da Justiça, na sessão de abertura do Congresso — «propendem uns a ver no tóxico-dependente apenas um criminoso, a reclamar a punição, outros apenas um doente, a exigir tratamento. Recusa-se o médico a ser polícia, tende o polícia a ver um empecilho na radicalização da posição do médico.» Para além disso, prossegue o dr. Almeida Santos: «Não tem sequer sido possível um grau razoável de unanimidade sobre o que seja e não seja a droga, ou sobre a terminologia a usar na discussão da sua problemática. Em consequência desta dispersão terminológica, científica e conceitual, a penalogia do ilícito consistente no tráfico e no consumo ilícito de drogas, e o quadro das medidas tendentes à sua prevenção, diferem de país para país, como aliás diferem as concepções e as terapêuticas no plano da cura e recuperação dos tóxico-dependentes.»

. Não deixaremos, no entanto, de dar uma ideia sobre o que se passa em Portugal no que diz respeito ao consumo, tráfico da droga e recuperação dos toxicómanos. Aproveitamos, para isso, as intervenções dos drs. Dias Cordeiro e Nuno Miguel do Departamento de Saúde Mental e Desenvolvimento da Clínica Psiquiátrica da Universidade de Lisboa – Hospital de Santa Maria.

Em Portugal sempre se consumiu droga. As colónias eram um bom mercado, só que a censura nos órgãos de Informação impedia que se denunciasse isso, com a agravante de não existirem medidas terapêuticas. Quando veio o 25 de Abril, os jornais começaram a falar sobre o consumo e tráfico da droga, que por sua vez, aumentou extraordinariamente. «O regresso de grande número de retornados assim como a liberalização da sociedade portuguesa, que sofreu profundas alterações, fez crer ao mundo, de maneira equívoca, que a droga tinha aparecido em Portugal com o 25 de Abril.»

. No entanto, uma visão mais larga do problema, permite-nos apontar outros factores:

. **Relativos à própria droga** — aumento da penetração de traficantes em Portugal e facilidade de aquisição (junto dos traficantes, por falta de vigilância policial adequada e nas farmácias, por falta de sensibilização dos empregados e insuficiente informação dos médicos).

Relativos aos jovens — crise de adolescência; dificuldades próprias da idade; desejo de experimentar tudo e considerarem a droga como um «ritual de passagem» à idade adulta; um sinal de ruptura com o mundo adulto; uma moda, ou um índice de solidariedade entre os jovens.

Para além destas causas, são apontadas ainda por aqueles médicos, a crise da família, a situação na escola e a crise económica, com o aumento do desemprego.

O número de toxicómanos aumenta no nosso País. Mas essa batalha só será ganha, como dizia o dr. Almeida Santos, quando se vencerem as batalhas do trabalho, do ensino, da saúde, das frustrações individuais, etc.

QUEM SE DROGA

. Aqueles médicos, tendo como base as consultas que efectuaram em Santa Maria, elaboraram estatísticas relativas ao número e origem dos toxicómanos. Assim, enquanto em 1973, 80 por cento dos toxicómanos eram homens e 20 por cento mulheres, em 1977 a situação altera-se e «anda ela por ele», isto é, 45 por cento de mulheres e 55 por cento de homens.

Em relação ao local onde moram, a maioria esmagadora era, em 1973, e ainda é, de Lisboa, respectivamente 90 e 75 por cento. Quanto à profissão e nível socioeconómico, como se esperava, são estudantes e pertencem à classe média. Nota-se, no entanto, o avanço no consumo da droga por parte de jovens das classes mais desfavorecidas e para o meio rural. Quanto às idades, em 1977 o maior número de drogados situava-se entre os 14 e 17 anos, enquanto em 1973 a esmagadora maioria se situava entre os 17 e os 21 anos. Mais preocupante é o constatarmos que, enquanto em 1973, eram raros os toxicómanos com menos de 14 anos, em 1977 registou-se uma percentagem de oito por cento.

Alguns alertas têm sido dados para tentar evitar que se alastre esta situação, considerada «epidémica» pelo ministro da Justiça. Mas não existe ainda uma política definida para o combate à droga. O I Governo Constitucional pôs em funcionamento um Centro de Investigação e Controlo da Droga, estruturou um Centro de Estudos da Profilaxia da Droga, concebido em termos de gradual cobertura do País por Centros Regionais de Recuperação e estruturou um Gabinete Coordenador do Combate à Droga. Pensa-se na revisão da legislação penal relativa ao ilícito conexo com o tráfico e consumo da droga. Entretanto, alguma coisa tem sido feita e a equipa que trabalha em Santa Maria e de que estes dois médicos fazem parte é um exemplo. Os seus contactos com os jovens na escola, de que alguns jornais se fizeram eco, tem sido um trabalho importante. O esclarecimento sobretudo o que diz respeito ao consumo da droga. Que continua a aumentar em Portugal.

Às vezes, algumas vezes, os traficantes são apanhados. Mas na maior parte dos casos ficam impunes, a enriquecer à custa de jovens, que escolheram a droga como refúgio dos seus problemas que a sociedade não sabe (quer) resolver

União Interparlamentar

. Os parlamentares estrangeiros que desde há dias se encontram no nosso País, dão hoje, pelas 17 horas, uma conferência de Imprensa nas instalações anexas à Assembleia da República completando assim a visita a Portugal.

Ontem o secretário-geral da União Parlamentar Mundial, Pio Carlo Terenzio, que chefia a delegação, e o subsecretário da mesma organização avistaram-se, na AR, com o presidente dr. Vasco da Gama Fernandes com quem trocaram impressões sobre a estada e o processo democrático português iniciado em 25 de Abril.

Luís Corvalan Prémio Internacional de Jornalismo

. O Prémio Internacional de Jornalismo da OIJ foi atribuído, este ano, a Luís Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, e jornalista profissional. Jiri Kubka, secretário-geral da OIJ, afirmou que Corvalan foi um jornalista que, antes e durante Allende, soube sempre estar ao serviço do povo, denunciando todas as arbitrariedades e manobras do capital imperialista. Durante o Governo de Salvador Allende, Luis Corvalan desempenhou um papel pedagógico através dos seus escritos. «Ele foi (disse Kubka) um dos mais inteligentes e leais colaboradores do presidente Allende: a sua pena esteve sempre ao serviço da Revolução».

O ASSASSINATO DE HUMBERTO DELGADO

Divulgado o libelo acusatório

A nota de culpa dos presumíveis autores do assassinato do general Humberto Delgado e da sua secretária Arajaryr de Campos, foi ontem entregue pelo promotor de justiça do 2.º Tribunal Militar, coronel Pedro Alves Cabral.

Nos termos da lei em vigor, a nota distingue entre os autores morais e os autores materiais dos crimes mencionados, considerando autor material do crime de homicídio na pessoa do general Delgado, o ex-sub-inspector da ex-PIDE/DGS Casimiro Monteiro que é, também acusado de ser co-autor da morte de Arajaryr de Campos.

São ainda incriminados, em relação a estes dois crimes, os ex-inspectores Rosa Casaco, Ernesto Ramos e Agostinho Tienza.

Silva Pais, Alberto Cardoso e Pereira de Carvalho, por sua vez, são acusados da autoria moral dos referidos crimes, respondendo os dois primeiros por cerca de trinta crimes ligados ao processo. Silva Pais, só por si, responde, pelos crimes de homicídio, por quatro crimes de falsificação de passaportes, por dois crimes de falsificação de livretes, por um crime de falso testemunho, por dois crimes de uso de falso nome, por dois crimes de sonegação e ocultação de cadáver, pela destruição de duas matrículas de automóveis, pela destruição de quatro passaportes e dois livretes, pela falsificação de carimbos e selos, por dois furtos de livros de registos de automóveis e, ainda, pelos crimes de falsas declarações e denuncia caluniosa.

«Foi declarado, extinto o processo criminal, por prescrição, quanto aos arguidos que, praticaram crimes puníveis com pena correccional ou contravanção».

O Juíz instrutor do processo afirma, por outro lado, não ser de presumir qualquer utilidade na realização de mais deligências complementares e que todos os arguidos estão sujeitos à jurisdição militar.

Dos sete implicados no assassinato do general Humberto Delgado, e da sua secretária, Silva Pais, Pereira de Carvalho e Agostinho Tienza estão presos em Caxias e os restantes fugiram para o estrangeiro.

Silva Pais, Barbieri Cardoso e Pereira de Carvalho são acusados de terem planeado, por altura de 1962, reduzir à não actuação o General, «quaisquer que fossem os meios necessários para tanto». Mário de Carvalho e o italiano Ernesto Bisogno, ambos moradores em Roma, são aliciados para, sob a direcção da PIDE, se insinuarem junto de Humberto Delgado e acompanharem as suas actividades. Como agentes provocadores, estes dois elementos teriam desempenhado um papel importante nos desentendimentos crescentes entre o General e outras forças democráticas portuguesas no exílio, acabando por atraí-lo à armadilha de Badajoz, a 13 de Fevereiro de 1965. Barbieri Cardoso encarregou Rosa Casaco de chefiar a brigada que viria a consumar o crime.

Quem tem o "diário" do general?

«Quando se soube do desparecimento do general a Associação Democrática de Toronto enviou-me ao Norte de Africa, para ter um contacto com representantes da Oposição Portuguesa, e informar-me das circunstâncias que rodeavam o caso.

Encontrei-me com o eng.º Henrique Cerqueira e com Maria Helena Cabral em Rabat. Foi em Outubro de 1963. Também levava umas cartas para Argel (FPLN), mas não cheguei a entregá-las, pois teria de fazê-lo em mão ao dr. Piteira Santos e não foi possível deslocar-me lá.»

Foi com estas palavras que José Vale, activista destacado do grupo do Canadá da Oposição Democrática Portuguesa (Portuguese Canadian Democratic Association) começou a sua narração acerca das circunstâncias em que conheceu Henrique Cerqueira, à data do desaparecimento do general Humberto Delgado.

«Cerqueira contou-me que tinha ido buscar o general ao aeroporto de Casablanca, acompanhado de Maria Helena Cabral. Só nessa altura, segundo me disse, o general lhe comunicou o propósito de ir a um encontro secreto junto à fronteira portuguesa, na região de Badajoz. Segundo o general o encontro era com oficiais das Forças Armadas Portuguesas. Cerqueira considerou que poderia haver perigo e propôs-se ir em vez dele ao que Humberto Delgado teria respondido:

. «Se os indivíduos de Argel me acusam de cobarde, isso é mais uma razão para eu ir. Além disso, esperam-me oficiais com estrelas que ficariam desapontados se no meu lugar lhes aparecesse um simples técnico...»

Cerqueira, autor de dois livros provocatórios, onde ataca personalidades antifascistas de diferentes quadrantes, responsabilizando-as pelo assassínio do general, é, na verdade, técnico agrimensor. À data do desaparecimento — foi ele quem deu o alarme internacional — conservava em seu poder diversos documentos e objectos pessoais de Humberto Delgado. Testemunha-o José Vale:

. «Foi durante este meu encontro em Rabat que o eng.º Cerqueira me mostrou o **Diário**, a pistola e o relógio (que tinha marcado atrás as suas iniciais), bem como as insígnias das condecorações e os documentos que permitiriam levantá-las no banco suíço em que se encontravam depositadas. E explicou-me: «O general não queria levar para Espanha qualquer elemento susceptível de o identificar».

«Quando lhe perguntei — continuou Cerqueira — por que não levava a pistola, respondeu-me o general: se for apanhado com uma arma há logo um pretexto para me prenderem.»

Mas, onde pára o Diário? Do processo só consta, ao que se sabe, uma folha acerca de uma reunião de Paris, onde estiveram, entre outros, Ernesto de Castro e Sousa e Mário de Carvalho, ambos agentes da PIDE.

«Cerqueira disse-me que tinha sido visitado por uma delegação da Liga Internacional dos Direitos do Homem para examinar o **Diário** mas que se recusou a mostrá-lo por conter informações sobre a actividade da oposição que não deveriam ser divulgadas naquela altura. Mas eu vi o **Diário**. Cerqueira mostrou-me o **Diário**, embora, evidentemente, eu não tivesse a possibilidade de o ler.

Cerqueira informou-me também que o general, antes de partir, estivera alojado em casa de um membro do Governo Provisório espanhol no exílio (em Tânger).»

. **E sobre a forma como se tomou conhecimento do desaparecimento do general?**

. «O eng.º Cerqueira disse-me que ele tinha ficado de enviar vários postais. Se, ao fim de certo tempo, não aparecessem notícias (salvo erro, seis dias depois do último postal) deveria ser dada à imprensa, imediatamente, a notícia do seu desaparecimento. Entretanto, durante o período que eu lá estive, em Outubro de 63, Cerqueira foi a Argel. Disse-me que havia um membro do Governo argelino na posse de uma carta do general para ser aberta no caso de desaparecimento e que o general queria que fosse ele (Cerqueira) a abri-la.»

. **Dos contactos posteriores com Cerqueira há alguns factos interessantes a registar:**

. «Mais tarde, Henrique Cerqueira foi ao Canadá, para recolher fundos. Esteve em minha casa. Apresentei-o a toda a gente. A campanha foi um êxito. Simplesmente, ele nunca mais deu contas dos fundos, bastante elevados, que recolheu.

José Vale: «Cerqueira tinha o diário, o relógio e outros objectos pessoais do general»

Um ano depois de lá ter estado, apareceu um amigo dele que eu conhecera em Marrocos na companhia do Cerqueira. Esteve em Montreal. Entretanto, eu saí para o estrangeiro. Quando regressei, soube que, na minha ausência, ele pedira a chave de minha casa ao vizinho (que o lá vira várias vezes) e remexeu-me tudo. Dei por falta de alguns objectos de valor (moedas, binóculos, projector, etc.) e uma pasta com documentos. Continha comunicados da Oposição Democrática da Venezuela, correspondência minha com o general (duas cartas) e com o Cerqueira, fotocópia de um postal (o primeiro) que o general tinha enviado ao Cerqueira depois da partida para o encontro de Badajoz, dois cartões de Boas Festas que me tinham sido enviados também pelo general etc.»

Este homem, da confiança de Cerqueira, cuja identidade se desconhece, enviaria mais tarde, do Peru, uma carta à PIDE propondo-se assassinar o mesmo Cerqueira. A carta encontra-se anexa ao processo relativo ao assassinato do general.

M.V.C.

Plenário dos candidatos à Universidade

Reunidos ontem nas instalações do Hospital Escolar de Santa Maria (Faculdade de Medicina), os estudantes-candidatos ao Ensino Superior decidiram reafirmar a exigência de anulação dos «exames de aptidão» e aprovar a realização de um comício que englobe todos os estudantes-candidatos, pais e estudantes do Ensino Superior, em data a marcar. Para uma maior coesão de esforços foi eleita uma comissão que tem como objectivo tentar uma participação no programa «Mosaico» da RTP, na próxima semana.

Entretanto a Comissão de Pais dos candidatos à Universidade deverá avistar-se amanhã com a Comissão de Assembleia da República para o Ensino e Educação, estando prevista para o próximo dia 25 uma audiência com Sottomayor Cardia.

ALMERINDO MARQUES À ANOP

Processo de colocação de professores será alterado a médio prazo

«Os problemas actuais do Ensino em Portugal não residem na colocação dos professores, mas sim no sistema geral do próprio Ensino e no facto de se estar perante uma situação manifesta de transformação do sector», afirmou, em entrevista à ANOP, o secretário de Estado da Administração e Equipamento Escolar, Almerindo Marques.

A entrevista incidiria sobre a colocação dos professores para a qual o secretário de Estado defende alterações nas normas do concurso. Revelou que se movimentaram cerca de 35 000 candidatos e que houve exclusões por não cumprimento das normas do concurso. As necessidades de docentes — declarou Almerindo Marques — andam à volta de 37 mil para o Ensino Preparatório e Secundário.

A entrevista que foi divulgada ontem pela ANOP refere que no Ensino Secundário «há confirmadamente, 45 escolas que estão a funcionar muito mal ou que não funcionam mesmo». Quanto às Escolas Preparatórias, localizadas nas zonas do interior, haverá cerca de 35 escolas nestas condições. «Tal cifra, porém», disse o secretário de Estado, «não está completamente confirmada e pode vir a aumentar.»

. Quanto a possíveis ajustamentos ao presente sistema de colocações dos professores, aquele responsável do MEIC defendeu que «a curto prazo há alguns aspectos que podemos regulamentar, aspectos que não estão de modo algum relacionados com os direitos dos docentes, em termos de prejuízo absoluto».

«A médio prazo pensa-se avançar com um sistema no futuro, como se fez com o Ensino Primária ou seja realização de um concurso a nível distrital seguidos de concursos a nível nacional.»

. Informaria ainda a ANOP que relativamente aos professores provisórios haverá ainda hoje uma lista definitiva com as alterações que os sindicatos podem ir buscar para analisar as «graves irregularidades» a que se referem, segundo declarou o secretário de Estado, Almerindo Marques.

Matrículas no Ensino Superior

. Termina no próximo dia 22 o prazo de inscrição para os estudantes candidatos ao Ensino Superior. As inscrições efectuam-se nas delegações distritais do ex-Serviço Cívico Estudantil devendo os candidatos apresentar um certificado comprovativo da média do curso geral do Ensino Secundário.

Esta inscrição respeita tanto aos candidatos já aprovados como aos que neste momento realizam as provas da época especial.

Na Parede o «D.L.» é vendido por sr. Manuel Maria Tavares — R. Dr. João de Menezes, 2-1.º

O SEU TV VELHO VALE MUITO DINHEIRO
Na troca de um TV LOEWE OPTA
MAS... se não tiver, nós resolvemos o seu caso facilmente

CONSULTE-NOS
RAIO DE SOL
LARGO D. ESTEFÂNIA, 12 D — TEL. 548856 — LISBOA
GALERIA TRIANGULO
AV. ALMIRANTE REIS, 166-A — TEL. 571978 — LISBOA (JUNTO AO IMPÉRIO)
Mobiliário — alcatifas — electrodomésticos — discoteca

AFIRMA INTERVENÇÃO SOCIALISTA

Está a jogar-se a subsistência do regime democrático

«Não deve haver dúvidas, e para a maioria dos portugueses não as há, que na presente crise política, social e económica se joga a própria subsistência do regime democrático em Portugal» — diz a abrir um comunicado da Intervenção Socialistaa ontem tornado público.

O texto prossegue afirmando que «a consciência deste facto motivou a expectativa de que foi rodeado o discurso do Presidente da República. Dele, o cidadão comum terá retirado como idéia-base a de que ou os partidos se entendem, ou caminharemos para soluções em que o papel destes deixará de ser o que presentemente é».

«Com efeito, generaliza-se a impressão de que o actual executivo é incapaz de vencer a crise com que o país se debate, devido à indefinição do seu próprio projecto político. As garantias que, à partida, «dava o governo» — para usar uma expressão do discurso presidencial — já quase ninguém as reconhece. Os objectivos deste — se os há ou quando os há — são extremamente nebulosos e não conduzem a uma efectiva mobilização dos portugueses para quem o 25 de Abril se fez.

«Torna-se, pois, evidente que é necessário encontrar metas que congreguem camadas amplas da população, tornando viáveis os caminhos que permitam superar a crise económica e social que está na origem da actual crise política.

«Não parece que esses caminhos possam ser percorridos sem um acordo entre as diversas forças representativas das classes e grupos sociais que aceitam o modelo constitucional. Um tal acordo será certamente conflitual, na medida em que, como afirmou o Presidente da República, resultará da «negociação entre interesses que naturalmente se opõem».

«Cabe, no entanto, assinalar que é no plano social que qualquer acordo político terá de ser posto à prova. Pouco valem os entendimentos a que possam, eventualmente, chegar os estados-maiores dos partidos políticos, desde que, à partida, não seja reconhecido este facto.

«A propósito deste acordo, muito se tem falado em **pacto social**. Mas a expressão está longe de ter um sentido claro para a generalidade da população, porque também não tem um sentido unívoco para as diversas forças que o propõem. Assim, para alguns, o **pacto social** parece mais ser uma forma de regresso à «paz» existente antes do 25 de Abril, mediante a reconstituição de centros de poder económico e social que, embora com alguns ajustamentos, desempenhariam funções idênticas às do passado.

«Pelo contrário, na presente situação das forças políticas e sociais, só um pacto que não conduza a indesejáveis regressos — e a formas que demonstraram na prática a sua inviabilidade e a sua incapacidade para resolver os problemas nacionais — pode ser aceite pelos trabalhadores e pelo movimento sindical que efectivamente os representa. Sem essa aceitação a crise permanecerá.»

HÁ QUEM QUEIRA RECOLHER DIVIDENDOS

E o comunicado diz ainda:

«A conclusão de um tal pacto, capaz de constituir a base de um governo estável, depende, pois, de os trabalhadores verem assegurados os seus empregos, controlada a alta do custo de vida, consolidado o papel do sector público como dinamizador do desenvolvimento económico, viabilizado o sector nacionalizado na indústria e nos campos e protegido o regular desenvolvimento do sector privado em subordinação aos princípios constitucionais.

«E tornou-se evidente que a política de endividamento externo não pode constituir alternativa aceitável a uma política virada para o desenvolvimento económico e social do país, através de transformações estruturais.

No momento em que decorrem negociações com o Fundo Monetário Internacional, cabe recordar que, se é certo que a crise económica não pode deixar de ser resolvida com o recurso a drásticas medidas que directamente afectarão as condições de vida dos trabalhadores portugueses, não o é menos que elas só poderão ter qualquer sentido para estes na medida em que se integram numa orientação global e compreensível. Orientação que tem que salvaguardar o essencial daquilo que o regime democrático lhes permitiu conquistar.

«Finalmente, parece ser de acentuar haver quem espere que o agravamento da crise venha a conferir uma aparência de legitimidade a uma intervenção das Forças Armadas. Assim, há forças políticas que esperam poder vir a colher dividendos dos reflexos do agravamento da crise no seio do aparelho militar.

Por esse motivo, torna-se indispensável assegurar que as Forças Armadas se mantenham coesas em torno do projecto constitucional. Só assim, tais forças políticas, vendo frustradas as perspectivas de concretização de uma solução alternativa à constitucionalmente estabelecida, poderão dispor-se a negociar um acordo político. Acordo que parecem condicionar, com aquela esperança, em termos inaceitáveis que apenas têm por fim impossibilitar a viabilização de uma plataforma política e provocar uma situação de ruptura irreversível.

«Por todas as razões apontadas, a solução da crise terá que passar por um acordo entre os partios políticos que aceitam o projecto constitucional, o movimento sindical e os trabalhadores portugueses. Na certeza de que, sem esse acordo, a Revolução e a Democracia estão em causa».

PUB.

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul

Rua Professor Narciso Costa, Lote 25, n.º 19, 1.º B (Delegação)
Telefone 24361 — LEIRIA

MOÇÃO

Os Delegados Sindicatos Químicos reunidos em Plenário na Delegação de Leiria em 12/10/1977, tendo conhecimento de que houve por parte da entidade patronal da firma **GRANDARTE, LDA.**, sita em Marinha Grande, uma agressão ao nosso camarada Delegado Sindical MANUEL MARQUES ESTEVES DOS SANTOS e a um outro trabalhador, os mesmos decidiram;

1 — Repudiar energicamente a cobarde agressão feita por este patrão;
2 — Exigir do Ministério do Trabalho que tome posições contra o mesmo;
3 — Manifestar a sua solidariedade e o seu apoio aos trabalhadores dessa empresa, em luta pela aplicação do CCTV.

Leiria, 12/10/1977.

Aprovada por unanimidade

PUB.

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

SECTOR DO ENSINO PRIMÁRIO

CONVOCATÓRIA

Convocam-se **os delegados sindicais e os professores não colocados** do ensino primário, para reuniões a realizar em Lisboa, Santarém e Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Informações
2 — Eleição de delegados representantes dos professores sem colocação
3 — Integração dos mesmos, nas zonas sindicais e sua articulação com os respectivos delegados sindicais.

Horário das reuniões:

Lisboa — dia 20 às 21.30 horas no Anfiteatro de Física da Faculdade de Ciências
Santarém — dia 21 às 21.30 horas na Sala de Actos, do Seminário
Setúbal — dia 21 às 21.30 horas na Escola Comercial e Industrial de Setúbal

O Secretário Geral do Ensino Primário

COM 1400 CANDIDATOS NA 4.ª GERAÇÃO

Velho português do Brasil deixa a maior herança conhecida

A herança de um velho donatário português, agraciado por D. Pedro II, imperador do Brasil, com imensos territórios e riquezas, está a provocar uma verdadeira corrida ao tribunal carioca em que vai ser aberta a parte correspondente à quarta geração.

Até agora já se apresentaram 1400 candidatos, mas o prazo só termina hoje: de qualquer modo, o testamento de 25 000 palavras que será lido, de novo, integralmente, não deixa esperanças a muitos dos pretendentes. É tão minucioso no seu articulado que permite a individualização e o reconhecimento legal dos supostos herdeiros, sem margem para grandes dúvidas.

Esta herança deverá ser a maior em todo o mundo. Deixou-a um velho colono do Brasil, de nome Domingos Faustino Correia, comendador do império e falecido em 1873, com uma fortuna em terras, minas de ouro, propriedades e dinheiro avaliada em sessenta mil milhões de dólares, qualquer coisa como dois mil e quatrocentos milhões de contos.

A herança em vista, porém, é apenas dez por cento ((seis mil milhões de dólares) da fortuna do antigo comendador, pois a outra fatia foi repartida, após a morte de Faustino Correia, pelos seus 14 filhos e netos.

A nova repartição, que agora se vai iniciar, corresponde aos descendentes em quarta geração.

O BILHETE PARA...

"Há cidadãos mais iguais do que outros"

PARIS, Outubro — O fim da ditadura fascista em Portugal pôs termo às grandes diferenças e desigualdades que existiam entre os cidadãos. Os Governos Provisórios e o primeiro Governo Constitucional adoptaram como divisa «a igualdade de todos os cidadãos», contemplada na Constituição portuguesa. Como diria o primeiro-ministro, «isto é a democracia», e é!

Mas entre os cidadãos todos iguais há alguns que são mais iguais do que outros e, como estamos em democracia, estes que são mais iguais só o são porque os menos iguais são cada vez mais desiguais.

Tudo isto é o resultado de uma equação que para os trabalhadores em Portugal se resume às aplicações, em democracia, de planos sucessivos de austeridade. E em democracia a austeridade seria para todos os cidadãos.

Acontece que os cidadãos mais iguais, pelas terras estrangeiras onde labutam os portugueses, não aceitaram lá muito bem a austeridade e, vai daí, foram aumentados de 70 por cento! A ser verdade, e o jornal dos portugueses da Renault «Voz da Fábrica» afirma-o, um cônsul em França passou a ganhar a soma de «dois milhões e 200 mil francos antigos (22.000 francos novos), ou seja 13 vezes mais que o salário mínimo dum trabalhador em França e cerca de 180 contos por mês ao câmbio actual».

Os conselheiros da Embaixada receberiam cerca de 18 mil francos novos e o Embaixador receberia como «emolumentos» 40.400 francos novos.

Que estas somas sejam necessárias para representar «o jardim à beira-mar plantado» que é Portugal, não pomos dúvidas. Os diplomatas têm muitas despesas de representação e o «charme discreto» paga-se caro.

Mas que depois digam ao emigrante que não há dinheiro para desenvolver uma rede social nos consulados, que não pode ser regularizado o câmbio nos consulados por necessidade de verba, que não podem pagar a animadores sociais ou a professores primários por compressão de despesas, que não há fundos para aumentar os salários dos trabalhadores consulares, apesar do aumento de custo de vida em França...

Aí, dizem os emigrantes, «ou há moralidade ou...a austeridade é para todos»! Pelo que se vê, não há moralidade e a austeridade não é para todos!

Artur Monteiro

Carteiro retinha em casa 120 kg de correspondência

PORTO, 19 — Foi descoberto pela Polícia Judiciária desta cidade o caso do carteiro Frankisco Peixoto, morador na freguesia de Pedroso, que retinha em casa cerca de 120 quilos de correspondência, alguma datada já de 1971, a qual nunca chegou a ser entregue aos respectivos destinatários.

A descoberta do facto ficou a dever-se a uma suspeita que a PJ aprofundou através de uma busca à residência do carteiro, autorizada por um magistrado judicial. Durante a busca foram encontrados indícios de que parte da correspondência desviada havia sido queimada.

BATAS PROFISSIONAIS
ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D — Rua Infantaria 16, 55-C — LISBOA

EA ELECTRO ALEGRA
FRIGORIFICOS - MÁQUINAS DE LAVAR
— TODAS AS MARCAS
— REPARAÇÕES COM 3 MESES DE GARANTIA
RUA DA JUNQUEIRA, 200 — PORTA 36 TEL. 63 96 86

No Estoril o «D.L.» é vendido por José Eduardo Grave Rosa
Tab. do Parque Arcadas do Parque

REESTRUTURAÇÃO DAS "QUÍMICAS E ADUBEIRAS"

Maioria está com a Quimigal

— afirmou CUT da CUF em comunicado

«A esmagadora maioria dos trabalhadores considera positiva a criação de uma empresa pública resultante da fusão da CUF, Amoníaco Português e Nitratos de Portugal, na medida em que tal decisão permite criar a base técnica e material indispensável a uma verdadeira reestruturação do sector químico e adubeiro» — considera a Comissão de Unidade dos Trabalhadores da CUF, em comunicado ontem divulgado, manifestando a posição dos trabalhadores relacionada com Quimigal-EP.

O documento considera ainda que, para concretizar a formação dessa empresa pública, é preciso «levar à prática uma política económica posta ao serviço dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, possibilitando a criação de condições para um processo de desenvolvimento industrial orientado para uma política de efectiva independência nacional».

Assinalando a disposição já manifestada pelos trabalhadores de não se pouparem a esforços para que seja concretizada a reorganização da economia nacional, o comunicado da CUT da CUF recorda que já em 7 de Fevereiro do ano corrente foi manifestado o repúdio pela tentativa de retirar ao sector nacionalizado todas as actividades químicas não adubeiras, para as entregar à iniciativa privada e muito provavelmnte às grandes empresas químicas multinacionais».

«Os trabalhadores sabem que a viabilidade económica e a situação financeira da Quimigal-EP depende em larga medida da diversificação das actuais actividades químicas altamente rendíveis capazes de constituir um suporte às actividades tradicionais de produção de adubos, que devem ser encaradas numa óptica predominantemente social de substituir parcial ou totalmente importações e com isso constituir uma importante contribuição para a redução do «deficit» das balanças comercial e de pagamentos e de trazer para o seio da nova empresa pública novas tecnologias que devem ser desenvolvidas no sector público e nacionalizado» — afirma-se no comunicado.

Por outro lado, diz-se no texto, existem já nas empresas que deram origem à nova empresa pública numerosos projectos de diversificação e um enorme potencial técnico e científico, uma grande capacidade de gestão organização e realização, que os trabalhadores não estão dispostos a permitir que «possam vir a ser retirados do sector público ou trasferidos para o controlo do sector privado».

Se esta medida se concretizasse, entende a CUT da CUF, afastar-se-ia da nova empresa pública «a possibilidade de desenvolver outras actividades ligadas a indústria química não adubeira, algumas das quais já existentes e outras em diferentes fases de projecto nas empresas».

CONSTRUÇÃO CIVIL, DESDE JANEIRO

Cerca de mil despedidos só no distrito de Lisboa

No sector da construção civil do distrito de Lisboa registaram-se cerca de mil despedimentos individuais desde o princípio do ano, segundo foi revelado ontem, em conferência de Imprensa, realizada no sindicato respectivo, com a presença da direcção. Durante o mesmo período, foi afirmado, os despedimentos colectivos totalizaram mais algumas centenas.

Este procedimento das entidades patronais, que «não se deve a uma crise no sector onde existem empresas que pagam mais aos serventes do que o mínimo salarial estipulado», atingiu predominantemente dirigentes sindicais, delegados e membros das comissões de trabalhadores, segundo declarações feitas na reunião com os jornalistas.

Os representantes dos trabalhadores criticaram os Decretos-Leis 372-A/75, 84/76, e 841-C/76, classificando-os como «lesivos dos interesses dos trabalhadores para facilitarem os despedimentos». No entanto, nova legislação se aproxima, como os decretos 353-H-/77, contidos no «Pacote 2», que virão liberalizar completamente os despedimentos, segundo entende a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa.

A contratação colectiva da construção civil foi, por outro lado, assinalado «está em vigor desde 1971, tendo sofrido apenas duas alterações introduzidas por duas portarias, uma relativamente às férias e outra à massa salarial».

Na conferência de Imprensa, foi ainda anunciado que no próximo dia 20, se realizará uma Assembleia Geral para serem votadas propostas de alteração aos estatutos do sindicato, tendo em vista uma adaptação à realidade política.

FUNÇÃO PÚBLICA

Não há data prevista para projecto de Lei das Bases

«As prioridades surgidas no Conselho de Ministros» são a razão apontada pelo secretário de Estado da Administração Pública, Santos Pais, em «informações prestadas à ANOP acerca do atraso na apresentação à Assembleia da República e aos trabalhadores para discussão, do projecto de Lei das Bases.

Afirmando que os dois primeiros capítulos entregues às organizações sindicais já foram alterados, aquele membro do Governo, declarou à agência que presentemente se trabalha no sentido de, no mais curto prazo, se ultimarem os capítulos restantes.

O facto de um documento como o projecto de Lei das Bases, ainda em discussão no plenário do Governo e com a classificação de confidencial, ter sido desviado e publicado num jornal partidário, não mereceu ao secretário de Estado mais do que um «lamento», por haver funcionários que se servem das suas funções para veicularem documentos confidenciais.

Quanto às reivindicações dos representantes dos trabalhadores da Função Pública, que pretendem ver rapidamente apresentado o projecto de Lei das Bases, o secretário de Estado disse que não faz qualquer previsão sobre a data em que o projecto estará pronto depois de discutido na especialidade pelo Conselho de Ministros.

A tabela salarial, informa a ANOP, que será objecto de uma proposta e está igualmente a ser «trabalhada». Além disso, presentemente estão a «detectar-se as carreiras que existem pois cada uma vai ter a sua reestruturação específica.

No que respeita à tabela salarial, segundo afirmou aquele membro do Governo, não foi aceite a estimativa de verba apresentada pelas comissões que trabalham o problema, estando a «estudar-se presentemente qual o valor concreto que irá consignado no plano».

E acrescentou: «Quando tiver a verba exacta, chamarei os sindicatos e direi: isto é uma manta pequena e só dá para isto...».

Aquela determinação, extensiva mesmo à presença dos dirigentes sindicais em reuniões sindicais internas legitimamente convocadas, é «contrária a todas as regras de actuação democrática, viola os direitos de sindicatos legalmente constituídos e reconhecidos e é um grave atentado às liberdades e aos direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição da República»:

A propósito deste caso, os sindicatos solicitaram, com urgência, uma entrevista ao ministro dos Assuntos Sociais.

Delegado despedido na "Nordica"

Acaba de ser despedido da empresa de confecções «Nórica» instalada em Caxinas, Vila do Conde, um delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores que havia sido suspenso há cerca de um mês. Segundo o Sindicato dos Têxteis o Porto trata-se de mais um despedimento político. Na verdade, pretendendo justificar o despedimento, a entidade patronal acusa o delegado sindical-despedido de ser «agitador».

Em Agosto, foi também despedida ilegalmente uma trabalhadorea sindical activa. Nessa altura, gerou-se uma hipótese de reve e proresto, tendo pouco depois sido suspenso o delegado sindical agora despedido.

ACT DA TAP

Tabela salarial em discussão

A Comissão Sindical da TAP espera que na reunião das negociações do ACT que esta tarde decorrem, a administração da companhia dê resposta à última contraproposta salarial dos representantes dos trabalhadores.

A CSE defende um aumento médio e geral de 1500 escudos mas discorda do aumento mínimo de 1200 escudos apresentado pela TAP.

O Sindicato do Pessoal de Voo da Aviação Civil, que discordou das propostas da CSE, apresentou por seu lado as suas propostas de aumento que orçam os 100 por cento. Assim, na óptica do Sindicato, os vencimentos mínimos deste pessoal, que actualmente são de 11 200$00 (para assistentes de bordo e comissários) passariam a 24 350$00, enquanto os máximos (auferidos pelos comandantes de 747) subiriam dos 41 700$00 actuais para 95 contos. Acrescente-se que os comandantes, ganhando este ordenado, poderiam atingir os 140 contos mensais se perfizessem, nesse espaço de tempo, as 85 horas de voo que lhes é permitido cumprir. A proposta de aumento da TAP para o pessoal de voo é de 1202$00 (mínimo) a 3290$00 (máximo).

Lista unitária nos Escritórios

Com a presença de cerca de 700 trabalhadores que encheram a sala e acessos efectuou-se ontem no Sindicato dos Trabalhadores de Escritórios do Distrito de Lisboa uma reunião em que foi eleita uma Comissão Dinamizadora para formação de uma lista unitária que deverá concorrer às próximas eleições sindicais.

Essa Comissão, de que fazem parte três elementos dos actuais cospos gerentes (Melo Pereira, José Luís Gaspar e Branca da Cruz), ficou encarregada de convocar outra reunião de sócios, a efectuar numa sala maior e em que proporá uma lista unitária.

Da mesma Comissão Dinamizadora participam elementos bastante conhecidos nos meios sindicais, como Caiano Pereira, Magalhães Ferreira e Fernando Abreu. No total, a Comissão é constituída por 17 membros.

Empresas em autogestão querem leis prometidas

Efectuar diligências junto da Assembleia da República com vista à discussão urgente da legislação sobre as empresas em autogestão e cooperativas, legislação essa que o Governo promete há dois anos, foi uma das deliberações tomadas na última reunião de representantes daquelas empresas, do distrito do Porto, em que participou também o respectivo secretariado.

Na reunião foram ainda estudados problemas daquelas empresas, nomeadamente quanto aos graves, prejuízos que lhes advieram das medidas do «segundo pacote» com os «aumentos escandalosos das taxas de juro dos empréstimos bancários».

Aprovadas, também algumas medidas sobre os problemas que as afectam e que irão agora ser propostas ao Governo.

Resolvido conflito de estivadores

Foi resolvido o conflito entre os estivadores e cooperantes marítimos e fluviais do distrito do Porto, e as Associações dos Agentes de Navegação e dos Agentes de Tráfego de Mercadorias do Douro e de Leixões, sobre a revisão das tabelas salariais que vinha opondo o sindicato àquelas associações patronais.

O problema ficou resolvido após reunião efectuada na delegação do MT. em que participaram representantes das Secretarias de Estado de Trabalho e da Marinha Mercante.

Recorde-se que o Sindicato havia feito pré-aviso de greve relativamente ao diferendo que agora ficou sanado.

PROIBIÇÃO NOS HOSPITAIS

Uma circular da Direcção-Geral dos Hospitais determina, como orientação para todos os serviços do Ministério, a não autorização da entrada nas instalações de elemento das direcções dos sindicatos que representam funcionários dos serviços — segundo denuncia o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul, em comunicado agora divulgado.

o professor

REVISTA DE EDUCAÇÃO E ENSINO

UMA REVISTA RENOVADA

- na colaboração
- na apresentação gráfica

UMA REVISTA A LER E A DIVULGAR
UMA REVISTA A ASSINAR

- para receber com regularidade e com maior economia

Por 10 números

	Via normal	Via aérea
Continente	195$00 ☐	—
Ilhas	220$00 ☐	237$00 ☐
Europa	245$00 ☐	265$00 ☐
Angola, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, S. Tomé e Timor	220$00 ☐	267$00 ☐
Outros países	245$00 ☐	305$00

2 REVISTAS GRÁTIS NUMA ASSINATURA

NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____
Desejo assinar a revista o professor a partir do número ____
e por ____ números
Para o respectivo pagamento envio Esc ____$____ em cheque
n.º ____ / Vale de Correio n.º ____ sobre Banco ou Estação de Correio ____

Recorte o cupão
e envie para CDL - Departamento Assinaturas - Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa

RONDA PELAS ASSOCIAÇÕES DE AMIZADE

Portugal - URSS dá prioridade às comemorações da Revolução de Outubro

«Uma vez tomado o Palácio de Inverno pelas tropas bolcheviques, Vladimir Ilich que muito se enervava com a lentidão com que actuavam os chefes militares pôde, finalmente, respirar aliviado. Logo pôs de lado o simples disfarce que até aí usara e, rodeado pelos seus velhos companheiros de luta, apresentou-se na sessão do Soviete de Deputados Operários e Soldados de Petrogrado, que esperava esta coroação dos acontecimentos».

Mais do que um trovão foi uma verdadeira tempestade de sentimentos humanos que abalou e emocionou a sala ao ver aparecer Vladimir Ilich (Lenine) que, de imediato, subiu à tribuna e iniciou o trabalho — o trabalho, quer dizer, a caminhada para o Estado Socialista das Repúblicas Soviéticas.

AS COMEMORAÇÕES DO 7 DE NOVEMBRO

O capítulo referido, situa-se, como é óbvio, em pleno triunfo da Revolução de 7 de Novembro de 1917, que no antigo calendário russo, correspondia ao 25 de Outubro. Relembramo-lo sobre um trabalho de Bontch-Bruévitch, companheiro de luta de Lenine (e que veio a ser mais tarde encarregado dos Negócios do Conselho de Comissários do Povo), publicado no número 6 da revista «Paz e Amizade», editada pela Associação Portugal-URSS. E vem a propósito, porque a Associação Portugal-URSS acaba de preparar um programa para a realização em Portugal de um bloco de cerimónias públicas que contemplará, significativamente, o 60.º aniversário da Revolução de Outubro, que deu lugar à construção das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Naturalmente que não se trata de uma realização sem outras dimensões além do que vai ocorrer em Portugal e na União Soviética. Como tem acontecido em aniversários anteriores desta data de alcance histórico tão intenso que não é fácil conhecer as fronteiras por ele estabelecidas, os acontecimentos que dele fazem parte vão ter um cunho verdadeiramente universal.

ADESÃO A TODOS OS NIVEIS

Mas reportemo-nos ao que vai acontecer em Portugal por iniciativa da Associação Portugal-URSS em colaboração com a sua congénere, a Associação ou Comité URSS-Portugal.

Há que relevar, certamente! a adesão da Secretaria de Estado da Cultura que, aos primeiros contactos com aquela Associação, logo se dispôs a ceder a Galeria de Arte Moderna e, com ela, o Mercado do Povo, em Belém, para todas as iniciativas que necessitassem deste espaço, assim como o Palácio Foz para outras iniciativas. Pode-se, portanto anunciar que o Mercado do Povo estará a funcionar, para as referidas comemorações, entre 1 e 15 de Novembro. Inclusivamente, para além de se poder assistir a todas as manifestações que ali vão ter lugar e de que falaremos mais adiante, segundo o programa da APURSS, também se poderá jantar no próprio Mercado do Povo onde residirá, durante este período, um cozinheiro ucraniano genuíno.

Somos um povo que desde há muitos anos pouco se deu a conhecer e que procurou — não porque essa fosse a sua vontade, mas porque os condicionalismos impostos assim o determinavam — ficar afastado das realidades dos outros povos. É isto que é preciso quebrar e que se tem tentado quebrar, mau grado alguns benefícios, depois do 25 de Abril.

Parece que assim o entendeu uma boa parte dos portugueses deste país regenerado. Portanto, não há que admirar da adesão às cerimónias do 60.º aniversário da Revolução de Outubro de pessoas como os governadores civis de Castelo Branco e Faro, do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de dirigentes sindicais e de personalidades dos mais variados sectores da vida nacional.

O programa é, em si, um convite à adesão de que falámos. No dia 5, uma representação da República Socialista da Ucrânia, chefiada por Igor Stepanenku, participará na sessão pública que terá lugar no Pavilhão dos Desportos em Lisboa. Esta delegação, que será recebida pelas entidades oficiais, fará, mais tarde, uma digressão por todo o País.

Os elementos dos corpos directivos da APURSS que falaram para o nosso jornal

No Mercado do Povo, em Belém, estarão patentes as seguintes exposições: 370 fotografias sobre a actual realidade soviética, com destaque para a Ucrânia; filatelia; filumenismo; discos; livros soviéticos traduzidos. Haverá debates sobre desporto, economia, agricultura, organizações sociais, trabalho, educação, igreja e religião, informação e outros ramos; aos sábados e domingos, tardes infantis; espectáculos de música e canto.

Mas Portugal não é só Lisboa e melhor do que ninguém sabem-no os povos que aprenderam há muito a vantagem da descentralização da cultura e da fraternidade. É por isso que um Grupo Folclórico da Ucrânia levará a cabo espectáculos nos seguintes pontos do País e nas datas indicadas: dia 4, em Leiria; dia 5, em Lisboa; dia 6, no Porto; dia 7, em Braga; dia 8, em Viana do Castelo; dia 9 em Espinho; dia 10 em Vila Real de Trás-os-Montes; na Guarda, dia 11; na Covilhã, a 12; a 13 em Torres Novas; no Funchal, a 14; para os dias 15 e 16 está ainda em estudo o programa.

As exposições do livro soviético já citadas, vão abranger, igualmente, 14 cidades do País. Assistiremos ainda à digressão de um pianista e uma cantora de ópera e de um grupo de 15 personalidades ligadas à cultura, à ciência e à técnica e que terão oportunidade de falar, de conversar com as pessoas, acerca da vida soviética na actualidade.

Artesanato, gravuras, cinema, terão a sua amostragem em várias localidades. No Palácio Foz, de 4 a 15 de Novembro, teremos uma exposição de pintura de artistas ucranianos, estando projectada a exibição de filmes soviéticos, no mesmo local, de 4 a 15 do referido mês.

Será, portanto, um diálogo intenso. Os portugueses terão oportunidade de se informarem e de se debruçarem activamente sobre este grande momento da vida da URSS e de todos os povos socialistas — visto que a Revolução de Outubro é um acto universal.

15 MIL ASSOCIADOS

Intervir, edificando todos os dias um pouco mais da estrutura do autêntico internacionalismo e da amizade e compreensão entre os povos, é a missão primordial de uma Associação como a Portugal-URSS.

A Associação Portugal-URSS que conta, neste momento, quase 15 mil associados — sendo, nesta dimensão, a Associação do género com maior número de sócios e amplitude a nível nacional —, foi fundada em Junho de 1974, embora só em Novembro do mesmo ano se tivesse iniciado o seu movimento. No núcleo fundador da APURSS, muito vasto, havia representantes de várias regiões do País e até de linhas ideológicas díspares. Salienta-se, de memória, os nomes de Fernando Lopes Graça, Blasco Hugo Fernandes, prof. Henrique de Barros, Jacinto do Prado Coelho, Alexandre Babo, prof. Rui Luís Gomes, João de Freitas Branco, Aboim Inglês, etc.

Já em 1974 e dentro das possibilidades de uma Associação recém-criada, incentivou e realizou o 57.º aniversário da Revolução de Outubro, trazendo a Portugal grupos de canto e dança e ginastas daquele país. Antes, trouxera a Lisboa e Porto, os coros da Marinha do Mar Negro.

Em Novembro de 74 tomam posse os corpos gerentes e é enviada então a primeira delegação à URSS, constituída pelo prof. Henrique de Barros, Fernando Namora e José Palla, e Carmo, entre outros.

O seu crescimento processa-se a um ritmo admirável. Assim, tendo em Março de 75 cerca de 3000 sócios, já em Março de 76 contava os 6000 associados, atingindo nos inícios deste ano mais de 10 000 e estando agora a caminho dos 15 000 sócios.

Para darmos uma ideia da finalidade da APURSS, vejamos o que se afirmou quando da assinatura do convénio entre as associações Portugal-URSS e URSS-Portugal.

«Guiando-se pelo desejo de contribuir para o desenvolvimento e para o fortalecimento das relações amistosas e culturais entre os povos da União Soviética e Portugal, a União das Associações Soviéticas de amizade e relações culturais com outros países e a Associação URSS-Portugal, por um lado e a Associação Portugal-URSS, por outro, concordaram no que diz respeito ao seguinte: «Ambas as partes, convictas de que a manutenção e a consolidação da paz na Terra dependem em grande medida do fortalecimento das relações amistosas e culturais entre os povos, empenharão todos os seus esforços para melhorar a compreensão mútua entre os povos da União Soviética e de Portugal e para ampliar todos os contactos possíveis entre eles. Ambas as partes, de acordo com os seus estatutos, contribuirão para o conhecimento, pelos povos soviéticos e português, do trabalho, da vida, da economia e da história cultural do outro povo. Ambas as partes, levando em consideração a importância do desenvolvimento de contactos pessoais para o fortalecimento das relações amistosas e culturais, efectuarão o intercâmbio de delegações, cientistas, personalidades da cultura e sociais e conferencistas. As partes contratantes darão toda a espécie de ajuda e assistência às respectivas delegações, às personalidades, à cultura e à ciência».

ELO ENTRE DOIS POVOS

A actividade da Assso-ciação Portugal-URSS nos campos acima enunciados, somam já muitas e variadas iniciativas, cada qual a mais importante. Referiremos apenas algumas, que no entanto nos permitirão avaliar do trabalho em profundidade que a APURSS tem levado a cabo desde a sua fundação.

No incitamento ao turismo vejamos os números: em 1975, a APURSS pôde levar à União Soviética, 150 pessoas. Mas em 76, este número subiu para 600 e em 77, para 1300 pessoas. Pensa-se que em 78 se ultrapassará as 2 000.

No campo do intercâmbio cultural e da actividade dita regular: 600 filmes soviéticos já projectados em todo o país; exposições de fotografia, livros, brochuras (muitos milhares), de artesanato, gravura, etc; debates sobre a vida na URSS, conferências sobre economia, arte e até sobre a Constituição soviética agora promulgada.

Na sua sede, na Rua de S. Caetano, à Lapa, em Lisboa, todas as sextas-feiras há uma palestra ou a projecção de um filme seguida de debate.

Os cursos de língua russa que ali se realizam, inaugurados em Fevereiro de 75 com um método soviético, iniciaram-se com cerca de 200 alunos. Há turmas de 1.º, 2.º e 3.º ano, com várias turmas de crianças. Hoje, atingem mais de 400 alunos, com seis professores soviéticos na sua orientação. Estes cursos, estendem-se aos círculos da APURSS do Porto, Almada, Barreiro, Moscavide e Mafra. Abrirão em breve aulas em Portimão e Faro.

Bolsas de estudo concedidas pela APURSS para a União Soviética: neste momento há 34 estudantes ou trabalhadores-estudantes portugueses beneficiados com estas bolsas de estudo, espalhados por várias cidades russas — Moscovo, Kiev, Odessa, etc.

A APURSS tem dado a conhecer alguns aspectos da cultura portuguesa na União Soviética, fazendo inclusivamente, deslocar ali artistas do nosso meio musical, como Carlos Paredes, Adriano Correia de Oliveira, Fernando Alvim, Trio Harmonia e outros.

Organiza a Associação Portugal-URSS visitas a vários dos Estados da União Soviética. As delegações são constantes, no intuito de manter vivo o espírito de cooperação, da amizade e da compreensão. Ainda há dias chegou uma dessas delegações que se deslocou à União Soviética e que integrava, entre outras personalidades, o prof. Jacinto do Prado Coelho. Em Dezembro e integrado numa dessas delegações, partirá para Moscovo o dr. Piteira Santos. Também este ano se promoveu a ida à União Soviética de uma delegação de católicos portugueses.

Tudo isto, junto com os convites constantes feitos a personalidades da arte e da ciência soviéticas, de grupos folclóricos e de canto e dança, traduz uma actividade intensa e um volume de trabalho que diz bem da organização em fundo que é a APURSS.

De resto, as realizações para a comemoração do 6.º aniversário da Revolução de Outubro, com toda a amplitude que vão ter e de que já demos uma pálida ideia, demnostram como a APURSS persegue os seus grandes objectivos que são o de se manter como elo entre dois povos amigos, alimentando o interesse mútuo, a fraternidade e o conhecimento.

A APURSS publica ainda um boletim «Paz e Amizade», de excelente apresentação e colaboração cuidada.

NOVO
fevertest
teste instantâneo da febre
sim

não
leitura imediata
utilizável milhares de vezes
Basta colocar na testa a fita plástica, durante quinze segundos.
Se aparecer a letra N a temperatura está Normal.
Se aparecer NF, é porque se trata de um estado Febril, portanto acima dos 37°.
Processo de detectar a febre baseado num novo sistema de cristais líquidos
o novo teste instantâneo da febre é extremamente prático e de resultados seguros.
"Fevertest" encontra-se à venda exclusivamente nas farmácias.

MOÇAMBIQUE

Economia débil busca mercados em quadrantes antagónicos

. MAPUTO _(Antoine de Nerciat, da FP) _ Os dirigentes moçambicanos gostam de apresentar o seu país como uma «trincheira cavada na linha da frente da zona libertada da Humanidade». Esta zona, para eles, corresponde ao mundo socialista. De facto, a nação moçambicana marxista-leninista está geograficamente situada frente à orla da África do «poder pálido» dos regimes minoritários de Pretória e Salisbúria.

Uma visita ao pequeno museu de Maputo constitui uma sucessão de evocações não só da humilhação da escravatura e da resistência armada às forças colonialistas, mas também das incursões do exército rodesiano.

Este penetra frequentemente no território moçambicano para atacar os acampamentos e os centros de agrupamento dos nacionalistas rodesianos, facilidades logísticas concedidas por Moçambique, país que faz parte do grupo denominado da «linha da frente», juntamente com a Tanzânia, a Zâmbia, o Botswana e Angola.

Independente há pouco mais de dois anos, Moçambique sofre fortemente com o conflito rodesiano, sofrimento que se traduz não só por ataques e destruições como também pelo pesado tributo pago pela sua economia, depois do encerramento da fronteira com a Rodésia em Março de 1976.

O porto da Beira servia em grande parte a Rodésia, e Moçambique obtinha desse trânsito de mercadorias grande parte dos recursos que contrabalançavam parcialmente o défice da sua balança comercial.

Como contrapartida da aplicação, por sua parte, das sanções da ONU contra a Rodésia, Moçambique recebeu um auxílio importante do exterior, fornecido tanto pelos países socialistas como pelos ocidentais, mas esse auxílio, na opinião geral, é insuficiente para proporcionar bases viáveis a uma economia que os observadores são unânimes em constatar que se encontra num estado catastrófico.

De modo geral, a produção geral está em perigo. A queda da produção agrícola priva o país, em que nove milhões de habitantes vivem à razão de 90 por cento no «mato», das receitas de exportação, e coloca-o na obrigação de realizar importações maciças de produtos alimentares de primeira necessidade.

Nos meios diplomáticos ocidentais de Maputo, pensa-se que a produção industrial deverá registar este ano uma ligeira melhoria, que será, contudo, insuficiente para provocar uma inversão significativa da situação, após as baixas consideráveis dos dois últimos anos.

O mercado interno arrasta-se em condições difíceis, como demonstram as longas bichas às portas das «lojas do povo» em Maputo.

Este conjunto de factores explica, aos olhos dos observadores, que o regime de Maputo (que figura, sob muitos aspectos, como um dos modelos mais avançados da revolução em África, com a sua adesão ao socialismo científico e com a Frelimo que, de frente de resistência ao domínio colonial se transfornou num partido de quadros) mostre uma certa prudência em matéria de política económica.

O Terceiro Congresso da Frelimo aprovou o princípio de relações internacionais privilegiadas de Moçambique com os «aliados naturais» do mundo socialista, mas insistiu na necessidade da manutenção de relações económicas com tantos países quanto possível, desde que tal não comporte entraves para a independência do país.

Entretanto, Moçambique continua a ser um enclave da rede económica sul-africana. A tal ponto que, no momento em que Samora Machel dava as boas-vindas a Maputo a Nicolai Podgorny, em Março de 1977, «nas fronteiras da África empenhada na edificação das bases do socialismo e da África apoiada pelo imperialismo», e assinava com o então presidente soviético um tratado de amizade e de cooperação, a África do Sul começava a receber a electricidade comercial do complexo hidroeléctrico de Cabora Bassa, no vale do rio Zambeze.

Onde conduzirá a modernização do Exército Chinês ?

VLADIMIR LOMEIKO

A frequência das visitas de militares do Ocidente à China e a deslocação de generais chineses à Europa ocidental apenas confirmam aquilo que os dirigentes de Pequim já não procuram esconder: a China está interessada na cooperação militar com o Ocidente.

Esta orientação vem do 11.º Congresso do Partido Comunista da China que decidiu modernizar as forças armadas. E para realizar a tarefa, Pequim recorreu a Washington, aliado de Taiwan. Os oficiais chineses afirmaram aos americanos, nomeadamente ao ex-ministro de defesa Schlesinger, que em caso de conflito com a União Soviética o exército chinês, dado o seu estado, não podia desempenhar a sua função de «inimigo convencional».

Pequim calculou bem e os meios militares do Ocidente apreciaram a franqueza. Quando da visita à China, no passado mês de Julho, o almirante Elmo Zumwalt comunicou aos dirigentes de Pequim que Brezinski, conselheiro do presidente Carter, o encarregara de deixar compreender que os EUA não tinham decidido interditar a venda de armas à China. Pouco depois, sabia-se que durante as conversações do secretário de Estado, Vance, com o presidente Hua Kuo-Feng, se chegaram a acordos secretos destinados a reforçar o aparelho militar chinês por meio da importação de tecnologia electrónica moderna.

Talvez isso não seja só o atributo pago às tendências anti-soviéticas de Pequim, mas também uma forma de recompensar a «compreensão» demonstrada face às relações entre Washington e Taiwan.

Muitos jornais do Ocidente deram relevo à declaração de Teng Hsiao-Ping que pretende aumentar o orçamento da defesa de 8 ou 9 por cento para 15 por cento do total e erguer um verdadeiro exército de profissionais. É desnecessário acrescentar o apreço com que essa Imprensa tratou as revelações de Pequim relativas à fraqueza do seu exército e à intenção de modernizá-lo. E tudo isto acompanhado pela tradicional «ameaça soviética».

O Ocidente, entusiasmado pela caça aos novos contratos de vendas de armas, parece ter esquecido o seu próprio futuro.

Yeh Chien-Ying, ministro chinês da Defesa, sublinhou ainda não há muito tempo a necessidade de manter fortes e modernos exércitos de terra, ar e mar, equipados com mísseis cruzeiro e armas nucleares.

Durante a recente conversa com os generais da RFA, Teng Hsiao-Ping afirmou que a guerra era inevitável. E aos japoneses, com quem tinha dialogado antes, comunicou que a China se preparava para uma guerra e recomendava aos outros para fazerem o mesmo.

Os actuais fornecedores de armas de Pequim estarão, por acaso, seguros que, no futuro, lhes será pedido conselho sobre a utilização dessas armas?

Porque também eles, no caso de um conflito nuclear, terão muito poucas possibilidades de sairem ilesos.

NOVOSTI

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Ílhavo em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP (ex-UEP-Norte), a que se refere o processo 8/32 263, arquivo 4, para o estabelecimento nas freguesias de Gafanha da Nazaré e Gafanha da Encarnação, concelho de Ílhavo, de uma linha aérea a 15 kV, com 2932 metros, do apoio n.º 26 da linha Gafanha-Barra ao posto de transformação de Costa Nova I, da Câmara Municipal de Ílhavo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Setembro de 1977

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

SOCIEDADE PORTUGUESA DE FILOSOFIA (SPF)

Certifico que, por escritura de 14 de Fevereiro de 1967, lavrada de fl. 15 v.º a fl. 26 do livro n.º 133-A de escrituras diversas do 10.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do notário licenciado Manuel Rodrigues Mendes de Andrade, foi constituída a associação denominada Sociedade Portuguesa de Filosofia (S.P.F.) com sede e domicílio provisório na Rua de Almeida e Sousa, n.º 23, tendo por fim promover o progresso, a expansão e a divulgação dos estudos filosóficos.

A associação foi constituída com duração ilimitada, sendo condições essenciais para admissão de sócios:

a) A admissão de sócios individuais compete a comissão de admissões, nos termos dos artigos 40.º e 41.º destes estatutos, mediante proposta subscrita pelo candidato e por três sócios individuais;

b) A admissão de socios colectivos e de socios correspondentes far-se-á precedendo convite do conselho geral ou por decisão da comissão de admissões, nos termos dos artigos 40.º e 41.º dos estatutos, perante pedido apresentado pelo candidato.

Não podem ser admitidas como sócios pessoas que estejam abrangidas por qualquer das incapacidades eleitorais previstas no artigo 308.º da Constituição da República Portuguesa.

Perdem a qualidade de sócios da S.P.F.:

a) Os que se demitam;

b) Os que se atrasarem no pagamento de quotas por periodo superior a doze meses;

c) Os que infrinjam os deveres sociais, e bem assim, aqueles cuja conduta se mostre contrária aos fins estatutários ou concorra para o descrédito ou prejuízo da S.P.F.

Cabe à direcção dar baixa dos sócios demissionarios e promover, após um último aviso prévio convidando o sócio a regularizar a sua situação, a exclusão dos que fiquem incursos na alínea b) deste artigo.

Cabe ao conselho geral, por sua iniciativa ou mediante proposta subscrita por, pelo menos, vinte sócios individuais, promover o processo de exclusão ao abrigo da alínea d deste artigo, competindo à assembleia geral pronunciar-se acerca da exclusão, sob proposta justificada do mesmo conselho.

Para organizaçao do processo de exclusão do sócio ao abrigo do 2.º do artigo anterior, o conselho geral deverá nomear uma comissão de inquérito, que, obrigatoriamente, ouvirá o sócio acusado e cujas conclusões acompanharão a título justificativo, a proposta que o conselho geral decida apresentar à assembleia geral.

A exclusaoao abrigo da alínea c) do artigo 13.º dos estatutos só terá lugar se for aprovada por maioria de dois terços dos sócios individuais presentes em assembleia geral, para a qual é obrigatorio, em primeiro convocação, o quorum de, pelo menos, metade do número daqueles sócios, e se houver falta de quórum, proceder-se-á a nova convocação, com a antecedência mínima de dez dias, funcionando então a assembleia geral com qualquer número de presentes.

Por ser verdade e me ser requerido passo o presente extracto, declarando-o conforme ao respectivo original na parte extractada, nada havendo nele em contrário ou além do que neste se certifica e transcreve.

10.º Cartório Notarial de Lisboa, 20 de Julho de 1977

Ajudante,
Maria Luísa Galveias Andrade

DÉCIMO NONO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Fausto da Silva Malvar, ajudante deste cartório

CERTIFICO

Para efeitos de publicação que por escritura de **cinco de Agosto de mil novecentos e setenta e sete lavrada de folhas sessenta quatro a setenta verso do livro de notas F-Sessenta Seis deste Cartório,** D. Maria Isabel Correia Valente Neves, Amadeu Manuel Valente Rodrigues, D.ª Maria Teresa Valente Rodrigues Maldonado Tuna, D. Graça Maria Valente Rodrigues e Rui Valente Rodrigues deixaram de ser sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada denominada Sociedade de Empreendimentos e Exploração Hoteleira Valente e Fernandes, Limitada, com sede nesta cidade, e autorizaram que os seus apelidos «Valente», continuassem a figurar na denominação social. Pela mesma escritura **José Domingues Fernandes, António Mendes Barata, Manuel Damas da Silva e Moisés Ramos Marques** únicos sócios da dita sociedade, aumentaram o capital social de 57.500$00 para 1.000.000$00 sendo a importância do aumento no montante de 942.500$00, inteiramente realizada em dinheiro, que já deu entrada na caixa social subscrita da seguinte forma. O sócio José Domingues Fernandes subscreveu uma quota do valor nominal de 277.500$00; o sócio António Mendes Barata subscreveu uma quota do valor nominal de 285.000$00; o sócio Manuel Damas da Silva subscreveu uma quota do valor nominal de 285.000$00; e o sócio Moisés Ramos Marques subscreveu uma quota do valor nominal de 95.000$00;

Que, pela mesma escritura, alteraram totalmente o pacto social que passou a ser o constante dos artigos da presente fotocópia, o qual está conforme ao original.

Lisboa e Décimo Nono Cartório Notarial oito de Agosto de mil novecentos e setenta sete.

O Ajudante
Fausto da Silva Malvar

PRIMEIRO

A sociedade continua a adoptar a denominação SOCIEDADE DE EMPREENDIMENTOS E EXPLORAÇÃO HOTELEIRA VALENTE E FERNANDES, LIMITADA, tem a sua sede e estabelecimento nesta cidade, na Rua Nova de São Mamede, número sessenta e quatro, rés-do-chão a sessenta e oito, freguesia de São Mamede, e durará por tempo indeterminado a contar de treze de Janeiro de mil novecentos e setenta e seis, data da sua constituição.

SEGUNDO:

A sociedade terá as sucursais, agências, delegações e quaisquer outras formas de representação social onde, quando e nas condições que a assembleia geral decidir.

TERCEIRO:

O seu objectivo é o exercício das actividades ligadas à indústria hoteleira ou de qualquer outra em que os sócios acordem e não seja proibida por lei.

QUARTO:

O capital social é de um milhão de escudos, está integralmente realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da escrita social e corresponde à soma das quatro seguintes quotas: uma de trezentos mil escudos pertencente ao sócio José Domingues Fernandes, uma de trezentos mil escudos pertencente ao sócio António Mendes Barata, uma de trezentos mil escudos pertencente ao sócio Manuel Damas da Silva, e uma de cem mil escudos pertencente ao sócio Moisés Ramos Marques.

QUINTO:

Não serão exigíveis prestações suplementares, podendo, porém, qualquer sócio fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições que forem acordados em assembleia geral.

SEXTO:

Um — São livres as cessões de quotas entre os sócios.

Dois — A cessão de quotas, total ou parcial, a favor de estranhos, carece de prévia autorização da sociedade.

Três — Na cessão a favor de estranhos a sociedade terá direito de preferência, que, se for por ela prescindida, caberá depois ao conjunto dos sócios não cedentes e, finalmente, a qualquer ou quaisquer deles.

Quatro — O sócio que pretender ceder a sua quota, no todo ou em parte, a estranhos, assim o comunicará à gerência por carta registada, que, dentro de vinte dias, convocará uma assembleia geral para deliberar sobre a autorização e preferência da cessão.

Cinco — Deve o sócio cedente indicar na carta o nome da pessoa com quem deseja transaccionar a quota, o preço estipulado e demais condições do contrato.

Seis — A sociedade poderá usar do seu direito de preferência pagando a quota pelo valor de um balanço especial a elaborar, acrescido da parte correspondente no fundo de reserva legal e quaisquer outros fundos que tenham sido criados.

SÉTIMO:

Um — É permitida a amortização das quotas nos seguintes casos:

a) — por acordo com o sócio;

b) — por inobservância do que nestes estatutos se prevê quanto a cessão de quotas a estranhos;

c) — venda judicial de quotas, qualquer que seja a forma e natureza do processo em que se efectue.

Dois — Posto que a **gerência incumba a todos os sócios a sociedade só pode obrigar-se com a assinatura, em conjunto de dois gerentes, sendo uma delas a do gerente José Domingues Fernandes** e a outra de qualquer dos **outros gerentes, salvo tratando-se de assuntos de** mero **expediente,** em que basta a assinatura de um deles.

Três — É proibido aos gerentes obrigar a sociedade em negócios alheios aos interesses sociais, tais como abonações, fianças, letras de favor e actos semelhantes, ficando o infractor responsável pelos prejuízos que causar à sociedade.

NONO:

Um — As assembleias gerais, salvo nos casos em que a lei exija forma e prazo diferentes, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de quinze dias, e delas deverão constar todos os assuntos a tratar.

Dois — Qualquer sócio pode convocar a assembleia geral.

DÉCIMO:

Um — A sociedade só se dissolve nos casos fixados na lei comercial.

Dois — No caso de falecimento de qualquer dos sócios, querendo os seus herdeiros continuar na sociedade, a sua quota manter-se-á indivisa, mas deverão nomear um de entre eles, que a todos represente.

Três — Preferindo os herdeiros afastar-se da sociedade, esta adquirirá a quota, cujo valor será calculado e pago nos termos estipulados no número seis do artigo seis destes estatutos.

DÉCIMO PRIMEIRO:

Dissolvida a sociedade, por qualquer causa que não seja a falência, serão liquidatários os sócios que a assembleia geral designar, devendo a liquidação estar concluída no prazo de dois meses a contar da realização da assembleia geral em que for tomada esta deliberação.

BAADER-MEINHOF

Estupefacção e protestos pela morte dos três presos

Apesar de os reféns do Boeing da Lufthansa salvos em Mogadíscio já estarem em casa, o rapto do «patrão dos patrões» da RFA, Hans Martin Schleyer, ainda não terminou. A seu respeito nada se sabe, e começam a surgir as primeiras dúvidas quanto ao alegado suicídio dos dirigentes do grupo Baader-Meinhof, na prisão de Estugarda, acompanhadas de protestos pelas suas mortes.

Ontem, em Bona, o chanceler Helmut Shmidt, em meio aos cumprimentos generalizados, dizia que o seu Governo beneficiara do «apoio activo» da Grã-Bretanha, França, EUA, Grécia, URSS, RDA, Arábia Saudita e Somália, no caso do desvio do avião, com especial referência ao presidente francês, Valery Giscard d'Estaing, e ao primeiro-ministro britânico, James Callaghan. Afirmando estar «consternado» pelos suicídios, acredita, entretanto, que o rapto de Schleyer e o sequestro do «Boeing» não serão os últimos desafios que terá de enfrentar.

As agências informam que a Alemanha Federal ficou «estupefacta» com a notícia de que os militantes do grupo Baader-Meinhof tinham sido encontrados mortos nas suas celas de «segurança máxima», com a surpresa maior ligada ao facto de dois deles, Andreas Baader e Jan Carl Raspe, possuirem pistolas. Esta estupefacção, entretanto, não atingiu 17 advogados de Berlim Oeste, especializados na defesa de presos políticos de esquerda. Num telegrama enviado a Hans Jochen Vogel, ministro da Justiça, exprimem «receio» de que outros presos «não sobrevivam ao isolamento completo» e afirmam «a impressão de que a eventualidade de uma execução de detidos políticos a título de represália, já se traduziu nos factos».

Pelo seu lado, as autoridades oeste-alemãs proibiram o fornecimento de notícias sobre as mortes e dizem que o caso está «em investigação».

Ontem à tarde, enquanto a polícia francesa desmentia que um corpo que aparecera a boiar no Sena pertencia a Hans Martin Schleyer, como chegou a ser noticiado, registavam-se protestos em vários pontos da Europa. Em Paris, o Partido Socialista Unificado — PSU — ao mesmo tempo em que condenava o sequestro do avião, não entrava no «coro de elogios» duvidando do suicídio, acusava a RFA de ter encontrado «cúmplices poderosos» e denunciava que «a sociedade alemã carrega em si o germe da incapacidade», como provam as recentes medidas de reforço da repressão adoptada. Em Turim, registaram-se atentados contra instalações da BMW e da Volkswagen; em Bolonha, um engenho explodiu na koncessionária VW e outro na Kalle Infotec; em Roma, manifestantes foram até à Lufthansa e à Embaixada da RFA, fortemente guardas, sem incidentes; em Génova, os vidros do konsulado da RFA foram partidos; novamente Paris, dois autocarros turísticos foram alvos de tentativa de incêndio; em Milão, as «Brigadas Vermelhas» ameaçam de morte «diversos fascistas alemães residentes em Itália»; em Londres, protestos junto à Embaixada; em Atenas, manifestações sem incidentes.

Por outro lado, a Federação Internacional de Associações de Pilotos Aéreos — IFAPLA — revelou já ter recebido respostas de muitos dos seus 55.000 membros à proposta de greve de 48 horas, caso as Nações Unidas não se reunam em breve para debater sobre os sequestros de aviões. O comandante Derry Pearce, presidente da IFAPLA, com sede em Hong-Kong, quer uma sessão urgente, ainda antes do dia 25 para discussão do problema.

LEI DE AUXÍLIO MILITAR DOS EUA

Representantes levantam embargo contra os países socialistas

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos concordou em aceder à proposta do presidente Carter para o levantamento de um embargo de assistência a países socialistas e aprovou uma quantia de 6.700 milhões de dólares para auxílio externo.

Esta medida passou agora para o Senado onde se espera que seja brevemente aprovada.

Todos os programas de assistência externa, económica ou militar, serão englobados no ano fiscal que se inicia a 1 de Outubro.

Nele ficarão incluídos os 1.800 milhões de dólares de ajuda militar a Israel, 750 milhões para o Egipto, 90 milhões para a Síria e 224 milhões para a Jordânia.

A Câmara votara anteriormente uma proibição de todo o auxílio, incluindo empréstimos efeitos através de organizações financeiras internacionais, a Cuba, Camboja, Laos Vietname, Moçambique e Angola, decidindo também não auxiliar nações produtoras de açúcar, óleo de palma e citrinos que concorrem com firmas norte-americanas, decisão que o Senado se recusou a aceitar.

Carter, por seu lado, disse que apoiaria uma proibição do auxílio directo a essas nações, mas que impedir por lei a assistência indirecta lhe deixaria as mãos atadas em política externa.

Entretanto, para outras proibições não se gerou qualquer polémica, como foi o caso da cessação de qualquer auxílio militar à Etiópia ou ao Uruguai e a não concessão de créditos militares à Argentina, Brasil El Salvador e Guatemala, devido às violações dos direitos humanos verificadas nesses países.

Quanto às Filipinas, a Câmara votou um corte drástico no auxílio militar, também por causa dos direitos humanos, embora o Senado se tenha comprometido a permitir até 18 milhões de dólares em assistência militar, 1,8 milhões em crédito militares e 700 mil dólares para um fundo de educação e treino militar para esse país.

Entretanto, o conselheiro do presidente Carter para a segurança nacional, Zbigniew Brzezinski, afirmou ontem em Washington que certas tensões continuarão a marcar as relações sovieto-norte-americanas, não obstante a cooperação em algumas matérias, tais como o controlo de armas estratégicas.

BRASIL

Jornal prevê "aberturas"

Citando «altas fontes da ARENA», o partido governamental do Brasil, o jornal conservador «O Globo» do Rio de Janeiro informa que em Dezembro ou Janeiro próximo surgirá a primeira proposta concreta para a institucionalização do regime. A proposta, que será apresentada ao presidente da República, general Ernesto Geisel, para que este a submeta às «figuras representativas do sistema de segurança do país» incluiria «salvaguardas de defesa do Estado capazes de substituir o Acto Institucional número 5, restabeleceria o «Habeas Corpus» para casos políticos e revogaria o Decreto-Lei 477, que proíbe a política nas universidades». Sectores governamentais acreditam que, com a demissão do ultradireitista general Sylvio Frota, ex-ministro do Exército, as posições ditas «moderadas» foram reforçadas, ampliando-se as possibilidades de diálogo.

Entretanto, o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB) não participará nas negociações, mantendo-se fiel à sua tese de convocar uma Assembleia Constitucional. Mas, mesmo céptico, o MDB está disposto a votar favoravelmente qualquer emenda constitucional ou projecto que possa contribuir para o restabelecimento da democracia no Brasil.

Por outro lado, o bispo auxiliar de São Paulo, D. Angélico Sândalo Bernardino, depois de recordar o assassínio de padres e operários, e a recente vaga de repressão sobre os estudantes, afirmou: «É hora de dizermos, a todo o país unido, um grande «basta» e dizermos que já estamos cansados de opressão, cansados de contemplar a opressão de um povo que sofre e vê a riqueza do seu país no bolso de poucos».

Adolfo Suárez partiu para Londres

O primeiro-ministro espanhol, Adolfo Suárez, partiu hoje para Londres a fim de discutir o pedido de adesão do seu país à CEE. A questão de Gibraltar também deverá ser tratada com o primeiro-ministro britânico, Callaghan.

Ontem Suárez estivera reunido em Moncloa com a oposição, tendo sido tratados os seguintes temas: a reforma do Código Penal, o direito de reunião e associação, controlo parlamentar dos meios de comunicação estatais. O tema da ordem pública (o mais escaldante) de todos ficou adiado para próxima reunião a efectuar depois de amanhã. Santiago Carrillo, do PCE, e Felipe González, do PSOE, mostraram-se optimistas quanto à questão dos meios de comunicação estatais (rádio e TV). O fim de quaisquer penalidades para o aborto e adultério parece ser, entretanto, uma das importantes reformas do Código Penal.

Enquanto isto, chega amanhã a Madrid o almirante Emilio Massera elemento da Junta Militar argentina.

Por outro lado, foram descobertos na fronteira franco-espanhola cento e cinquenta quilos de explosivos. Além disso, durante a noite foram roubados perto de Santander sete quilos e meio de explosivos.

Finalmente, foram drasticamente intensificadas as medidas de segurança nos aeroportos espanhóis, depois de ter sido afirmado que o desvio do avião da Luftanhsa se deveu às deficiências de controlo.

Delegação moçambicana em Hanói

Uma delegação do Governo moçambicano e da Frelimo encontra-se em Hanoi, tendo iniciado conversações com o Governo da República Socialista do Vietname sobre cooperação entre os dois países.

A delegação de Moçambique é chefiada por Oscar Monteiro, membro do Secretariado do Comité Central da Frelimo. A delegação vietnamita para as conversações é liderada por Xuan Thuy, secretário do Comité Central do Partido Comunista do Vietname.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Perguntas a respeito de suicídios oficiais

A versão oficial do governo da RFA sobre o suicídio de Andreas Baader, Jan Carl Raspe, Gudrun Ensslin e a tentativa de Irmgard Moeller mereceu, por parte dos órgãos de Informação, de maneira quase generalizada, uma aceitação dócil e, em certos casos, vibrante que pode ser classificada, pelo menos, de acrítica. O que é preocupante e sintomático.

Não se tratava, no caso, de demonstrar um velado apoio aos raptores do chamado «patrão dos patrões» da Alemanha Federal, Hans Martin Schleyer, de sugerir uma disfarçada simpatia pelos sequestradores do «Boeing» da Lufthansa que desde a passada quinta-feira mantinham 91 reféns entre a vida e a morte, nem ainda de escamotear o assassínio do piloto do avião, cujo corpo foi lançado na pista do aeroporto de Aden à guisa de advertência. Isto tudo é outra coisa.

Também não se tratava de negar ou desmentir as informações de carácter oficial fornecidas pelo governo da RFA sobre a morte dos dirigentes e de destacados militantes do grupo Baader-Meinhof que se encontravam presos, até porque ninguém tinha e, supõe-se, não tem, provas em contrário. E factos só podem ser desmentidos por factos.

Entretanto, a obrigação de formar e a função de informar exigia, e exige, que se fizessem e se façam, algumas perguntas, bem como se exponham opiniões que tenham como objectivo final a busca de toda a verdade acerca do que se passou, inclusive pela confirmação das próprias explicações oficiais.

1 — Como é que numa prisão dita de **segurança máxima**, presos da importância de Andreas Baader e Jan Carl Raspe têm em seu poder pistolas de calibres 7,65 mm e 9 mm., sobretudo numa altura em que a sua libertação está a ser exigida a troco de preço tão alto como a vida de Schleyer e de mais 90 pessoas sequestradas dentro de um avião, sabendo-se ainda que as suas celas eram severamente vigiadas e revistadas, no mínimo, uma vez por dia?

2 — Como é que numa prisão de **segurança máxima**, Gudrun Eisslein tinha material para se enforcar (ou enforcar alguém) e Irmgard Moeller, tinha uma «faca de pão» para cortar o seu próprio pescoço (ou o pescoço de alguém)?

3 — Como é que **isolados** como estavam, do mundo exterior, e entre si, quatro presos políticos se suicidam ao mesmo tempo, reagindo exactamente da mesma forma a uma pretensa «frustração»? Quando e como foi estabelecido este «pacto de morte» dentro de uma prisão de **«segurança máxima»**?

4 — Deixando de lado o enforcamento e a facada no pescoço, sabe-se que disparos de pistolas de calibres 7,65 mm., e 9 mm fazem um barulho que é evidentemente mais estranho se for ouvido dentro de celas de uma prisão de **segurança máxima**, produzido por presos que estão **isolados**. A explicação oficial diz que ninguém ouviu nada e que os corpos foram encontrados quando era servido o pequeno almoço.

5 — Como é que presos **isolados** se podem sentir «frustrados» pelos resultados de uma acção que se desenvolveu com escassa diferença de horas em relação aos suicídios, realizada a milhares de quilómetros de onde estavam, sabendo-se ainda que era do maior interesse das autoridades que eles não soubessem nada a respeito do que estava a acontecer, em nome da própria **segurança máxima?**

6 — Por que razão, Baader, Gudrun e Raspe, que estavam condenados à **prisão perpétua** e, portanto, **sem nada a perder**, preferiram o suicídio se podiam, teoricamente, e não só, esperar pelo desfecho do rapto de Schleyer, que até aquela hora ainda não estava resolvido, por uma nova acção de intimidação por parte do grupo Baader-Meinhof ou de outras organizações congéneres com as quais têm contactos, ou por uma muito improvável redução da pena?

7 — Finalmente, a decisão de enviar tropas para uma operação de extrema dificuldade como o salvamento de reféns de um avião sequestrado, onde o mínimo erro pode provocar uma chacina, envolve riscos e responsabilidades cujo peso é fácil de avaliar. O desaparecimento simultâneo dos principais presos cuja libertação é exigida não seria uma forma de resolver o problema de uma vez por todas, com a vantagem de evitar futuras acções do género uma vez que o «Boeing» estava resgatado e os reféns são e salvos?

Todas essas perguntas têm razão de ser, tanto mais que o «suicídio» de Ulrike Meinhof, na mesma prisão, por enforcamento, continua a ser fortemente contestado. São dirigidas ao governo de um país cuja democracia tem cada vez mais «músculos», onde a «caça às bruxas» é visivelmente intensificada, numa altura em que já se pensa levar às escolas filmes que apresentam um Hitler «de cara lavada», em que diariamente os neonazis mostram que existem e que têm saudades dos idos de 30.

Carlos Osório

Condenações em Praga

Dois checoslovacos foram ontem condenados em Praga a penas de três anos a três anos e meio de prisão e outros dois foram condenados a pena suspensa na conclusão dum julgamente de dois dias em Praga. O encenador Ota Ornest foi condenado a três anos e meio de prisão, e o escritor Jiri Lederer, a três.

Ambos confessaram ter tido contactos com diplomatas ocidentais e terem enviado informações para o estrangeiro.

O escritor Vaclav Havel e o encenador Frantisek Havlicek (que protestaram a sua inocência) foram condenados com penas suspensas a 17 meses de prisão.

Um porta-voz da Secretaria de Estado Norte-Americana declarou em Washington que, se essa notícia tiver confirmada, os EUA ficarão bastante «preocupados» e terão dúvidas quanto ao «compromisso do governo checo em relação aos princípios do livre fluxo de informações». O delegado dos EUA à conferência de Belgrado já se referiu ontem ao julgamento, citando palavras do órgão do PCF «L'Humanité». Em editorial hoje publicado por este jornal afirma-se que as sentenças foram «uma negação de justiça».

Canal da Crítica

Mário Castrim

A DROGA JÁ CÁ ESTÁ

Com aquela perfeitíssima dicção que todos lhe reconhecem (desculpem, já não me lembro bem: escrevi **dicção** ou **micção?**) diz-nos Ribeiro Soares: **A escassos dezoito minutos da meia-noite, entra em vossass casas o Telejornal.**

Telejornal, aquela droga extraída de uma potente droga chamada Televisão portuguesa. A qual, por acaso, nos ofereceu ontem uma rubrica de real interesse precisamente...sobre a droga.

Foi, aliás, o motivo de maior interesse do «Mosaico», que também contou com um extenso documentário sobre a actividade económica na Juloslávia, documentário ainda não suficiente, contudo, para explicar o fenómeno da emigração, que se verifica naquele país, trinta anos após a instauração ali da «autogestão socialista». Esperemos chegue o momento do levantamento desse e doutros problemas. Muitas são as vias para chegar ao socialismo e já agora seria interessante conhecer a explicação do fenómeno, à luz dessa opção.

Disso talvez nos pudesse falar o sr. Álvaro Guerra, embaixador português em Belgrado. Noutra altura, claro, que ontem era impossível, tão entretido ele estava a ser «o senhor embaixador».

Realmente é divertido.

ADIADO CADÁVER

Voltemos à droga.

A rubrica incluída no «Mosaico» conseguiu o que, entre nós, quase é milagre: ensinar, sem cair na erudição; ser popular, sem cair no popularuncho.

Assim, conhecemos a droga no seu aspecto físico, digamos e nas suas relações com a sociedade. As espécies de droga, enumeradas sem pretender esgotar o catálogo (tentação em que tombam os eruditos da TV) bem como as suas viagens — da Ásia e da África para Amsterdão, para os Estados Unidos, para esta Lisboa das muitas e desvairadas gentes, tudo isso nos foi dado com simplicidade, com o senão da velocidade que Luis Pereira de Sousa imprimiu à leitura — à leitura já de si própria tão pouco televisual. Após o que entrou a sociedade em jogo — e aqui vimos como o fenómeno da droga aparece exactamente no instante do divórcio entre o indivíduo e a sociedade. Não é por acaso que a droga constitui um dos mais graves problemas da sociedade capitalista. O capitalismo está podre, está exausto, a sua função histórica findou, ele não é capaz de propor uma solução para a questão social.

O capitalismo não passa de um cadáver à solta. Cadáver que gosta de brincar. Brincadeiras trágicas.

A droga, por exemplo.

O MINISTRO ATACA AO ANOITECER

Alguns dos meus leitores, desejosos de mais frivolidade, nesta secção de crítica, estarão a dizer com os seus botões (se é que ainda lhes resta algum botão): Lá vem este fabiano a meter política no caso.

Olhe que não, olhe que não! A verdade é que a droga não será vencida **enquanto não vencermos as batalhas do trabalho do ensino, da economia, da saúde, das frustrações individuais e familiares.**

Quem disse isto não fui eu, mas sim o ministro Almeida Santos, na linguagem literária tersa, cinzelada, de que mais ninguém, ministro, secretário, ou ajudante, se pode gabar. Ouvi-o ontem dizer isto, no Telejornal.

Disse mais, o ministro. Foi, na política, muito mais longe do que o apagado escriba de mim, referiu-se com palavras textuais, à **sociedade fria, desumana, e alienante que é a nossa.**

De minha lavra, a denúncia, poderia apresentar-se como viciada, no conteúdo, por «defeito» de partido perdão!, de partida, como nos corredores de 100 metros. Na boca do ministro Almeida Santos, a acusação ganha uma nova força.

Este advogado, ao ataque, deve ser uma coisa muito séria. Como se prova.

A DROGA QUE TEMOS

Algumas pessoas mais fora do circuito poderão pensar que a droga é coisa só dos americanos, dos holandeses, dos franceses, dos alemães. Para essas, nós estaríamos placidamente escondidos entre as saias da Mariana Alcoforado (e nada mau, nada mau!) presos aos seus queixumes de amor.

A rubrica de ontem veio mostrar-nos que assim não é. Veio dizer-nos como a nossa juventude nas escolas e fora delas, está a ser alvo dos ataques da droga. Veio alertar-nos a todos para o perigo que correm nossos filhos, nossos irmãos mais novos.

Impressionantes os depoimentos da mãe e da irmã de um jovem, Aníbal José da Costa, que a droga vitimou. Impressionante igualmente o depoimento daquele outro jovem, o Manuel, que se conseguiu livrar do abismo, após duas tentativas frustradas de suicídio.

Aliás, o apelo da mãe do Aníbal no sentido de uma maior compreensão face aos jovens drogados serviria de passagem à entrevista com o dr. Dias Cordeiro, do Hospital de Santa Maria onde funciona um centro de apoio às vítimas da droga ou aos seus familiares.

De utilidade comprovada, como se mostrou.

SALVAR O POSSÍVEL

De excelente arquitectura, com cabeça tronco e membros, passando com mestria do geral ao particular, e do particular ao geral, estabelecendo as necessárias pontes entre os seus elementos, a fim de evitar as soluções de continuidade — é inegável que esta rúbrica merece a máxima audiência.

Ora não é apresentando-a a **escassos 18 minutos da meia-noite** que se consegue aquele objectivo. Importa colocá-la ao alcance dos mais interessados, isto é, os jovens. Trata-se de uma obra de carácter didáctico, capaz de actuar salutarmente em certas camadas mais expostas ao inimigo. Certo, não resolverá o problema que tem raízes no terreno sórdido ou vacilante. Mas pode alertar para o perigo pode encorajar à recuperação, pode abrir caminhos à esperança à lucidez.

Daí a necessidade da sua repetição a outra hora mais favorável, mais útil. Não posso fazer mais do que sugerir. Quem dá o que tem...

Sim. Procure salvar-se o que ainda salvar se pode. Doutros casos não falarei, por absoluta falta de tratamento. O meu, por exemplo. Mas aqui a droga é outra.

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

A CGTP-Internacional e a PRT dos trabalhadores ao serviço das Associações Sindicais

COMUNICADO DO GRUPO DE TRABALHADORES

São passados mais de 6 meses sobre o encontro realizado em 30.3.77, entre este Grupo de Trabalho e José Luis Judas em representação do Secretariado da CGTP. Nessa reunião, o GT exigiu a retirada do inqualificável pedido de impugnação da PRT dos trabalhadores dos Sindicatos interposto pela CGTP para o Supremo Tribunal Administrativo. Até hoje, e apesar da insistência do nosso Sindicato, o Secretariado não manifestou ainda qualquer posição, mantendo uma situação abusiva dos nossos mínimos direitos como trabalhadores, pois que a nossa PRT é o fruto da vontade da maioria dos trabalhadores dos Sindicatos do país que desde Novembro de 1974 participaram na sua elaboração e lutaram pela sua aplicação.

Este silêncio por parte do Secretariado da Inter, permite a utilização do documento demagógico elaborado pelo anterior Secretariado, em 20.12.76, e que dizia, nomeadamente, que «A PRT contém disposições que poderão agravar consideravelmente as dificuldades financeiras dos Sindicatos», e cita alíneas, sobre as quais nos cabe aqui esclarecer do que a PRT estabelece:

Sobre PROFISSÕES E CATEGORIAS PROFISSIONAIS, estabelece a Base II que os trabalhadores devem ser classificados de acordo com as funções que desempenham; Sobre HORÁRIO E DURAÇÃO DE TRABALHO, estabelece a Base VII o horário máximo de 42 horas, sem prejuízo dos horários inferiores praticados; Sobre RETRIBUIÇÃO, estabelece a Base XIV, um vencimento mínimo para um trabalhador adulto de 5500$00, a fixação de um ordenado máximo por acordo entre a Direcção e os trabalhadores, alcançar um leque salarial de 5000$00, a revisão anual dos vencimentos, tendo em conta o aumento do custo de vida e as possibilidades económicas da associação sindical; Sobre DIREITOS DOS FUNCIONÁRIOS EM CASOS DE REESTRUTURAÇÃO SINDICAL, além da PRT proibir o despedimento sem justa causa, na sua Base XVII assegura o direito ao trabalhador nos casos de reestruturação sindical (fusão, extinção ou integração). Mais alíneas há que o espaço nos não permite abordar.

E fica a pergunta: **agravarão estas medidas «consideravelmente as dificuldades financeiras dos Sindicatos»**, como afirma o documento? Por estes dados podemos concluir que a maioria das Direcções sindicais que nos Plenários de 28.12.76 aprovaram uma proposta contra a nossa Portaria, a desconheciam por completo.

Mais à frente, refere-se no mesmo documento que «as despesas com pessoal e outros encargos administrativos não podem continuar a absorver como até aqui muito mais de 50% das receitas (**em muitos casos cerca de 70%**) em prejuízo dos interesses dos trabalhadores no seu conjunto». Em 1.º lugar confunde «despesas com pessoal» com «outros encargos administrativos», não dizendo quais são. Em 2.º lugar, as despesas com pessoal **nem atingem 50% das despesas orçamentadas.** Nos Sindicatos em que isso acontece — nos maiores — deve-se não às nossas «exigências escandalosas», mas sim à política seguida pelo Secretariado da Inter.

Os trabalhadores que fizeram e aprovaram o texto da PRT tinham e têm consciência da importância do Movimento Sindical e nunca poderiam querer «quebrar-lhes a espinha». Por isso cada um deve saber tomar as responsabilidades do que faz e dos erros que comete. O responsável pela sobrecarga financeira dos Sindicatos foram e são as Direcções Sindicais e não a nossa PRT, que só estabelece linhas gerais de orientação, dentro das quais as Direcções e os trabalhadores devem chegar a acordo.

O GRUPO DE TRABALHO REUNE TODAS AS QUARTAS-FEIRAS ÀS 21.30, H na Av. Duque de Loulé 83-3.º

TEMOS QUE CONTRAPOR, À DEMAGOGIA, OS FACTOS! COMPARECE! PARTICIPA!

O GRUPO DE TRABALHO DO STEDI DOS TRABALHADORES AO SERVIÇO DAS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS

Pela DIRECÇÃO
João Videira Santos

Hoje

Elisabeth Savalla, que interpreta a figura de Malvina, em «Gabriela»

I PROGRAMA

18.30 Abertura e **Telejornal** 1.ª edição
18.35 **O Circo Pepinelo**
18.50 **Abre-te Sésamo**
19.20 **Caminhos do Futuro** — «O que Ícaro não Sabia».
20.00 **Telejornal** — 2.ª edição
20.35 **«Gabriela»** — produção da Rede Globo de Televisão. Realização de Walter Avancini.
21.20 **Boletim Meteorológico**
21.25 **«A Balada de Andy Crocker»** — intérpretes: Lee Majors, Jimmy Dean, Agnes Mooread, Joey Heatherton, Jill Haworth, Bobby Hatafield, Pat Hingle. Realização: George McGowan.

Um veterano da Guerra da Coreia regressa a casa, no Texas, e encontra dramática e drasticamente mudado o mundo que deixara e recordava...

22.55 **Telejornal** — 3.ª edição
23.15 Fecho

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

21.00 Abertura
21.02 **Telejornal** — 2.ª edição
21.30 **«Gabriela»** — repetição.
22.05 **«Uma História de Todos os Dias»** — 2.ª parte. Intérpretes: Kali Berek, Erzsi Partos, Józsa Jlacser, Istvan Avar. Realização: Eva Jurks.
23.05 Fecho

GRUNDIG
QUALIDADE EM TODA A LINHA.
DESTAQUES
I PROGRAMA
«A Balada de Andy Crocker» (21.25)
II PROGRAMA
«Uma História de Todos os Dias» — 2.ª parte (22.05)

Amanhã

I PROGRAMA

....**18.30**: Abertura e Telejornal — 1.ª edição; **18.35**: «Os Paladinos»; **18.55**: «As Aventuras dos Hardy»; **19.30**: Tropicália; **20.00**: Telejornal — 2.ª edição; **20.35**: «Gabriela»; **21.00**: Boletim Meteorológico; **21.05**: Vamos jogar no Totobola; **21.15**: O Homem e a Terra; **21.30**: Reportagem do Exterior; **23.00**: Telejornal — 3.ª edição; **23.30**: Fecho.

II PROGRAMA

....**21.00**: Telejornal; **21.35**: Gabriela — repetição; **22.10**: Grupo Folclórico Húngaro; **23.30**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Crítica de Música

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

Quinzena da Música Soviética: quatro solistas de alto nível

. Com o «foyer» do Teatro S. Luiz completamente cheio, e decerto muita gente impedida de ali estar, dadas as escassas dimensões da sala, começou ontem a série de concertos compreendida no âmbito da Quinzena de Música Russa e Soviética. O programa, que a RDP radiodifundiu em directo, compreendia obras para violino e piano, violino solo, piano solo e voz e piano, interpretadas por artistas soviéticos. E pode afirmar-se, desde já, que dificilmente poderia ter-se obtido um equilíbrio mais perfeito, ao nível da categoria dos intérpretes — todos realmente de altíssima craveira — e da própria organização do programa, distribuído por diferentes autores, estilos, tradições culturais e épocas históricas, sugerindo a larga diversidade da música russa e soviética.

Raymondas Katilius, violinista de 30 anos que reúne todas as sobejamente conhecidas qualidades da escola de arco soviética (a sonoridade admirável, a versatilidade tímbrica, o pleno domínio da expressão), bem como os demais atributos técnicos dos grandes instrumentistas de violino — no plano do vibrato, da afinação, do virtuosismo da mão esquerda — soma a tudo isso a chama interior, o empenhamento, a capacidade de entrega que são condição da identificação profunda com as obras e, logo, da transmissão da sua verdadeira substância. Trouxe-nos música de bela escrita violinística de compositores lituanos como Vitautas Barkauskas, Balakauskas, Balsis, Bayores, e do russo Chedrin. Em obras como a **Sonata Súbita** e a **Partita** (decerto uma das de mais transcendente execução da literatura violinística), aliás compostas muito recentemente para este artista, encontramos uma linguagem original, de uma modernidade indesmentível, fundada na tradição que passa por Prokofieff, mas sabe sintetizar-se com as novas aquisições do atonalismo senão mesmo do serialismo de algumas correntes contemporâneas. Encontramos nessas obras — como nas três peças de Balakauskas, na **dança** de Bayores ou no **choro** de Balsis (esta de um recorte mais clássico, a que os intérpretes conferiram lirismo e interioridade) — a presença de autênticas individualidades criadoras, diferenciadas, originais. Quanto à **Imitação de Albeniz** de Chedrin, que traz a marca do humor tão característico do seu autor, de resto muito bem explicitado pelos intérpretes, associei-a naturalmente ao trabalho do mesmo Chedrin sobre a **Carmen** de Bizet, que constitui uma revivescência, cheia de espírito, dos «retornos» que Stravinsky cultivou nos anos vinte e nos anos trinta. Quando falo de intérpretes, falo no plural, pois há que salientar o papel de Larissa Labkova, ao piano, a sólida base musical que permite ao violinista todos os voos.

Os componentes deste duo, embora vivam a cerca de 800 km de distância (um em Vilnius, capital da Lituânia, o outro em Moscovo) dão cerca de 60 recitais por ano dentro e fora da União Soviética.

A segunda parte do programa reservava-nos novos motivos de admiração: o pianista Vadim Sukanoff e a cantora Lamara Chkonia (soprano). Mal o primeiro pôs as mãos no piano, para abordar, a exposição do tema de Corelli (nas Variações de Rachmaninoff) a sonoridade obtida foi logo uma revelação. Se há uma característica comum dos pianistas soviéticos — ou, pelo menos daqueles que atingem níveis mais elevados, como é o caso de Sukannoff, de 27 anos, actualmente assistente de Flier no Conservatório de Moscovo — será porventura este «toucher» inimitável, feito da relação de todo o corpo com o piano (e não apenas dependente das mãos e dos dedos). Muito do que disse a respeito do violinista poderia repeti-lo agora, **mutatis mutandis**, a respeito de Sukanoff, que nos deu uma versão modelar da obra de Rachmaninoff e tem espírito de músico de câmara conforme revelou depois ao acompanhar tão musicalmente Lamara Chkonia. Resta-me, porém, apenas, hoje, o espaço exacto para saudar a excepcional classe desta última — uma «estrela» da Ópera de Tiblissi, na Geórgia — que, de Alabief e Glinka a um georgiano contemporâneo, passando por Rachmaninoff e Tchaikovsky, percorreu o repertório russo e soviético suficiente para percebermos a universalidade da sua escola de canto e da sua mestria de intérprete. Não admira que já tenha sido premiada com um galardão pela sua interpretação da «Madame Butterfly». Felizmente irá haver, no âmbito da Quinzena, novas oportunidades de escutar estes artistas.

Seiva Trupe prepara espectáculo com "Contos cruéis" de Jorge de Sena

«...E sabe você que os espanhóis do Franco, quando as nossas autoridades entregavam na fronteira algum foragido que se escapava para o lado de cá, mandavam depois um cartão de convite para irem assistir ao fuzilamento?» — Perguntava uma das pseronagens de «Os salteadores», conto de Jorge de Sena que será levado ao palco, juntamente com outras obras do mesmo autor pela Seiva Trupe companhia teatral portuense que tem assumido um papel importante na animação cultural do Norte.

Sob a direcção de Norberto Barroca, o grupo prepara intensamente o espectáculo, estando a estreia prevista para fins do mês corrente.

Num intervalo dos ensaios abordámos Norberto Barroca, arquitecto de profissão e grande apaixonado do Teatro, onde tem assinado vários trabalhos.

«Isto é um autêntico desafio, não só à Seiva Trupe, como a mim próprio, um desafio à nossa capacidade de trabalho e criativa» — começou por dizer-nos Norberto Barroca. Depois falou-nos propriamente do espectáculo: «Embora Jorge de Sena seja um autor difícil, vamos dá-lo de uma forma acessível, de modo a ser captado por um público vasto. Nesse sentido, aliás, a encenação está a ser feita de modo a permitir a montagem do espectáculo em qualquer sítio».

Não se limitar à cidade, onde há salas com condições, mas espalhar o espectáculo pela província, eis, pois, o objectivo a atingir, de resto na linha de rumo que a Seiva Trupe desde a sua fundação apontou. Uma vez que «Os salteadores» alude àquilo que se passou no final da guerra civil de Espanha, em Trás-os-Montes, onde os revolucionários espanhóis eram entregues às tropas de Franco, é provável que o espectáculo venha a ser representado naquelas paragens.

Para além de «Os salteadores» outros dois «contos cruéis» de Jorge de Sena integram o espectáculo, tal como a peça «A morte do papa», que vai servir de introdução. Em «A Grã-Canária», que também se reporta a acontecimentos relacionados com a guerra civil de Espanha, Jorge de Sena fala de fuzilamentos, saques, incêndios e greves. Vejamos este fragmento: «...A guerra começou no bairro. A Polícia e os falagistas assaltaram o bairro e o Exército também e incendiaram as casas. A minha casa ardeu. O meu avô era republicano, toda a gente o conhecia... Fuzilaram o meu avô, e o meu pai e a minha mãe estão presos».

O terceiro «conto cruel» de Jorge de Sena a encenar — «Bom pastor» — caracteriza a realidade social do Porto no tempo da Segunda Guerra Mundial. Uma realidade que, afinal se mantém ainda hoje, em várias zonas.

«...Ah, meu tenente, não faço ideia. Então eu não sei como essa gente vive? Aos montes, como os piolhos, metidos nas «ilhas». nas traseiras da minha casa há uma ilha onde vivem mais de 200 pessoas. À noite, quando voltam bêbados, aqueles homens nem acertam com a porta de cada um».

O drama das «ilhas».

Como ligar estes três contos?

Norberto Barroca:

«A ligação será feita com alguns poemas (uns ditos, outros cantados) e com a teatralização das notícias da época, com vista a um melhor enquadramento da acção».

O espectáculo será, assim, uma mostra do que é o fascismo. Uma denúncia das alianças entre os regimes de Salazar e Franco. Mas, diz-nos o encenador, «não vamos fazer um estudo sobre o fascismo ou sobre as ligações com a Espanha, vamos antes localizar aquela época».

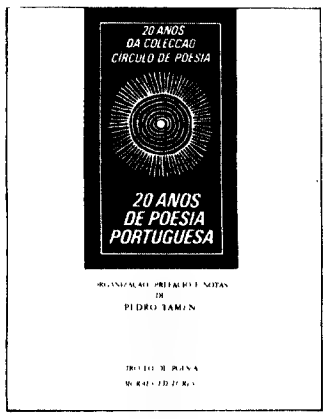
Um espectáculo que promete. Aguardemos.

L.H.

Cornucópia faz leitura de 20 anos de poesia

O Grupo de Teatro da Cornucópia prossegue hoje com a sua iniciativa Leituras, apresentando a antologia da Colecção Círculo de Poesia intitulada «20 Anos de Poesia Portuguesa», organizada por Pedro Tamén que também falará do livro e participará no debate.

As leituras deste livro serão feitas pelos actores Glicínia Quartin, Zita Duarte, Isabel de



Castro, Márcia Breia, Maria Emília Correia, Orlando Costa, Helena Domingos, Luís Lima Barreto, Luís Lucas e Luís Miguel Cintra. Os poemas lidos são da autoria de Alexandre O'Neill, Ana Hatherly, Ramos Rosa, Cristovam Pavia, Fernando Echevarria, Helder Macedo, João Miguel Jorge, João Rui de Sousa, Joaquim Magalhães, Jorge de Sena, Ruy Belo, Salete Tavares, Sophia de Melo Breyner e Thiago de Mello.

TEATRO ABERTO
P. de ESPANHA
(metro: PALHAVÃ)
telef 77 09 69
grupo 4
APRESENTA
A SÁTIRA MUSICAL
OS MACACÕES
de ARY DOS SANTOS, AUGUSTO SOBRAL, FERNANDO TORDO, PAULO DE CARVALHO e PEDRO OSÓRIO
encenação de MORAIS E CASTRO
(Subsídio da S.E.C.
13 anos
14 macacos, de ambos os sexos, em cena 14
HENRIQUETA MAIA — IRENE CRUZ — RUI MENDES
FERNANDO TORDO — PAULO DE CARVALHO — LUÍSA BASTO — PEDRO OSÓRIO — JOSÉ GOMES — MANUEL CAVACO — ALVARO FARIA — ARGENTINA ROCHA — ADELAIDE FERREIRA — PAULO GODINHO — MANUEL MENDONCA
E VIVAM «OS MACACÕES»
MANUELA DE AZEVEDO
(«Diário de Notícias»)
De 3.ª a 6.ª-feira, 2 Sessões: 20.30 • 22.45
SÁBADOS: Às 15.30, 20.30 • 22.45
DOMINGOS: Às 15.30 • 20.30

Casa da Cultura
DA ZONA ORIENTAL DE LISBOA
Ciclo de conferências sobre
ALEXANDRE HERCULANO
Dia 19, às 21.30 h
Joel Serrão
«O Tempo de Herculano»
Dia 22, às 21.30 h
Óscar Lopes
«Herculano Polemista»
Dia 25, às 21.30 h
Borges Coelho
«Herculano e Os Concelhos»
RUA ANTÓNIO MARIA CARDOSO, 6-A (Moscavide)
Telef. 251500?

COLISEU
Angel Cristo apresenta
FESTIVAL MUNDIAL DE CIRCO
Participação dos 20 melhores circos do Mundo
Disputa do «Óscar» circense 1977
Todas as noites 2 sessões às 18.30 e 21.45
Sábados, domingos e feriados matinées às 15 horas
Espectáculo para todos T.361997

TEATRO EXPERIMENTAL DE CASCAIS
Ter. e Sáb. às 21.45 h.
Dom. às 17 h.
O VENTO nas RAMAS do SASSAFRAS
DE R. OBALDIA
Enc. C. AVILEZ
Na SOC NAC. BELAS ARTES
R. Barata Salgueiro
T. 4 12 93
SUBSÍDIO DA SEC

ESCOLA DE CONDUÇÃO MONUMENTAL
CONDUZA SEGURO PARA O SEU FUTURO
LIGEIRO
PESADO
MOTO
Direcção Técnica de:
ANTÓNIO SOARES
Av. Manuel de Maia, 11 — r/c — LISBOA
Telefs 572535 - 539712

MARIA VITÓRIA
• TEATRO • TELEF. 36 17 40
HOJE
E TODAS AS NOITES
• Às 20.30 e 22.45 H •
AOS DOMINGOS E FERIADOS
• MATINÉES ÀS 16 H. •
DESCANSO ÀS 2.as-FEIRAS
FINALMENTE!
UMA GRANDE REVISTA
UM FABULOSO ELENCO COM:
SALVADOR • H.SANTANA
DELFINA CRUZ
JOEL BRANCO
VERÓNICA
A atracção nacional
CIDÁLIA MOREIRA
e ainda:
IGOR SAMPAIO
LUIS MÁRIO
MARIANO FRANCO
AS JOVENS
GINA MARQUES
VANDA LIMA
NUCHA PIRES
ELSA MARIA
UM SENSACIONAL CORPO DE BAILE
ALTO e PÁRA BAILE!...
• NÃO AC. A MEN. 18 ANOS •
O MAIOR ÊXITO DESDE HÁ 30 ANOS

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA AFRICANA

CINEMA DE PARIS **JOSÉ AUGUSTO FRANÇA**

Quanto mais, menos se tem...

«Plus ça va, moins ça va...», de Michel Vianey, jovem realizador, é um dos melhores filmes franceses que nos últimos anos me foi dado ver.

Gostosa maneira de começar uma nota crítica, raramente aplicável, à produção corrente ou mais sofisticada! E, no entanto, ela parece-me justa e necessária de escrever.

Trata-se de um filme sem pretensões, ou melhor, não preteensioso, e de um filme divertido, ou, melhor dizendo, não maçador. O que, nos dois casos, é muitíssimo e assaz raro, e mais rara ainda a sua falta de banalidade. Trata-se também de um filme crítico, e de crítica social, o que, associado às duas qualidades anteriormente apontadas, multiplica o seu valor — e, insistamos, a sua raridade.

Filme policial, «Plus ça va, moins ça va...» nessa aparência, que não abandona nem despreza, insere o muito que vai dizendo, como quem tem naturalmente muita coisa para dizer, em observação das tristezas e das estupidezes humanas. Dois polícias da Côte d'Azur investigam sobre um assassinato vicioso, e andam de casa em casa, de gente rica e com problemas de profissão e sexo (e alguma metafísica, que vai do ridículo ao trá1gico: Louis Jordan envelhecido é um actor falhado que se suicida), à procura do assassino que o espectador descobre e eles também podiam descobrir se olhassem o indício que guardam indiferentemente. Quer dizer, se não fossem tão estúpidos, afundados na tristeza da rotina. Uma parelha portentosa de actores (Marielle e Carmet), quuue nunca fazem do seu «duo» um jogo de «chansoniers», como inevitavelmente sempre acontece, por vias de exploração de vedetismo, dirige e cose o argumento, fornecendo ao realizador o melhor trunfo do seu ritmo narrativo e estilístico.

Porque Micehl Vianey tem um estilo próprio, irónico e dietante sem piedade, nem acusação, reduzindo ao natural grotesco as cenas mais sórdidas (os trabalhadores norte-africanos sovados pelos polícias e amante liberalizada e esposa obediente aos seus deveres conjugais) — e sempre seguro, no meio de um mundo absurdo, onde quanto mais se anda, mais se recua... Esta, mais ou menos, a tradução do título pouco atraente, ou suspeito que só por acaso de deambulação me fez ver um dos melhores filmes franceses dos últimos anos.

J.A. FRANÇA

Um aspecto da preparação do novo espectáculo da Cornucópia

"Auto da Família" a estrear em breve

Com a apresentação no próximo dia 28, pelas 18 h, no auditório da Sociedade Portuguesa de Autores, da peça «Auto da Família», de Fiama Hasse Pais Brandão, o Teatro da Cornucópia inicia uma série intitulada «Quase Teatro» dedicada à divulgação de textos dramáticos contemporâneos de autores portugueses.

O grupo revela assim a intenção de divulgar textos portugueses actuais devendo seguir-se peças de Jorge de Sena («O Indesejado»), de Augusto Sobral (A «Memória de uma Mulher Fatal») e de Jaime Salazar Sampaio («Conceição ou um Crime Perfeito»).

No «Auto da Família» colaboraram Isabel de Castro, Raquel Maria, Maria Emília Correia, Márcia Breia, Gilberto Nascimento, Orlando Costa, Luís Miguel Cintra, Luís Lucas, Jorge Nascimento, Rogério Vieira, Cristina Reis, Fernando Correia, César Manuel, Rodrigo Osório, Jorge Silva Melo, e Sérgio Godinho, que compôs a música para este espectáculo.

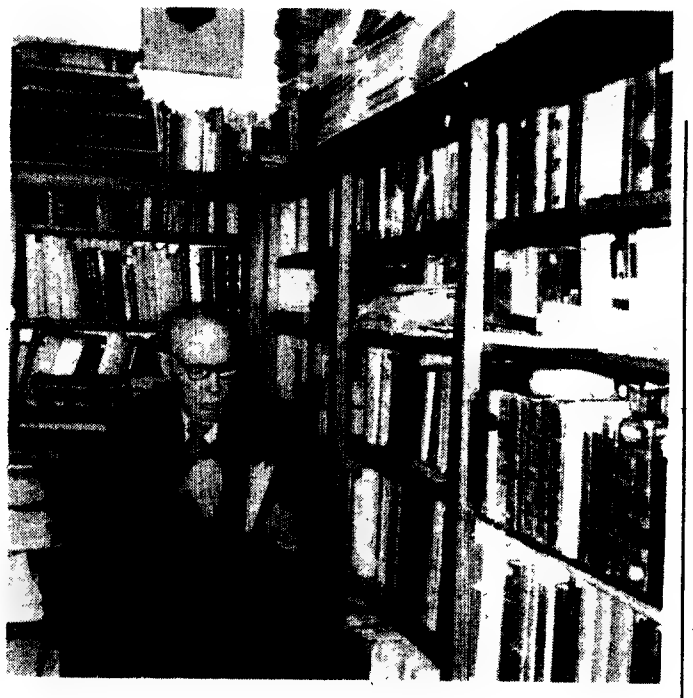
A peça será apresentada, sempre no auditório da SPA, às sextas-feiras, 28 de Outubro, e 4, 11 e 18 de Novembro.

História de Aquilino encenada pelo Teatro do Nosso Tempo

Terminou no passado dia 10 uma «tournée» que o Teatro do Nosso Tempo efectuou durante um mês pelos distritos de Portalegre e Santarém com um trabalho de animação infantil e com o espectáculo «O Romance da Raposa».

O plano de animação infantil do TNT foi apresentado com o apoio do FAOJ em dez localidades (Praia do Ribatejo, Ferreira do Zêzere, Arreciadas, Belver, Montargil, Galveias, Gavião, Comenda, Mouriscas e Pego), num total de 40 sessões. Este trabalho abrangeu crianças de idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos e entre os 9 e os 12, visando o desenvolvimento da criatividade da criança através das expressões — movimento, drama e plástica.

Por sua vez «O Romance da Raposa» foi apresentado em algumas daquelas localidades e ainda noutras, num total de 24 representações.



Aquilino Ribeiro

Vai agora o TNT apresentar este seu novo espectáculo para crianças ao público de Lisboa, a partir do próximo dia 29.

Assim «O Romance da Raposa», espectáculo baseado na obra homónima de Aquilino Ribeiro, com adaptação e encenação de Luís Matta, cenografia de Antão de Almeida-Garrett e interpretação de Antônio Augusto, Inês Palma, João Mendes, José Capela, Manuel Luís, Paula Mora e Paula Só, será representado todos os sábados, domingos e feriados, às 16 horas, no TNT, à Praça José Fontana, 12-B, frente ao Liceu Camões.

Conta o grupo apresentar «O Romance da Raposa» noutros dias da semana e sempre que qualquer escola primária ou preparatória de Lisboa queira levar os seus alunos ao TNT para os seus alunos assistirem ao espectáculo.

Também no próximo dia 29, no átrio do TNT, abrirá ao público a II Exposição Infantil de Artes Plásticas, constituída por grande parte do material recolhido junto das crianças dos distritos de Portalegre e Santarém que durante um mês trabalharam com a equipa de animação do grupo. O certame estará patente até 30 de Novembro, diariamente das 10 às 24 horas.

ADÓQUE teatro
TRÊS MESES DE GARGALHADAS
Ó CALINAS CALA A BOCA!
Uma Revista de VIVER a Rir !...
ERMELINDA NICHOLSON
HENRIQUE VIANA
MAGDA MARIA TAVARES
FÁTIMA VELOSO
FERNANDO OLIVEIRA
MARIA N'ZAMBI
VASCONCELOS VIANA
CARLOS QUEIRÓS
no MARTIM MONIZ
TODAS AS NOITES
às 20.30 e 22.45
«MATINÉES»
AOS DOMINGOS
M 18 Anos ☆ T. 874476

TRINDADE-Inatel
TODAS AS NOITES O PÚBLICO APLAUDE DE PÉ
O SANTO INQUÉRITO
de ALFREDO DIAS GOMES
2º MÊS
"UM ESPECTACULO INDISPENSAVEL" Carlos Porto-D.Lisboa
"A VER E REVER" Fernando Midões-D.Popular
"EXCELENTE TEXTO E ENCENAÇÃO" M. Helena Serôdio-O Diário
"UM GRANDE DRAMATURGO UM GRANDE ENCENADOR UMA GRANDE ACTRIZ" F. Dacosta-A Luta
"CAPACIDADE CADA VEZ MAIS AGUÇADA E FINA" H.D'a Mesquita-A Capital
"GRANDE BELEZA PLASTICA" D.G.-Extra
"A TODOS OS TITULOS IMPORTANTE" Página Um
"DOIS MOTIVOS OBRIGATORIOS: DIAS GOMES E CAMPOLIDE" Augusto Boal-Opção
Todas as noites às 21.30 • Domingo às 16 e às 21.30 • Segunda-feira. Descanso
Grupo de Campolide

OSCAR 1977
Festival Mundial do Circo 1977
COLISEU
GRANDE ÊXITO
TODOS OS DIAS
2 ESPECTÁCULOS
às 16 e 21.45 h.
DOMINGOS E FERIADOS
às 14.30 – 17.15 e 21.45 h.
(Espectáculo para todos)
BILHETES À VENDA

R Ten. Raul Cascais, 1-A
Tel 661515 . 669205
teatro do bairro alto
teatro da Cornucópia
Casimiro e Carolina de Ödön von Horváth
4.º MÊS
Todas as noites às 21.30 h
Sabados às 18 e às 21.30 h
Domingo, só às 18 h
Subsídio da SEC
Amanhã, pelas 18 horas
Leituras
«20 Anos de Poesia Portuguesa»
Apresentador: Pedro Tamen

PALÁCIO FOZ
RESTAURADORES
Ciclo: Joseph Losey
O MENSAGEIRO (1971)
Não aconselhável a menores de 13 anos
15.15, 18.15, 21.15
Bilhetes: Esc. 10$00
Iniciativa da Direcção Geral de Acção Cultural

TAÇA DOS CAMPEÕES: ÀS 21 E 30 NA LUZ

Não confundir com turistas

Não vai ser «pêra doce» (nem serão «favas contadas») este «BK 1903» de Copenhaga que o Benfica defrontará esta noite (21 e 30), no Estádio da Luz, para a Taça dos Campeões Europeus de futebol. Vai, isso sim, sendo bom que os adeptos dos «encarnados» se mentalizem de (e para) tal, de modo a que, se um «balde de água fria» se verificar, seja a surpresa de menor intensidade. Será até oportuno lembrar que há anos atrás, um modesto e desconhecido Glentoran (Irlanda do Norte), sem que ninguém nem vivalma o advinhasse, desceu ao relvado, actuou com serenidade e empatou (0-0) contra um Benfica em plena áurea europeia, com Eusébio, Simões e Companhia. Recordam-se? Valeu aos encarnados terem empatado, mas com golos (1-1) em Belfast.

Esta introdução serve para prevenir. Sobretudo para isso, pois que muita gente em Portugal (e porventura muitos benfiquistas), vendo através da RTP o dinamarca-Portugal, ficou francamente (e ilusoriamente) convencido que aquele guardião (Poulsen), de pedra e cal na selecção nórdica e no BK 1903 da capital dinamarquesa, era um autêntico «frete», um «generoso». Mas esses não assistiram, dias antes, à sua extraordinária demonstração ante a Suécia. E terão também exagerado na sua «apreciação» do conjunto que viram, queera a selecção, e não aquele BK 1903 que está na segunda eliminatória da Taça dos Campeões (um facto) conquanto o adversário da primeira tenha sido uma equipa de um futebol (o turco) sem grande projecção europeia. Mesmo assim convira dizer que a selecção dinamarquesa foi, é verdade, uma manta de retalhos por ser constituída por jogadores que pontificam nos mais diferentes países europeus (da RFA à Belgica ou da Holanda à Suiça), enquanto que o parceiro encarnado é um conjunto razoavelemente entrosado, com espírito de equipa, com hábitos e prática de «association», embora Jorn Dawn e Poul Kristansen sejam polícias, Mels Thorn seja tipógrafo, Per Poulsen (o guarda-redes) mecânico, John Andersen estudante, e Keld Gristensen professor primário. Aliás, todos exercem a sua profissão para além do futebol, que no fundo constitui, como modalidade, um «hobby» para todos.

Ora estes homens e outros do BK 1903 não vêm a Lisboa, nem estarão esta noite na Luz, como turistas. Há turistas e turistas (não confundir) e mesmo os verdadeiros, esses têm-se afastado, por razões que não vêm aqui a propósito, do nosso país. Estes homens, lembre-se ainda, conduziram a equipa ao primeiro lugar do campeonato dinamarquês (pela terceira vez no historial do clube de 74 anos, em luta com outros conjuntos de nomeada, desde o Hivdovre e do Esbjerg ao Vejle ou ao Aarhus, este bem conhecido do Benfica.

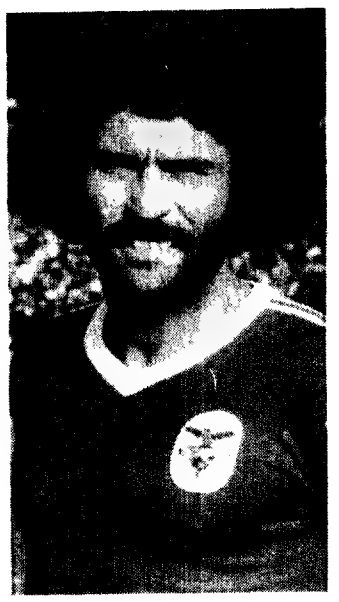
Os jogadores encarnados, que terão também em conta a ausência de Nené, estão perfeitamente preparados para o perigo que eventualmente possa representar esta equipa, e admitem até que resida em Per Poulsen o principal obstáculo às suas intenções. Toni, entretanto, vai avisando que a coisa não vai ser assim tão fácil como se julga, enquanto que Mortimore, optimista (natural), vai adiantando que o bom seria termos este BK 1903 na rectaguarda. O seu homólogo dinamarquês (Erik Dennung), no entanto, alimenta esperanças num bom resultado. E, para a volta, afirma: «... Depois veremos como será».

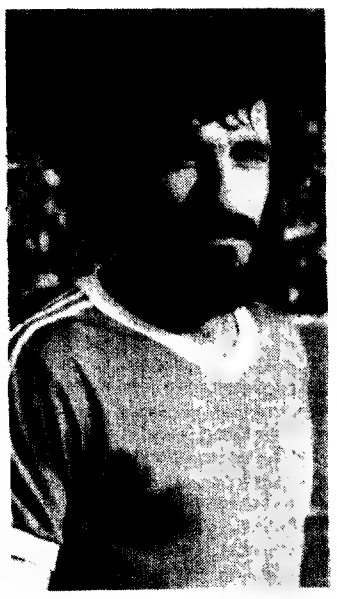
O árbitro veio da Irlanda e chama-se John Carpenter, nome conhecido, homem com larga experiência internacional e várias presenças nos mundiais (México, RFA e Inglaterra).

As equipas devem formar:

BENFICA-Bento, Bastos Lopes, Humberto Coelho, Eurico e Alberto; José Luís, Toni e Pietra; Celso, Vítor Bptista e Chalana. Suplentes: Fidalgo, Pereirinha, Shéu e Cavungi.

BK 1903: Poulsen; Andersen, Damm, Torentzen e P. Kristiansen; Sundby, Kristensen e Johnsson; Larsen, Francker e B. Kristiansen.





Vítor Baptista e Chalana: resolver em Lisboa «problema» com nome (esquisito) de «BK 1903» de Copenhaga

POLÓNIA À ESPERA DE PORTUGAL

Lubansky não estará no "vulcão de Chorzow"

O treinador da selecção nacional polaca, Jacek Gmoch, escolheu dezoito jogadores para o jogo com Portugal, no próximo dia 29, relativo às eliminatórias do Campeonato do Mundo de Futebol (Grupo 1 da Europa).

Eis os seus nomes e postos: guarda-redes - Jan Tomaszewski (Lodz) e Zygmnunt Kukla (Stal Mielec); Defesas: Henryk Wawrowski (Pogon Szczecin), Wladyslaw Zmuda (Slask Wroclaw), Wojciech Rudy (Zaglebie Sosnowiec), Henryk Maculewicz (Wisla Krakow), Henryk Wieczorek (Gornik Zabrze) e Marek Dziuba (Lks Lodz); centrocampistas: Henryk Kasperczak (Stal Mielec), Bohdan Masztaler (Odra Opole), Kazimierz Deyna (Legia Warszawa), Zbigniew Boniek (Widzen Lodz), Adam Nawalka (Wisla Krakow) e Jan Erlich (Slask Wroclaw); avançados: Stanislaw Terlecki (Lks Lodz), Andrzej Szarmach e Grzegorz Lato (Both Stal Mielec) e Roman Ogaza (GKS Tychy).

Entretanto, o guarda-redes Stanislaw Burzynski (Widzew Lodz) e os jogadores Jerzy Gorgon (Gornik Zabrze), Janusz Kupcewicz (Arka Gdynia) e Marek Kusto (Légia de Varsóvia), também fazem parte da lista de inscritos enviados pela federação polaca à FIFA.

Na próxima quinta-feira (amanhã), os jogadores da Polónia iniciam o estágio no Centro de Treinos de Kamien Near Katowice, que já servira de local de preparação para o jogo com a Dinamarca.

Uma «baixa» importante, entretanto, há a assinalar nesta selecção polaca que defrontaremos no «Vulcão de Chorzow» de domingo a oito dias: do veterano Wlodzimierz Lubansky, ponta-de-lança de largos recursos e, sobretudo, um finalizador nato, o qual não estará presente por se ter lesionado, há dias, ao serviço da sua equipa, o FC de Lokeren, da Bélgica, que segue na quinta posição no Campeonato daquele país.

Entretanto, pode já adiantar-se que o Polónia-Portugal será dirigido pelo árbitro da RFA, W. Eschweller, enquanto que o Portugal-Chipre, em 16 do próximo mês, será arbitrado pelo checo M. Jursa

APÓS REUNIÃO COM ADJUNTO DE VIDELA

Funcionários da FIFA optimistas com o "Mundial"

Não justificam preocupações os preparativos para o Campeonato do Mundo de Futebol de 1978 __ anunciaram funcionários da Federação Internacional de Futebol (FIFA) após uma reunião de trabalho com os organizadores argentinos.

A comissão da FIFA encarregada do «Mundial» de Futebol, presidida por Herman Neuberger, esteve reunida durante quatro horas e meia com o capitão Carlos Lacoste, vice-presidente do Comité Organizador. Este foi o último encontro entre as duas entidades antes do sorteio a efectuar em Buenos Aires, em Janeiro, que determinará o emparceiramento por grupos dos 16 finalistas.

«O trabalho progride de acordo com o estabelecido e as preocupações existentes há um ano não têm justificação» __ declarou após o encontro René Courte, chefe do Gabinete de Imprensa da FIFA. Sabe-se que os trabalhos de construção estarão concluídos em Março ou Abril do próximo ano.

Courte anunciou igualmente as seguintes decisões importantes tomadas pela FIFA: A hora de início dos encontros será às 14 horas, 16.30 ou 17 horas locais para todas as equipas, excepto para a da Argentina, que jogará sempre às 19 horas. Sempre que possível as equipas europeias jogarão às 14 horas e em caso de empate a final do Campeonato será disputada 48 horas depois do primeiro jogo.

O processo de análise anti-doping será o mesmo utilizado em 1974: dois jogadores de cada equipa submeter-se-ão por sorteio ao teste, na primeira fase, enquanto nas fases seguintes serão sujeitos a análise três atletas de cada país. No apuramento Hungria-Bolívia, se for necessário um terceiro jogo, este será disputado no Equador, na primeira semana de Dezembro.

A FIFA __ ainda neste conjunto de «soltas» __ espera solucionar o problema das despesas das agências internacionais, e foi decidido que os preços indicados para os Centros de Imprensa incluem a instalação de telefone e linha de telex. Não haverá testes para detecção de anabolizantes, porque não há provas de que os mesmos sejam utilizados no futebol.

Coutinho acredita na Polónia

Brasil, Alemanha Federal e Holanda são os favoritos do treinador da equipa brasileira, Cláudio Coutinho, para o Campeonato do Mundo de Futebol de 1978.

Numa extensa entrevista para o jornal brasileiro «A Notícia», Coutinho acrescenta que a Argentina pode também incluir-se no grupo dos favoritos, «não tanto pela sua equipa, mas pelo facto de jogar perante o seu público».

Interrogado sobre qual poderá ser a «equipa-surpresa» do próximo «Mundial», Cláudio Coutinho apontou a Polónia.

Sobre os processos de treino que incluirá na selecção brasileira, o técnico do «escrete canarinho» disse que vai treinar «jogadas para anular a marcação específica dos europeus homem a homem, já que isso é fundamental para o Brasil».

TIRO COM ARCO NO JAMOR

Luís Martins em boa forma

Luís Martins, do Grupo Desportivo do Club Nacional de Navegação, bateu o seu próprio recorde total de juniores de tiro com arco, no decurso dos Campeonatos Nacionais de Juniores da modalidade, disputados no último fim-de-semana no Estádio Nacional. Luís Martins, de 18 anos, obteve 1204 pontos, ultrapassando em 34 pontos o seu anterior máximo. O mesmo atirador bateu também os recordes nacionais absolutos nas distâncias de 70 metros (297 pontos) e 30 metros (338 pontos).

No decurso da competição foi igualmente estabelecido novo recorde por equipas: a proeza pertenceu ao «team» do Clube Nacional de Navegação, que conseguiu 3.311 pontos. O anterior recorde pertencia à mesma equipa e era de 3140 pontos.

José Manuel Vaz, da Federação Portuguesa de Tiro com Arco, sublinhou o valor internacional da marca obtida por Luís Martins. Revelou igualmente que a modalidade entrou em fase de preparação olímpica, tendo sido pré-seleccionados dez atiradores: Daniel Buco, Carlos Vieira, Ana Vaz, Laurinda Vieira, Luís Martins, Patrício Baptista, Luís Silva, António Lopes, João Moreira e Carlos Silva.

Caso se concretize a presença dos portugueses em Moscovo, será a primeira vez que uma representação nacional de tiro com arco participará nos Jogos Olímpicos. No Campeonato Nacional de Juniores realizado em 15 e 16 últimos, participaram 17 atiradores por cinco equipas.

Individualmente, os primeiros foram os seguintes: 1.º, Luís Martins, G. D. Companhia Nacional de Navegação, 1204 pontos; 2.º, Patrício Baptista, C. N. N., 1155; 3.º, Luís Silva, Lisboa Ginásio Clube, 1066; 4.º, António Lopes, C. N. N., 952; e 5.º, Fausto Ferro, L. G. C., 927. Por equipas: 1.º, Companhia Nacional de Navegação, 3311; 2.º, Lisboa Ginásio Clube, 2880; e 3.º, Sporting Club de Tomar, 1958.

Para além da raia

THURAU-TSCHAN: VITÓRIA ALEMÃ

A equipa oeste alemã Diepholz Thurau Juergen Tschan ganhou o 36.º «Seis Dias Ciclistas de Dortmund» com 483 pontos. A seguir classificaram-se as seguintes equipas: 2.º Francesco Moser-René Pijnen (Itália)-Holanda), 302 p.; 3.º Patrick Sercu-Wilfried Peffgen (Bél-Ale) a 1 volta; Udo Hempel-Guenter Schumacher (Rale), a 4 voltas; e Danny Clark-Niels Fredborg (Aust.-Din) a 12 voltas.

EMERSON FITTIPALDI: SIM OU NÃO NA «COPERSUCAR»?

O automobilista brasileiro Emerson Fittipaldi declarou que só nos próximos dias saberá se continuará, ou não, sob o patrocínio da Copersucar. O corredor, duas vezes campeão mundial, que chegou a São Paulo no sábado, crê na renovação do seu contrato com a Copersucar, embora reconheça que esta «recebeu algumas pressões em sentido contrário». Ao mesmo tempo, Fittipaldi desmentiu que apresente um novo carro na abertura do Campeonato Mundial de 1978, e que a sua equipa não participará no Grande Pémio do Japão, no próximo domingo.

MOTOCICLISMOS: CAMPEÕES VETAM SEIS PISTAS

Vários campeões do mundo de motociclismo exigiram a eliminação de seis circuitos europeus, 6.ª feira, porque os consideram demasiado perigosos. Este pedido foi apresentado perante o Congresso Mundial da Federação Internacional de Motociclismo (FIM). Os campeões são o inglês Barry Sheene, o espanhol Angel, Vieto, os italianos Pier Paolo Bianchi e Mário Lega, o venezuelano Lohny Cecotto e o soviético Taravanco (moto em gelo). Os circuitos postos em causa são os da Jugoslávia, Finlândia, Checoslováquia, Espanha, Itália e Bélgica. No fim de contas, somos nós que arriscamos a nossa vida. Os pilotos não passam de um devertimento para o público», declaram os campeões.

BARAJAS: COMO NÃO PASSAR DIVISAS

Damas e Quinito ficaram sem milhão e meio de pesetas

Os futebolistas Damas e Quinito, que pontificam na equipa espanhola do Santander, foram libertados ainda ontem, depois de terem sido detidos, durante algumas horas, pela Polícia do Aeroporto de Barajas.

Os dois jogadores tinham sido presos ao meio-dia de ontem, no referido aeroporto, quando pretendiam viajar para Portugal com cerca de um milhão de pesetas (oitocentos contos). Segundo as leis espanholas, Damas e Quinito ficarão sem o dinheiro, e ser-lhes-á aplicada uma multa que todavia, não costuma ser muito pesada.

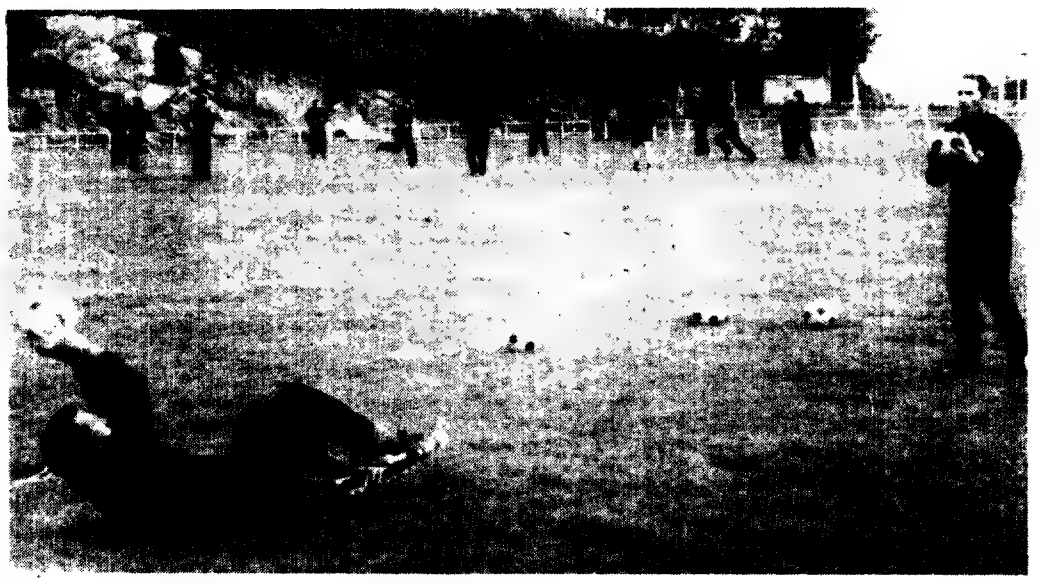
Em contacto com um dirigente do Santander, a ANOP confirmou que os dois jogadores tinham sido dispensados até sexta-feira, aliás como todo o plantel e que, até ao momento em que foram contactados pela ANOP, não tinham conhecimento oficial da detenção de Damas e Quinito.

O mesmo porta-voz da direcção do Santander disse ainda que «o caso é desagradável e surpreendente» e que «a Televisão, Rádio e Imprensa espanhola encarregar-se-ão de lhe dar o devido relevo», adiantando que «a opinião pública desportiva de Espanha ficará, certamente, mal impressionada com os dois futebolistas», que, ao que parece, se deslocavam a Portugal para assistir hoje ao Benfica-BK 1903 de Copenhaga.

Sobre qualquer posição do clube, foi esclarecido que «de momento nada sabemos oficialmente» e que, «portanto, nada podemos adiantar».

TAÇA DAS TAÇAS: NAS ANTAS ÀS 21 E 30

Porto-Manchester: empate em ausências



No campo de treino das Antas ingleses do Manchester United «mexeram-se» assim ontem...

Ao princípio da tarde de ontem chegou a Pedras Rubras, em avião especial, a comitiva do Manchester United, composta por 40 pessoas, das quais 18 são jogadores, 4 são directores do clube, 11 jornalistas (sendo dois da rádio), além do treinador e respectivo adjunto, o massagista, o roupeiro, e ainda três convidados. Os ingleses não se «abriram» muito à chegada quando abordados pelos jornalistas, antes preferiram largar o mais rapidamente possível a bagagem e dar uma saltada até ao complexo desportivo das Antas. A preocupação dominante dos «Diabos Vermelhos» foi ver e pisar o relvado onde logo à noite terão de jogar com o F. C. Porto. Pelo que nos foi dado apreciar, os ingleses ficaram bastante satisfeitos com o estado do terreno, que consideraram muito bom, bem como as dimensões e os lugares destinados ao público. Este foi, aliás, um dos pormenores que os britânicos mais apreciaram em virtude da grande distância que separa as bancadas do relvado e ainda pela vedação existente de premeio. Para os ingleses, habituados a jogar com o público quase «colado» aos ouvidos, o Estádio das Antas reúne as cndições ideais para um bom espectáculo.

Numa breve troca de impressões com elementos da comitiva, e nomeadamente com o treinador Dave Sexton, o Manchester não jogará na sua máxima força, dado que dois dos jogadores mais influentes no trabalho global estão lesionados. Trata-se de Stuart Pearson, (ponta-de-lança) e Brian Greenhoff (médio) que, por sinal, também não actuaram no ultimo jogo efectuado pela equipa contra o Newcastle. Sobretudo o ponta-de-lança Pearson é um jogador que não é facilmente substituível e, pelas informações obtidas, a sua inclusão no lote de jogadores servirá apenas para o jogador ficar com uma ideia do valor dos seus adversários que terá de defrontar em Old Trafford».

Por decisão de José Maria Pedroto os ingleses não puderam treinar no relvado principal, a fim de que o mesmo fosse poupado para o jogo de logo à noite. Tanto os responsáveis como os jogadores do Manchester aceitaram bem tal decisão e efectuaram o treino no relvado secundário. Numa apreciação muito sucinta pode dizer-se que o Manchester possui um lote de jogadores de boa estatura e de elevada craveira técnica, bem patente na facilidade de remate e no trato que deram ao esférico quando efectuaram uma «pelada» entre si.

No final, o responsável principal dos ingleses adiantou a formação inicial da sua equipa que alinhará: Stepney; Jim Nicholl; Arthur Albiston, Sammy Mc Ilroy; Stewart Houston; Martin Buchan («cap»), Chris McGrth; Jimmy Greenhoff (ou David Mc Creery); Steve Copell; Lou Macari, Gordon Hill no lote dos suplentes figuram ainda: Paddy Roche, Ashley Grimes, Alex Forsyth e Tommy Jackson.

TREINO PORTISTA À PORTA FECHADA

Os portistas efectuaram também o seu último apronto, o qual não pode ser testemunhado pelos representantes dos órgãos de Informaçao. Soubemos no entanto, pela voz do técnico portista, que a sessão de uma hora e vinte minutos, (entre as 15 as 16,20) foi preenchida com uma palestra, seguida de um aquecimento, bastante puxado, de exercícios de ordem técnica e de alguns esquemas tácticos variantes para a marcação de livres e de pontapés de canto. Soubemos ainda que tanto o guarda-redes Fonseca, como o seu substituto (Torres) foram submetidos a um treino muito intenso que incidiu também na marcação de livres e pontapés de canto. Refira-se, a título de curiosidade, que, no decorrer do treino, o guarda-redes Fonseca pregou um grande susto a toda a gente quando ao socar uma bola para canto embateu contra o poste. Gerou-se um certo «suspense», mas, para sossego de todos, o guarda-redes titular portista depressa se recompôs.

Falando do jogo, Pedroto adiantou que a equipa será a mesma que defrontou o Riopele, no ultimo sábado, apenas com Teixeira no lugar de Celso, que não pode alinhar por ter sido punido com um jogo de suspensão. Gomes o «bota de prata» da ultima temporada, é outro dos ausentes, em virtude de se encontrar ainda a recuperar de uma microrotura da coxa, pelo que em ausências, e para já, as duas equipas estão empatadas...

Assim sendo, teremos a turma portista, composta pelos seguintes elementos: Fonseca; Gabriel, Simões, Freitas e Murça; Rodolfo, Teixeira I e Octávio; Seninho, Duda e Oliveira. Após o treino, Seninho apresentava sintomas de gripe, mas Pedroto afirmou que o problema era passageiro e que o extremo-direito portista devia estar apto para jogar. Acrescente-se ainda que os jogadores do F. C. Porto estão esperançados num bom resultado, pese embora todo o valor do adversário, ao mesmo tempo que acrediram que dois golos de vantagem nas Antas serão um bom «handicap» para o jogo lá.

MANUEL NETO

Receita: Mais de nove mil contos?

Prevê-se que mais de meio milhar de ingleses estejam esta noite nas Antas. Ao fim da tarde __ está confirmado __, são aguardados em Pedras Rubas dois aviões especiais, que transportarão cerca de três centenas de adeptos do Manchester que, dado os antecedentes, motivaram a montagem de um esquema de segurança no exterior e no interior do Estádio, a cargo da Polícia de Intervenção. Pelo mesmo motivo, foi escolhido um sector no «2.º anel» para os assistentes ingleses que, assim, ficarão isolados do restante público.

Para dirigir o encontro entre o FC Porto e o Manchester chegou ontem ao fim da tarde a Pedras Rubas o trio de arbitragem suíço composto por Dorflinger (árbitro), Alfred Heins e Peter Rotschi (juízes de linha).

Se a lotação do Estádio das Antas esgotar (70.000 lugares) __ e tudo indica que isso será um facto __, os cofres portistas arrecadarão a bonita soma de 9.500 contos, o que ficará a constituir «recorde» em Portugal.

... E Pedroto não deixou de «espiar»

COM A VENDA DE DIREITOS TELEVISIVOS

Olímpicos à procura de dólares

Funcionários olímpicos aprovaram ontem uma primeira medida tendente a repartir pelas modalidades amadoras, em todo o mundo, milhões de dólares provenientes da venda de direitos televisivos. Uma nova comissão, estabelecida por lorde Killanin, presidente do Comité Olímpico Internacional, recomendou um programa mundial de auxílio desportivo em três partes:

1 __ Concessão directa de 5.000 dólares anuais a cada um dos 136 Comités Olímpicos:

2 __ Subsídios destinados a cobrir 50 por cento dos custos de cada equipa na aldeia olímpica nas Olimpíadas de Verão e de Inverno;

3 __ Criação de fundos regionais destinados a auxiliar as modalidades olímpicas em cada um dos cinco continentes.

O novo plano constitui um prolongamento do «programa de solidariedade» do Comité Olímpico Internacional, que até agora se dedicou à organização de cursos para treinadores e à concessão de bolsas de estudo para a administração desportiva dos países em vias de desenvolvimento. Marcello Garroni, da Itália, que dirige o programa, anunciou que este ano cada um dos projectos será dotado de perto de um milhão de dólares.

Mas os fundos aumentam: neste momento o programa tem «em mão» sete milhões de dólares, verba que poderá mais do que duplicar após as Olimpíadas de Moscovo e as do Lago Plácido, em 1980. Para os dirigentes do COI, o «programa de solidaridade» dará nos anos vindouros ao Movimento Olímpico uma imagem inteiramente nova. Em vez da simples organização, uma vez em cada quatro anos de um «super-festival desportivo», haverá um constante incremento do desporto.

«Os proventos dos direitos televisivos podem dar um novo significado ao movimento olímpico» __ observou Killanin numa entrevista recente. «Teremos muito dinheiro para gastar e pretendemos assegurar que seja gasto da melhor forma possível. Por conseguinte não iremos tomar decisões apressadas» __ acrescentou o presidente do COI.

COMO VÃO AS COISAS

BASQUETEBOL: CIF E GINÁSIO FIGUEIRENSE NOS CAMPEÕES EUROPEUS

O Ginásio Figueirense é uma equipa com escassas hipóteses para o jogo de amanhã, no Liceu da Figueira da Foz, com os alemães do TUS 04 Bayer Leverkusen, relativo à Taça dos Clubes Campeões Europeus de Basquetebol. Depois da derrota (perfeitamente plausível e já prevista) em Madrid, caberá aos figueirenses oporem, com dignidade, a típica resistência portuguesa. O mesmo, todavia, não se poderá dizer das meninas do CIF, que dirigidas pelo nosso colega Vítor Hugo medem forças, para a mesma prova, mas femininas, com as belgas do Cocri Aalst (Alost), uma cidadezinha a trinta quilómetros de Bruxelas, podem muito bem, ainda que «a ferros», arrancar uma vitória.

«MOVIMENTO DOS 13» PERDEU UM «CONTESTATÁRIO»

O «Movimento dos 13» sofreu a primeira machadada: a Associação da Amadora resolveu «passar-se», deixando de fazer companhia aos clubes que não estão de acordo com a forma como se processam as transferências de hoquistas (em patins) em Portugal. Os «adversários» dos agora «Doze» já são «Três».

PORTUGUESES DESISTIRAM NO «POP-CROSS» DA ÁUSTRIA

Os cinco portugueses que se abalançaram a participar na final da Europa de «Pop-Cross», que decorreu na Austria, desistiram em Linz.

HÓQUEI EM CAMPO: HOLANDÊS NA LUZ

O Benfica apresentou em Lousada (Norte) o holandês Gerhardt, que veio reforçar a sua equipa. Aliás, Gerhardt veio para Portugal para trabalhar e, como era hoquista (em campo) no seu país e conhecia (o que não vale o prestígio!) o Benfica de nome, apareceu na Luz, treinou e, a despeito de não se encontrar na melhor forma, agradou.

LUTA: SPORTING NOS «REGIONAIS»

O Sporting está em vantagem nos «Regionais» de Lisboa de boxe que vêm sendo efectuados no Pavilhão dos Desportos. Luís de Sousa, Diogo Garcia, João Magalhães, João Salgueiro, Vítor Pereira, António Oca e João Gato impuseram-se nos primeiros confrontos, em diversas categorias.

HALTEROFILIA EM ASSEMBLEIA

A assembleia geral extraordinária de Halterofilia, na sede da respectiva federação, decorrerá em 29 do corrente, a partir das 14 e 30. Ponto em debate: discussão e votação do projecto dos Estatutos e do Regulamento Interno.

MARTINS ABRANTES: CAVALEIRO DE ENSINO

O capitão Martins Abrantes encheu o Campeonato do Cavaleiro do Ensino, prova que decorreu no Hipódromo do Campo Grande integrada no II Concurso Hípico Nacional de Lisboa.

JUNIORES: 46 NO TORNEIO DA FIFA

Quarenta e seis federações nacionais de futebol (entre as quais a portuguesa) confirmáram a sua participação na fase preliminar do próximo Torneio Mundial de Juniores da Federação Internacional de Futebol (FIFA). Das 46 federações, o maior contingente pertence à Europa (17), seguindo-se a América (15), a África (7), a Ásia (4) e a Oceânia (3). Os inscritos europeus são os seguintes: Bélgica, Bulgária, Checoslováquia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Inglaterra, Irlanda do Norte, Itália, Jugoslávia, Noruega, Portugal, República da Irlanda, Roménis, Suíça e União Soviética.

PUB.

ATLÉTICO CLUBE DA MUSGUEIRA SUL

Sede: Quinta da Musgueira Sul, Rua Q, letras A.C.M.S., LUMIAR, LISBOA

Certifico que, por escritura de 4 de Março do corrente ano, lavrada de fl. 47 a fl. 54 v.º do livro n.º 181-B das notas do 5.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária Maria Adília Borges Tristão, foi constituída uma associação sob a denominação de Atlético Clube da Musgueira Sul, com sede em Lisboa, na Quinta da Musgueira Sul, na Rua Q, letras ACMS, Lumiar, e que tem como fins promover o recreio dos seus associados por meio de récitas, festas recreativas, saraus, bailes, jogos lícitos e teatro amador: podem ser sócios, em número ilimitado, todos os indivíduos de ambos os sexos: para admissão de menores é indispensável a autorização dos pais ou tutores, bem como para a de senhoras casadas autorização dos maridos: a admissão de sócios efectivos e auxiliares é da competência da direcção, sendo a dos de mérito e honorários da assembleia geral.

A referida associação durará por tempo indeterminado.

5.º Cartório Notarial de Lisboa, 31 de Agosto de 1977.
O Ajudante, **João da Silva Garcia.**

FILATELIA

Poupança vai ser tema a 31 de Outubro

31 de Outubro, Dia Mundial da Poupança, será promovido pela Caixa Geral de Depósitos, que para o efeito seguirá algumas das indicações nesse sentido dadas pelo Instituto Internacional das Caixas Económicas.

Entre várias acções filatélicas programadas, de acordo com um comunicado que nos foi remetido, destaca-se a I Mostra Filatélica do Tema «Poupança». O que o 31 de Outubro representa está a ser «amplamente anunciado por intermedio de diferentes flâmulas publicitárias» - salienta a ta da CGD.

Normalizado o trânsito entre Queluz e Lisboa

Esta manha entrou em normalidade o trânsito ferroviário entre Queluz e Lisboa em virtude da CP ter reposto em circulação os comboios das 6.10 6.55 e 7 e 35 que foram ontem suprimidos.

Recorde-se que ontem conforme noticiámos, cerca das 8 e 10, um grande número de passageiros aguardava transporte para Lisboa tendo a necessidade de cumprir o horário de trabalho motivado a ocupação de um comboio que seguia para o Cacém mas que foi obrigado a regressar ao Rossio.

Comissão de trabalhadores da CUF nega desaparecimento de valores pertencentes aos ex-patrões

«Desmontemos, pois, mais esta manobra da direita que continua, criminosamente, a querer alimentar a ilusão de que a crise que o nosso país atravessa poderá ser ultrapassada contra os trabalhadores. Não só isso não é possível, como terá de ser com eles que o povo português poderá ver restaurada a economia, defendida a independência nacional e alcançado o bem-estar social que o projecto constitucional para uma sociedade socialista prevê», com este «slogan», termina a Comissão Unidade de Trabalhadores da CUF o comunicado tornado público, acerca da notícia publicada no matutino «O Dia», sobre o presumível roubo de valores pertencentes aos então administradores drs. Jorge de Melo e José Manuel de Melo, compreendendo colar de esmeraldas, moedas de oiro, livros de cheques, insígnias de ordens honoríficas, entre outros.

Com efeito, o referido jornal, numa notícia publicada na passada sexta-feira, na primeira página, além de chamar ladrões aos trabalhadores da CUF e às suas organizações, incluindo a CUT, a Comissão Coordenadora Intercomissões, a Comissão de Reestruturação do denominado Grupo CUF e, directamente, o trabalhador Mascarenhas, acusa aquelas organizações de terem distribuído os objectos roubados entre os trabalhadores das referidas Comissões que, afirma, estariam «agora a ser interrogados pelos investigadores da Judiciária».

Após referir-se ao impacto causado pela notícia junto dos trabalhadores, que confiam nas suas comissões representativas que «têm todo o interesse em que não desapareçam da empresa os tais colares de ordens honoríficas que serviam de pretexto para o Tomás e os antigos patrões se agradecerem mutuamente as ajudas que ambas as partes constituíam para a continuação do regime fascista» o que hoje constituem documentos de um passado, a exemplo dos países socialistas.

Dando conta da atitude de certos trabalhadores (pois a maioria soube encarar os factos) perante aquilo que considera «uma arma criminosa da reacção a que ninguém deve dar seguimento», a Comissão apela para a unidade dos trabalhadores, para assim reduzirem à sua insignificante dimensão os boatos mais alarmistas. Por fim, desmentiu o facto dos investigadores da Judiciária estarem a interrogar os trabalhadores, esclarecendo que o trabalhador Mascarenhas, «cujo nome foi despudoradamente mencionado» pelo citado jornal, não possui nenhum dos objectos dados como desaparecidos, mas que, isso sim, impediu que uma senhora os levasse dentro da malinha para o exterior da empresa.

EVA

grande cabeleireiro de senhoras EVA, lda.

As Senhoras sabem que a EVA é um Cabeleireiro muito bom

Pr. Marquês de Pombal, 1 e R. Camilo Castelo Branco, 23

LISBOA

astrólogo sidio

Resolve qualquer que seja o seu problema

Especialista em casos espirituais, amor ou negócios. Tel. 774343

Comandos da RMN reúnem com Pires Veloso

PORTO, 19 — Efectuou-se ontem no QG, uma reunião de comandos da RMN presidida pelo brigadeiro Pires Veloso. Tratou-se da primeira reunião àquele nível realizada depois do regresso daquele oficial da China. Segundo o gabinete de Imprensa do QG a reunião foi de rotina, não tendo sido ainda discutida a substituição de comandantes de algumas unidades até ao fim do ano, como está previsto.

Conforme já tivemos ocasião de noticiar, alguns comandantes terão de abandonar as unidades ou para irem frequentar o curso de Altos Estudos Militares ou por terem terminado o ano de comando obrigatório para a ascensão a oficiais-generais. Entre estes contam-se os comandantes do regimento de Infantaria do Porto e de Artilharia da Serra do Pilar (RASP).

Recorde-se também que embora nunca mais se tenha falado no assunto continua provável a saída do brigadeiro Pires Veloso. Conforme noticiámos há tempos consta que o comandante da RMN vai frequentar o curso de Altos Estudos Militares.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Estarreja em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP e a que se refere o processo 8/53 738, arquivo 4, para o estabelecimento nas freguesias de Angeja, Cacia, Esgueira, Vera Cruz, Avanca, Beduído, Salreu, Canelas, Fermelã, concelhos de Estarreja, Albergaria-a-Velha e Aveiro, de uma linha aérea dupla a 60 kV, Avanca-Aveiro II, com 24 154 metros da subestação de Avanca à de Aveiro tendo licenciados os troços entre os postes n.os 1 e 17, com 3465 metros e entre o poste n.º 61 e a subestação de Aveiro, com 11 518 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Setembro de 1977

Pel'O Engenheiro Chefe **Joaquim Gonçalves dos Santos**

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o ceu estava encoberto o vento era fraco a moderado prodominando de sueste e chovia ou caiam aguaceiros em vários locais.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	16º
PENHAS DOURADAS	4º
COIMBRA	19º
PORTALEGRE	14º
LISBOA	16º
ÉVORA	16º
BEJA	16º
SAGRES	19º
FARO	20º
PONTA DELGADA	16º
FUNCHAL	19º

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA
Máxima.....25,5º

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
Mínima.....5,6º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
7.51	3,6 m	1.02	1,5 m
20.38	3,4 m	13.52	1,4 m
Dia 20			
9.07	3,5 m	2.26	1,7 m
22.00	3,3 m	15.24	1,5 m
Dia 21			
10.27	3,5 m	3.57	1,7 m
23.15	3,5 m	16.44	1,4 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; o vento era oderado de sudoeste rodando para noroeste a partir do princípio da manhã; períodos de chuva ou aguaceiros; melhoria do estado do tempo durante o dia de amanhã.

AMANHÃ

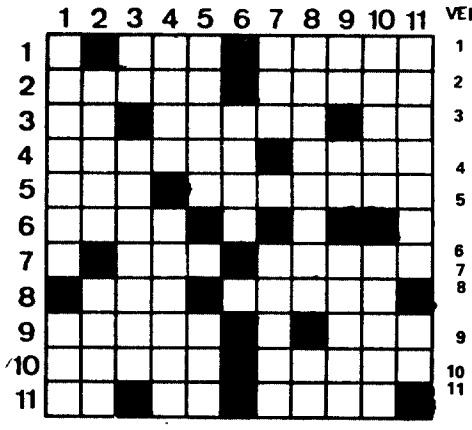
NASCER ÁS 6.51
OCASO ÁS 17.52

DIA 19 DIA 26 DIA 4 DIA 11

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11.868



HORIZONTAIS:

1 Artigo definido. Bigorna de ourives. Entrada (fig).
2 Nome de mulher. De mais a mais.
3 Amónio (s.q.). Esmonque. Reis.
4 Que tem ramos. Opera de Verdi.
5 Nome de mulher. Acudir
6 Fêmea do boi.
7 Manto real. Prensa de penteeiro.
8 Levanta (inv). Filha de Neptuno e amada por Jupiter (mit).
9 Mudança. Apelido.
10 Tostai. Fazer horas, matar o tempo.
11 Vê. Nota musical. Vazias.

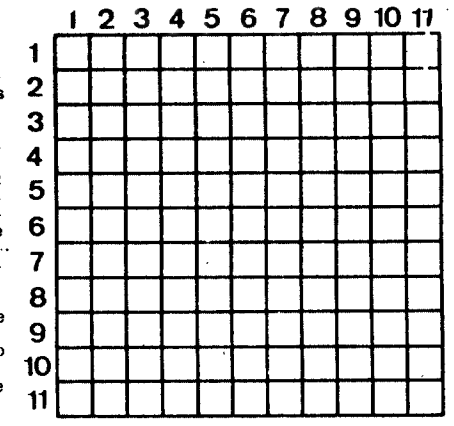
VERTICAIS:

1 Afiava. Pronome demonstrativo.
2 Estimada. Sílaba acentuada.
3 Pronome pessoal. Rabiscos sem nexo feitos pelas crianças.
4 Grande cão de fila. Ancorar.
5 Afrouxa. Festa do Ano Novo ou «festa de todos» para a qual os Negros se cotizam.
6 Fole.
7 O sustento. Açougue.
8 Encerariam. Lingua antigamente falada ao sul do rio Loire.
9 Zomba. Caminhar. Deramios.
10 Demora. Impedes de andar.
11 Tostaria. Distar.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7929



HORIZONTAIS:

1 Giria. Desenho.
2 Inutilizo. Terreiro onde se junta o sal que se tira das marinhas (pl).
3 Item. Manuscrito.
4 Prefixo que designa ar. Colocou. Trama (fig).
5 Princípio odorífico da raiz da iris. Nome dado, em filologia oriental, aos comentários e às observações que os mestres ditam aos alunos.
6 Sufixo que designa abundância. (pl). Lodo.
7 Fardo.
8 Pertences. Casca. Nome de letra.
9 Costumara. Freguesia do concelho de Mogadouro.
10 Tempo do verbo ir. Cidade da Nigéria Britânica.
11 Peneira. Atravessar.

VERTICAIS:

1 Disfarçai. Ponderas.
2 Nome de homem. Isolado.
3 Lutécio (s.q.). Nome de flor. Aqui está.
4 Renque. Laço. Amanhã (ant.).
5 O sono das crianças. Ilha chilena da Polinésia.
6 Boro (s.q.). Preposição latina que designa movimento.
7 Pronome pessoal. Freguesia do concelho de Estarreja (Aveiro).
8 Víscera. Partiria em migalhas.
9 Clima. Reputação. Grande quantidade.
10 Escritor português autor de «Amor de Perdição». Estaca.
11 Tostai. Molestar.

SOLUÇAO DO PROBLEMA N.º 11.867

HORIZONTAIS:

1 Melado. QUEM
2 Anila. Mio.
3 Rb. Até. Bari.
4 NÃO. Ao. Ar.
5 Abre. Saco.
6 Asl. Só. Am.
7 Remis. Ama.
8 Emas. Rosca.
9 Cás. Dia.
10 Ur AVANÇA.
11 Aata. Marear.

VERTICAIS:

1 Morna. RECUA
2 Baba. Marã.
3 La. Oraras.
4 Ana. Eles. Ba.
5 Dita.
6 Óleos. Iriam.
7 Assoava.
8 Baco. Ar.
9 Uma. Açane.
10 Eira. Ama. Cá.
11 Moirama. Aar.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7928

HORIZONTAIS:

1 Amo. Cás. Una.
2 De. Paris. An.
3 Colares.
4 Norte. Ora.
5 Ir. Alma.
6 Sei. Pia. Tal.
7 Anfitriao.
8 Ci. Aio. Sa.
9 Alao. Dá.
10 Casar. Orais.
11 Asaro. Orais.

VERTICAIS:

1 Adónis. Caça.
2 Me. Oreai. As.
3 Cr. In. Asa.
4 Pote. Falar.
5 Cale. Pi. Aro.
6 Ara. Litao.
7 Siro. Ari. Po.
8 Será. Iodar.
9 Salta. Are.
10 Na. Maos. Vi.
11 Anibal. Anas.

PROVÉRBIO: Quem não avança recua

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO 51
Até às 22 horas

AÇOREANA Largo Conde Barão, 2 Tel 661330
ALB Rua Santana a Lapa 156 Tel 663562
BRANQUINHO Rua Sapadores, 87 Tel 842725
CONDESTÁVEL Rua Coelho de Rocha, 119 Tel 666206
DILENA Rua Aliança Operária, 49 Tel 636620
ESPERANÇA R Carlos Mardel, 101-B Tel 722868
ESTADOS UNIDOS Av EU da América, 16-B Tel 725859
FÁTIMA Av 5 de Outubro, 147-A Tel 763107
GÓIS, LDA. SUCR R Anjos, 12-C D Tel 840101
IVONE, LDA. Rua Silva Carvalho, 232-C Tel 650760
LATINA Av António Augusto de Aguiar, 17-A Tel 42312
LAVINHA R Eng.º Paulo de Barros, 28-A Tel 708242
LEAL DE MATOS Rua Neves Costa, 33-35 Tel 780181
LUSITÂNIA Av de Roma, 18 A Tel 725453
MARLUZ C.ª da Picheleira, 140-B-C Tels 720703 728395
MATOS VIEGAS Av Rainha D Amélia, 34-B Tel 794174
MOURÃO Rua da Assunção, 17-19 Tel 321289
NEOTERÁPIA Campo Grande, 138 Tel 774682
NOVA LUZ Rua D Domingos Jardo 28-A Tel 843439
NOVAIS Av Luís Bivar, 11-13, Tel 44374
PALMA Av Duque de Ávila, 25-31 Tel 547088
PARIS Rua Reinaldo Ferreira, 5-A Tel 890131
PÁTRIA C.ª dos Mestres, 30 A Tel 680627
PROBIDADE Rua Alcântara, 15-A-B Tel 638589
ROMANA Rua Actor Augusto de Melo, 7-A Tel 383800
SACRAMENTO Rua Actriz Palmira Bastos, Lote 42 Tel 384904
S TOMÉ Estrada do Desvio, Lote 12-C Tel 790704
SOUSA Estrada de Benfica, 429-431 Tels 780027 789985
ZILER Rua S Tomé, 54-56 Tel 862835
ZIRA P.ª Casas Novas, Lote 66 (B.º Encarnação) Tels 311216-310172

Permanente

AÇOREANA Largo do Conde Barão, 2 Tel 661330
CONDESTÁVEL Rua Coelho da Rocha, 119 Tel 666206
DILENA Rua Aliança Operário, 49 Tel 636620
FÁTIMA Av 5 de Outubro, 147-A Tel 763107
GÓIS, LDA SUCR Rua dos Anjos, 12-C-D Tel 840101
LAVINHA Rua Eng.º Paulo de Barros, 28-A Tel 708242
NEOTERAPIA Campo Grande, 138 Tel 774682
SACRAMENTO Rua Actriz Palmira Bastos, Lote 42 Tel 384904
MORÃO Rua Assunção, 17-19, Tel. 321289
BASTOS Rua Morais Soares, 91-D Tel 844350

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Almeida Nifo, Av. C.G.Guerra, 64 (T.2112070)
ALCABIDECHE
Carvalho. Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos. Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R.Costa Pinto, 184 (T.2432034). Até às 22 horas
OEIRAS
Godinho, R.Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Até às 24 e das 0 às 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central. Até às 24 e das 0 às 9 horas
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 21 horas
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **Junqueiro Mendes**. Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira (T.262313/267314). Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Suíça, Cruzeiro (T.260087). Até às 21 horas
CASCAIS
Nova, E.de Alvide, Fontaínhas (T.281044). Até às 21 horas; **Marginal**, Av.Marginal (T.280078). Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Clabel, R.António Sardinha, 23-D (T.938551). Permanente; **Amadora**, P.28 de Maio, 3-A (T.935518). Até às 22 horas
DAMAIA
Damaia, P.Alexandre Gusmão, 9-A (T.970523)
QUELUZ
Serra e Pinto, Av. D.António C.Sá, 50-E (T.957619)
CACÉM
Central, R.Elias Garcia, 55 (T.3940034)
MEM MARTINS
Quimia, E.de Mem Martins, 285 (T.2910012)
MERCÊS
Claro Russo
RIO DE MOURO
Riomouro, Av.Óscar Monteiro Torres, 8 (T.2960194)
SINTRA
Simões, Estefânia (T.2930832)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)
ALMADA
Magalhães, R.Capitão Leitão, 8-B (T.2750242)
BARREIRO
Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (T.2073207)
COVA DA PIEDADE
Castro Rodrigues, L.5 de Outubro, 62 (T.270121)
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)
MONTIJO
Moderna, R.Bulhão Pato, 60 (T.2310156)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)
SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)
COSTA DA CAPARICA
Higiénica, Av. da República, 23 (T.2400020)

PORTO

(De dia e só até às 22 horas)

AMEAL — Rua do Ameal, 1227 — Tel. 483550; **CAMPO ALEGRE** — Rua do Campo Alegre, 723 — Tel. 622451; **FERREIRA DA SILVA** — Rua dos Mártires da Liberdade, 150 — Tel. 24023; **PENINSULAR** — Rua Chã, 100 — Tel. 20707; **MELO TAVEIRA** — Rua Alcaide Faria, 77; **S. ROQUE DA LAMEIRA** — Rua de S. Roque da Lameira, 1111 — Tel. 51739; **SÁ DA BENDERIRA** — Rua Sá da Bandeira, 236 — Tel. 22164.

(De dia e toda a noite)

PRELADA — Rua Central de Francos, 316 — Tel. 64312; **MARTINO, SUCR.** — Praça Marquês de Pombal, 122 — Telef. 480747; **POMBEIRO** — Campo dos Mártires da Pátria, 152 — Tel. 311295; **S. LÁZARO** — Av. Rodrigues de Freitas, 297 — Tel. 27043.

COIMBRA

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

S. JOSÉ — Arcos do Jardim — Telef. 24697; **M. NAZARÉ** — Av. João das Regras, 132 Tel. 23033.

cinemas

ab CINE

Centro Comercial de Alvalade
Tel. 803055 Sala A
Não acons. m/ 18 anos
14.00, 16.30, 19.00, 21.30,
MARY POPPINS
Sala B
A CASA DOS DESEJOS
14 16.30 19 e 21.30
Grupo D/ Maiores 18 anos
Às 6.ªs feiras e sábados sessões às 24 h

ALVALADE

Tel. 897480 15,15 18.15 e 21.15
Da Índia, uma fascinante história de amor!
A COMPANHEIRA DA MINHA VIDA
3.ª semana
com Tanuja e Rajesh Khanna
Colorido não aconselhável a menores de 13 anos

APOLO 70

Tel. 763319 14.16.30 19 e 21.30
Michel Piccoli, Gerard Depaidieu, Jane Birkin
OS BARÕES DA MEDICINA
Um filme de Jacques Rouffio
Não acons. a menores de 18 anos
Hoje às 24 Grupo C M/14 anos
VAGABUNDOS SELVAGENS

AVIS

Tel. 47163 15, 18.15 e 21.30
Não acons. a menores de 13 anos
18.ª Semana
SOFRIMENTO DE AMOR
c/Shashi Kapoor e Sharmilla Tagorr!

BERNA

Tel. 776098
Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Veja a música! Ouça a imagem!
FANTASIA
2.ª semana
Um filme de Walt Disney Productions
Não acons. a men. 13 anos

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093
Sessões às 15.15, 18.30, 21.30
Julie Andrews, Dick Van Dyke em
MARY POPPINS
2.ª Semana
Um filme de Walt Disney Productions
Para todos

CASTIL

Tel. 530194 Estreia às 21.30
Não acons. a menores de 13 anos
c/Barbara Steisand Kris Kristo Hesson
NASCE UMA ESTRELA
Premiado com 5 Globos de ouro
4.ª Semana

CONDES

Tel. 322523 14.00, 16.30, 19.00 21.30
Para todos
6.ª Semana
Para todos
A GRANDE PARÓDIA
Colorido
De Louis de Funès
Bourvil

EDEN

Tel. 320768 14.15, 17.45 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Um filme de Francis Ford Coppola com Al Pacino, Robert Duvall, Diane Keaton, Robert de Niro
O PADRINHO PARTE II

ESTÚDIO

Tel. 535134 15.30, 18.30 e 21.30
Interdito a menores de 18 anos
O RAPTO DE PATRICIA
Um filme de Joseph Zito
com Judith-Marie Bergan, Dorothy Malove

ESTÚDIO 444

Tel. 555134 Estreia às 21.45
Não acons. men. 13 anos
NASCE UMA ESTRELA
Premiado com 5 Globos de Ouro

IMPÉRIO

Tel 5551345 15.15, 18.30 e 21.30
Não acons. a menores de 13 anos
É o maior! é o melhor! é James Bond
4.ª semana
007 O AGENTE IRRESISTÍVEL
Com Roger Moore e Curt Jurgens
Um filme de Lewis Gilbert

LONDRES

Tel. 801313 14.15, 16.30, 18.45, e 21.30
O grande acontecimento cinematográfico
MARCHA TRIUNFAL
c/ Franco Nero
Int. men. 18 anos

MUNDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.30 e 21.30
3.ª semana
Não acons. men. 18 anos
Chegou a hora de vingança em
O REGRESSO DO TEMERÁRIO

NIMAS

Tel. 574362 14.30, 16.45, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
9.ª Semana
DAISY MILLER
um filme a não perder
Às 24 horas Int. men. 18 anos
FRANKESTEIN CRIOU UMA MULHER

ODEON

Tel 326283 Estreia às 21.15
Int. men 18 anos
KING KONG SUPERMAN
Eastmacolor c/Bruce Liang Chiana ai Cha Sek King
O filme exibe-se no início da sessão

PATHÉ

Tel 8.1933 14.15, 16.30 18.45 21.30
Int. men 18 anos
INIBIÇÃO
A trajectória explosiva de uma mulher desinibida

POLITEAMA

Tel. 326305 13.55, 16.30, 19.00, 21.30
Não acons. men. 13 anos
A CANÇÃO DA FELICIDADE
O filme começa logo no início da sessão

RESTELO

Tel 610375 Às 21.30
Int men 18 anos
4.ª Semana
A LEI DO ODIO

ROMA

Tel 887778 15.30 18.30 e 21.30
Maiores 6 anos
O GRANDE CIRCO
c/ Roberto Redford

ROXY

Tel. 48560 14,16.30,19 e 21.30
Não acons. a menores de 18 anos
Pam Grier é
SHEBA BABY, A PANTERA NEGRA DE HARLEM
Um filme de William Girdler

S. JORGE

Tel. 579144 15.15, 18.15 e 21.30
É o maior! É o melhor! É James Bond
007 O AGENTE IRRESISTÍVEL
«The Spy Who Loved Me»
com Roger Moore
Não acons. a men. de 13 anos

TIVOLI

T. 570595
Sessões às 15.15, 18.30, 21.30
Julie Andrews, Dick Van Dyke em
MARY POPPINS
Um filme de Walt Disney Productions
2.ª semana
Para todos

NOVO-CINE

Tel 840678 15.15 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
Um drama pungente, embebido numa atmosfera de beleza, cor e excitação!
CULPADO OU INOCENTE?
com Waheeda Rehman, Amitabh Bachchan
Colorido

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

QUARTETO
23.45 (18 anos)
«A verdadeira história de Jack o Estripador»
TEATRO ABERTO
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Os Macacões»
TEATRO BAIRRO ALTO
21.30 (13 anos)
«Casimiro e Carolina»
TRINDADE
21.30 (13 anos)
«O Santo Inquérito»
COLISEU
21.45 (10 anos)
«Festival Mundial de Circo»
MONUMENTAL
21.30 (13 anos)
«Aqui quem manda sou Eu»
OS BONECREIROS
21.30 (13 anos)
«Os Retratos»
ÁDOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Ó Calinas Cala a Boca»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Alto e Pára o Baile»
MARIA MATOS
21.45 (13 anos)
«O Pato»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Desculpa ó Caetano»
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Calcinhas Amarelas»

LISBOA/Cinemas

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Rainha Ardente»
EUROPA
21.00 (18 anos)
«Juramento de Amor»
CAPITÓLIO
21.00, 23.00 (18 anos)
«Loucuras Porno»
VOX
21.30 (14 anos)
«O Maior Espião da História»
LUMIAR
21.30 (18 anos)
«Missão Secreta»
CINEARTE
21.30 (18 anos)
«Escândalo»
JARDIM
21.15 (18 anos)
«Mcq um Detective Acima da Lei»
ROYAL
21.30 (13 anos)
«Zameer, a Voz da Consciência»
PARIS
21.30 (18 anos)
«Garotas e Companhia»
OLÍMPIA
Sessões permanentes
«Western Porno» (18 anos)
MONUMENTAL
21.30 (18 anos)
«Dona Flor e seus Dois Maridos»
QUARTETO
Sala 1
21.00 (13 anos)
«A História de Adele H»
Sala 2
21.15 (18 anos)
«Verão 42»
Sala 3
21.00, 23.00 (18 anos)
«A Punição»
Sala 4
(18 anos)
«Morangos Silvestres»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«A Espada de Samurai»
CINE AUDITÓRIO
21.30 (10 anos)
«Sabata»

LINHA DE CASCAIS

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (18 anos)
«Punho Relâmpago»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«O Despertar»
ESTORIL
Palácio
21.15 (13 anos)
«Os Maridos de Elizabeta»
CASCAIS
Oxford
21.30 (18 anos)
«Uma Virgem em Família»
CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«O Espião sem Amanhã»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (13 anos)
«Gator — O Impecável»
Lido
21.15 (18 anos)
«Por um Punhado de Dólares»
Cinesúdio
21.30 (18 anos)
«Férias Tentadoras»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (10 anos)
«Sugar Colt»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«Bobby»
Incrível
21.15 (18 anos)
«A Torre do Inferno»

PORTO/Teatros

TERÇO
22.45 (18 anos)
«O Pátio das Cantigas»
SÁ DA BANDEIRA
21.45 (13 anos)
«Isto é que me Dói»

PORTO/Cinemas

SALA BEBE
21.10 (13 anos)
«Electra»
ESTUDIO 400
21.30 (18 anos)
«Os Bons e os Maus»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«1900»
CARLOS ALBERTO
21.30 (13 anos)
«A Ultrapassagem»
S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«Amor e Justiça»
CHAPLIN
21.30 (13 anos)
«O Cinto da Castidade»
TRINDADE
21.15 (13 anos)
«Voltar a Viver»
ESTUDIO
21.15 (13 anos)
«Os Dois Amigos»
RIVOLI
21.30 (18 anos)
«Escândalo»
CHARLOT
21.30 (18 anos)
«O Padrinho» (2.ª parte)
ESTUDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Car Wash»
AGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«História d'Ó»
OLIMPIA
21.30 (18 anos)
«A Flecha Sagrada»
JULIO DINIS
21.15 (18 anos)
«O Presidiário»
BATALHA
21.30 (13 anos)
«Golpe em Berlim»
PASSOS MANUEL
21.30 (6 anos)
«Música no Coração»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Um Casal em Apuros»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Cheiro a Carne»
GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Yorga, Rival de Drácula»
S. TEOTÓNIO
21.30 (18 anos)
«Macbeth»

rádio

1.º Programa

18.00 — Noticiário, Música Portuguesa; **18.30** — «Temas de saúde», Música Portuguesa; **19.00** — Orquestras; **19.15** — «O mundo é a nossa casa», Música variada; **20.00** — Jornal da noite; **20.30** — Melodias; **21.00** — «16.º episódio do folhetim «A Silva», de Ferreira de Castro, numa adaptação de Judite Navarro; **21.15** — «Contraponto»; **24.00** — Último Jornal; **00.30** — Música Portuguesa; **01.00** — «Música na noite».

2.º Programa

18.05 — Concerto Grosso em fá menor Op. 1 n.º 8, de Locatelli; **18.30** — Música de Piano: «Humoresque» em sibemol Maior Op. 20, de Schumann; **19.00** — «Quinzena de música Russa e Soviética»: concerto em ré maior Op. 35 para violino e orquestra, de Tchaikowsky; **19.36** — A harpista Mireille Flour interpreta: — Sonata em dó menor, de Dussek - serenata, de Parish-Alvars e Canção de Guillot Martin, de Parish-Alvars; **20.00** — Suite de bailado «A bela adormecida», de Tchaikowsky; **20.15** — «Quinzena de Música Ruussa e Soviética»: Ópera «Adama de espadas», de Tchaikowsky, comentada por Maria Helena de Freitas; **23.30** — «Quinzena de Música Russa e Soviética». Obras do compositor Tchaikowsky: «Capricho Italiano» Op. 45, 6 canções, pela soprano Galina Vishnevskaya; **00.00** — Intercâmbio Musical: Festival de Viena de 1977 - gravações cedidas pela Radiodifusão Austríaca. Concerto pela Ra Orquestra Sinfónica de Viena sob a direcção de Willi Boskovsky e preenchido com obras de Josef Strauss; **01.00** — Fecho.

3.º Programa — Nacional e Regional (290 m)

18.00 — «Contacto»; **18.20** — Títulos de 1.ª página; **18.30** — Actualidade; **18.45** — Fórmula 1; **19.05** — Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **19.30** — Debate em directo; **19.35** — A lei em que vivemos, pelo Dr. Ruy Moura Guedes (repetição); **20.15** — Antologia; **20.30** — Pesquisa; **21.00** — A música e as vozes; **21.30** — «Quando o telefone toca»; **23.03** — «Nocturno»; **24.00** — «nocturno» (continuação) **00.15** — «Dia a dia com o passado»; **02.00** — Fecho.

3.º Programa — Local — (187,5 m)

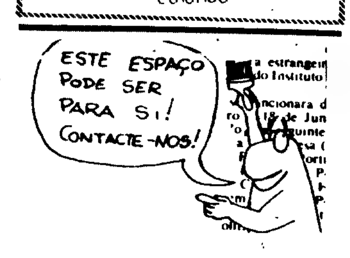
20.10 — Hoje convidamos...; **20.40** — Serviço de agenda; **21.00** — Fecho.

4.º Programa-Emissão Total em Estereofonia

19.00 — «Em órbita»; **20.00** — «Forum» - realização de Jorge Lopes; **22.00** — «Auditório»; **00.00** — «Prisma» - realização de Fernando Quinas; **02.00** — Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

18.08 — Apelos; **18.15** — Igreja em notícia - Palavra do dia; **18.30** — Transmissão do terço do Externato do Parque; **19.00** — Programa da Liga dos Amigos de RR; **20.00** — Objectivo; **20.45** — Apelos; **21.05** — Pentagrama; **21.30** — O som da Noite; **22.00** — Quando o telefone toca; **22.30** — Temas Vivos; **23.05** — Última Hora; **23.30** — Textos e Pretextos; **23.55** — Meditando; **01.00** — Rotação; **02.00** — Fecho.



DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 1236
LISBOA PORTUGAL

Operário têxtil matou os pais e dois irmãos

PORTO, 19 — Em circunstâncias ainda não esclarecidas, no lugar de Sabrosa, Beire, concelho de Paredes, o maquinista de malhas António Braga Pereira do Couto, de 24 anos, solteiro, ali residente, utilizando ao que se supõe um machado ou qualquer outro objecto cortante matou os pais e dois irmãos, e feriu ainda gravemente uma irmã.

Conduzida sem fala numa ambulância dos Bombeiros Voluntários de Baltar ao Hospital de São João, a irmã apresenta dois profundos ferimentos no crânio e outros no pescoço.

Ao fim da manhã a vítima estava a ser operada, havendo poucas esperanças de ser salva.

O assassino foi preso pela GNR de Paredes.

Themudo Barata, director do Instituto, no uso da palavra

IAEM abriu ano lectivo

Realizou-se esta manhã no Instituto de Altos Estudos Militares a cerimónia solene de abertura do ano lectivo, presidida pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Rocha Vieira, que se encontrava acompanhado pelos chefes do Estado-Maior da Força Aérea e da Marinha, pelo governador militar de Lisboa, brigadeiro Vasco Lourenço, pelo ministro da Defesa e pelo presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, Magalhães Mota.

Na assistência, para além de professores e alunos do IAEM estavam todos os membros da Comissão de Defesa da AR e ainda adidos militares de embaixadas acreditadas em Lisboa.

Durante a cerimónia discursaram o director do Instituto, general Themudo Barata e o general Rocha Vieira.

Aquele referiu-se às vicissitudes sofridas pelo estabelecimento de ensino que dirige e no qual são professados cursos de Comando e Direcção e o de Comando e Estado-Maior, salientando o papel que o general Ramalho Eanes, primeiro, e Rocha Vieira, depois, enquanto chefes do Estado-Maior do Exército, tiveram no reactivamento da instituição.

Expôs depois a forma como os cursos do ano passado foram processados no IAEM terminando por salientar que este «está dando o melhor de si mesmo para que rapidamente surja o novo Exército: forte na sua disciplina, competente na sua hierarquia e, acima de tudo, bem português».

Paulo Jorge regressou a Angola

No momento de regresso ao seu país, Paulo Jorge, ministro das Relações Exteriores da República Popular de Angola, que esteve em Portugal durante quatro dias, declarou aos jornalistas que «há largas possibilidades de cooperação entre os dois países, em domínios que serão definidos dentro em breve, com o prosseguimento dos contactos bilaterais».

O estadista angolano classificou o encontro com o general Ramalho Eanes de «muito cordial e positivo».

Anunciou a próxima assinatura de diveros acordos de cooperação entre Portugal e a RDA, e referiu-se também ao repatriamento dos cidadãos angolanos que se encontram em Portugal. Esse repatriamento está dependente apenas de conversações a efectuar em breve.

KOL CONVITE
PARA HOJE

Temos o prazer de convidar V. Ex.ª a visitar a maior exposição de maples do País. Encerra às 23 h.

Av. Col. Bordalo Pinheiro, 87-89 — Lisboa
(à Praça de Espanha)

COOPERAÇÃO LUSO-JUGOSLAVA

Soares e Milos Minic assinaram acordo

O Primeiro-Ministro português, Mario Soares, na sua qualidade de ministro interino dos Negócios Estrangeiros, e o chefe da diplomacia jugoslava, Milos Minic, assinaram ontem à tarde, um acordo de cooperação económica, científica e tecnológica entre os dois países.

A cerimónia realizou-se na sala dos embaixadores do Palacio das Necessidades, na presença de vários diplomatas portugueses e jugoslavos, bem como do secretário de Estado dos Negocios Estrangeiros, João Lima, e do embaixador de Portugal em Belgrado, Álvaro Guerra.

Mário Soares, salientou as boas relações existentes entre os dois paises desde o seu reatamento, após o 25 de Abril, recordando o significado da assinatura deste novo acordo, ocorrido numa altura em que o presidente Tito visita Portugal.

Por seu lado, Milos Minic solidarizou-se inteiramente com as palavras de Mário Soares, afirmando reconhecer, igualmente, grande importância ao significado do acordo agora firmado.

O documento assenta num quadro intergovernamental destinado a facilitar e a promover o desenvolvimento da cooperação entre as instituições económicas, científicas e tecnológicas dos dois países.

O acordo cita, nomeadamente, «a produção e comercialização em comum, o fornecimento mútuo de matérias-primas, a cooperação a longo prazo no sector da produção, investimentos comuns em projectos industriais cooperação técnica e comercial, realização de trabalhos de investimento nos dois e em terceiros países, realização de projectos comuns de investigação, trocas de peritos no domínio da ciência e da tecnologia, troca de publicações e informações e organização de conferências, cursos, seminários e simpósios científicos».

Neste contexto, vai ser criada uma comissão mista que reunirá, uma vez por ano em Lisboa e Belgrado, alternadamente.

O acordo é válido por cinco anos e automaticamente renovável por períodos sucessivos de um ano se não for previamente denunciado por nenhuma das partes.

SUCEDEM-SE OS DESPEJOS

" Faz lembrar o século XIX"

«Teima-se em prosseguir uma política habitacional anti-humana, anti-social e inconstitucional. Milhares de acções de despejo serão levadas a efeito se a opinião pública não revelar a sua repulsa com a veemência indispensável.»

Trata-se de afirmações produzidas esta manhã ao longo de uma conferência de Imprensa promovida pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses: «Quere-se convencer o país que é necessário tomar medidas violentas, desumanas anti-sociais e inconstitucionais contra os inquilinos e ocupantes para estimular a iniciativa privada a construir casas para habitação. Está insofismavelmente demonstrado — e o plano a médio prazo confirma-o — que a iniciativa privada não está minimamente interessada em construir habitações com rendas acessíveis à grande maioria da população».

Entretanto, foi dito, a legislação ultimamente publicada «cria ilusões», concedendo um certo prazo para a legalização dos casos «irregulares». Não obstante, sucedem-se os despejos, fazendo prever que o desalojamento de 10 famílias de um prédio da Rua da Artilharia Um, não é um caso isolado. Outros virão. «Os juízes estão a passar por cima da própria legislação. A magistratura é a mesma, não mudou, os magistrados são formados no respeito pela propriedade privada, e só um juíz muito ousado poderá bater-se pelo direito do indivíduo à Habitação, aliás consagrado na Constituição portuguesa».

Temos assim que algumas sentenças contra inquilinos e ocupantes violam a lei escrita, sendo certo que, ainda hoje, «o povo do exercício do direito de propriedade privada faz lembrar o século XIX».

Concretamente, disse-se na conferência, os decretos publicados contêm contradições que fazem afinal o «equilíbrio» da transição, não para uma sociedade Socialista, mas para a defesa sem limites da propriedade privada. Outro ponto focado na conferência promovida pela AIL foi a situação dos despejados do prédio da Rua da Artilharia Um, a quem o Governo Civil e a Santa Casa da Misericórdia pagaram duas semanas de alojamento em pensões. A partir do fim desta semana os desalojados não têm para onde ir.

Registe-se ainda o facto de não haver conhecimento de qualquer senhorio ter sido alvo de sanções por não ter declarado a casa vaga ou por especulação nas rendas. Neste último caso os senhorios são geralmente absolvidos por se provar que «não houve dolo». Só os ocupantes são punidos.

Finalmente, a AIL lembra que a luta de inquilinos e ocupantes é comum, já que a legislação anti-social em vigor atinge a todos por igual.

Lei das Indemnizações já foi promulgada

Foi já promulgada pelo Presidente da República a Lei das Indemnizações, aprovada em Agosto passado na Assembleia da República, com os votos contra do CDS e do PCP, a abstenção do PSD e os votos favoráveis do PS.

O atraso verificado na promulgação da lei deu origem a rumores que punham a hipótese de a lei ser vetada pelo general Ramalho Eanes, o que não se veio a confirmar.

A Lei das Indemnizações prevê a atribuição de enormes quantias aos patrões expropriados depois do 25 de Abril, sendo um poderoso incentivo ao processo de recuperação capitalista encetado depois da tomada de posse do I Governo Constitucional, principalmente no campo económico.

A grande maioria das indemnizações resultantes de expropriações e nacionalizações será paga através da entrega de títulos de dívida pública, os quais serão objecto de uma emissão especial denominada «Obrigações do Tesouro, 1977-Nacionalizações e Expropriações», até ao montante de 100 milhões de contos.

O diploma ressalva direitos especiais dos estrangeiros expropriados, que poderão enviar para fora do País os capitais e os juros correspondentes aos títulos que lhes vierem a caber.

Os títulos, segundo a Lei agora aprovada, poderão ser também utilizados no pagamento de impostos directos anteriores a 1 de Janeiro do corrente ano, no pagamento de dívidas à Previdência e ao Fundo de Desemprego e na aquisição de certas participações do Estado em empresas privadas.

Nova sessão legislativa

Os projectos de lei sobre associações sindicais e sobre empresas em auto-gestão constituem o primeiro material a ser discutido pela Comissão Parlamentar de Trabalho da AR que ontem começou a sua actividade relativa à segunda sessão legislativa.

Sobre as Associações Sindicais existem dois projectos, um do PCP e outro do PSD. O PCP apresentou ainda um projecto sobre o estatuto das empresas em auto-gestão, o qual é também contemplado numa proposta de lei apresentada pelo Governo.

Também a Comissão da Educação Ciência e Cultura recomeçou os trabalhos, presidida pelo deputado do CDS, Nuno Abecassis.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA NO MÊS DE SETEMBRO:
43 800 exemplares
(Hoje 24 páginas)

tome nota

MATERIAL PARA MUSEU

A fazer fé no artigo publicado na revista «Baluarte» pelo brigadeiro Macedo Magalhães as colecções do Museu Militar, em Santa Apolónia, vão ficar muito aumentadas. Com efeito, segundo aquele oficial general:

«O enquadramento das Forças Armadas nos parâmetros actuais da sociedade portuguesa teria de originar, forçosamente, a adopção de medidas no campo da sua organização, visando, fundamentalmente, a redução progressiva e significativa das suas despesas globais, o que, desde já, tem sido conseguido através da diminuição de efectivos e da adopção de novas técnicas de gestão económico-financeira...».

E concordando com o princípio de que: «as Forças Armadas deverão manter o máximo da sua eficácia com o mínimo de absorção de meios, implicando obter a máxima rendibilidade dos recursos postos à sua disposição».

O brigadeiro Macedo Magalhães entende que é necessário: «substituir grande parte dos materiais que as equipam, cujo local mais apropriado é nas vitrinas dos museus».

A democratização das Forças Armadas e a definição constitucional das suas missões conduz, sem dúvida, à modernização técnica, mas exige, igualmente, uma doutrina nacional popular de Defesa Nacional.

«VIGILANTES»

A propósito da nota aqui publicada com o título em epígrafe, a 12 do corrente, recebemos da ANOP, assinado por 44 jornalistas daquela agência oficial o seguinte texto:

«Os jornalistas da ANOP, abaixo assinados, repudiam as insinuações feitas na secção «Tome Nota» do «Diário de Lisboa», por considerarem que elas atingem na sua dignidade profissional os jornalistas recentemente admitidos nesta agência noticiosa. Os abaixo assinados repudiam ainda o carácter divisionista dessas insinuações».

O carácter genérico da nota aqui publicada poderá muito longinquamente justificar esta reacção. Mas, estamos certos, a muitos jornalistas da ANOP não custará a compreender que a nossa intenção era defendê-los e à própria ANOP.

Quanto a divisionismo isso já não nos diz respeito...

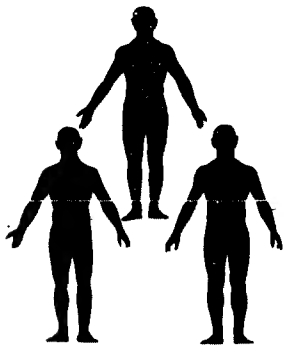
"DL" não entrou em Queluz

O «Diário de Lisboa» não pôde apresentar aos seus leitores uma notícia mais circunstanciada da cerimónia de apresentação de cumprimentos ao marechal Tito, pelo corpo diplomático acreditado no nosso país devido ao facto de lhe ter sido recusada a entrada no Palácio de Queluz.

Segundo fomos informados, a entrada no Palácio de Queluz para a cobertura desta cerimónia, ficou condicionada pelos resultados de um sorteio que se realizou na Comunicação Social.

O «DL» entende que o direito à informação não se sorteia e que todos os cidadãos portugueses têm igual direito a ser informados pelo órgão de comunicação social que preferirem.

19 OUTUBRO 1921



Machado Santos, o herói da Rotunda, assassinado na noite de 19 para 20 de Outubro, na Avenida Almirante Reis

A NOITE SANGRENTA

Uma barricada, erguida na rua Serpa Pinto, com pedaços de mesas de jogo apreendidas em vários clubes

Às 6.50 da manhã do dia 19 de Outubro de 1921, grande parte da população de Lisboa foi sobressaltada, mas não surpreendida, pelo ruído de três tiros disparados por uma peça de artilharia da GNR colocada no Parque Eduardo VII. A esses três tiros seguiram-se, pouco depois, mais três, disparados de bordo do cruzador «Vasco da Gama», surto no Tejo, o qual recebera ordens para largar a barra nesse mesmo dia rumo à India.

Ninguém, ouvindo esses seis tiros, teve a menor dúvida de que o País estava a braços com mais uma das numerosas revoluções que tanto tinham perturbado o evoluir das instituições republicanas, criando o clima de instabilidade e de insegurança que já servira de justificação «moral» às ditaduras de Sidónio e de Pimenta de Castro e que viria ainda a justificar «moralmente» outra ditadura bem mais grave e duradoura de que ainda hoje é difícil avaliar todas as consequências.

Vivia-se em clima revolucionário desde há muito. Conhecedor da hora marcada para a eclosão de uma insurreição, o Governo conseguira evitá-la na madrugada de 1 de Outubro fazendo ocupar os pontos estratégicos da cidade por forças da sua confiança e evitando dessa forma, à semelhança do que acontecera em Maio e em Setembro, um confronto armado de resultado duvidoso.

Os responsáveis pela organização da revolta malograda de 1 de Outubro divididos por divergências internas, tinham resolvido adiar a sua insurreição ao verificarem que o Governo se preparava para os enfrentar, mas não tinham desistido das suas intenções, como os acontecimentos viriam a demonstrar.

Toda a gente, aliás, se apercebera de que era de tréguas, e não de paz, o clima em que se vivia, tanto mais que a Imprensa não escondia os propósitos dos futuros insurrectos e eles próprios falavam abertamente dos seus planos nos cafés e em reuniões tão concorridas que bem se poderá classificá-las de públicas.

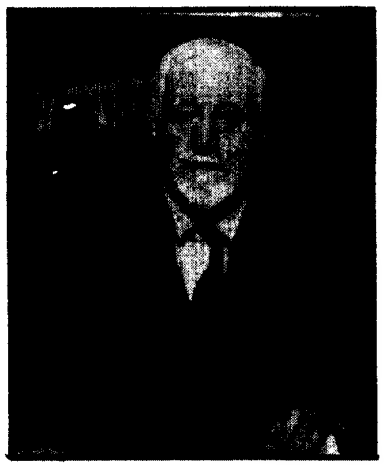
O «DL» do dia em que a insurreição foi dada por malograda afirmava que a tranquilidade reinante era «mais ilusória do que verdadeira» e um dos redactores, tendo percorrido a cidade, relatava que todos os revolucionarios civis contactados eram unânimes em afirmar que o Governo não conseguira inutilizar «a mais pequena ramificação da teia revolucionária».

O coronel Manuel Maria Coelho viria, já depois do 19 de Outubro, a integrar a revolução por ele chefiada num processo conspiratório em curso desde há muito ao dizer ao jornalista Carlos ivotti: «Este movimento estava, desde há muito planeado e era a sequência lógica daquele que fracassou há tempos e que se dizia ser chefiado por Liberato Pinto».

A população de Lisboa não foi assim, aanhada de surpresa, já que se preparava dia a dia para enfrentar uma revolta que todos tinham inevitável. Muitos lisboetas, por exemplo, esquecendo que a madrugada de 4 de Outubro era normalmente saudada com foguetes, haviam pensado que a revolução __ mais uma revolução __ tinha chegado na madrugada de 4 de Outubro desse ano e tinham «saltado para a rua no receio de o telhado ir abaixo e também no desejo de gozar um espectáculo que já nada tinha de inédito», para usarmos a expressão do redactor do «DL» que descreveu o acontecimento.

AS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS OCUPAM A CIDADE

O que se passou na noite de 18 para 19 de Outubro conta-se em poucas palavras, já que a insurreição triunfou sem que o Governo lhe opusesse resistência e sem que as suas forças enfrentassem as insurrectas.



O tenente-coronel Manuel Maria Coelho, chefe de uma revolta que outros aproveitaram para os seus próprios fins

Terminada, com os tradicionais «Vivas à República!», uma reunião de revolucionários marcada para o Centro Tomás Cabreira, à Rua Alves Correia, em que participaram os membros do «comité» revolucionário Manuel Maria Coelho, Camilo de Oliveira, Cortês dos Santos e Procópio de Freitas, forças da polícia, coadjuvadas por grupos de revolucionários civis, começaram a ocupar as embocaduras das ruas principais. Pouco depois dessa hora os grupos que ocupavam a zona do Chiado barricaram as ruas de acesso ao Governo Civil com destroços de móveis e às 5.45 os oficiais insurrectos do Comando-Geral da Guarda Republicana deram instruções para que as unidades dessa corporação saíssem para a rua e ocupassem os pontos estratégicos da cidade.

Não foi preciso muito tempo para que essa ordem fosse cumprida e para que as primeiras peças de artilharia tomassem posição no Parque Eduardo VII, no local onde Sidónio se instalara em 5 de Dezembro de 1917.

Às 6 horas tocou a aparelhar no Quartel do Carmo onde António Granjo se iria refugiar, como é da tradição, para dirigir e controlar a contra-ofensiva.

Entretanto, insurrectos civis e militares tinham preso, no Governo Civil, o director da PSE, António da Costa Ferreira, e todos os seus oficiais. Marinheiros da Armada tinham, por outro lado ocupado o Arsenal e o Quartel de Marinheiros. Em todas estas operações apenas houvera troca de tiros no Quartel de Marinheiros, onde os insurrectos se tinham visto forçados a abrir fogo contra o capitão-de-mar-e-guerra Pereira Leite e contra o segundo-tenente José Correia Júnior, ferindo este último.

Os Telefones, os Ministérios, os Correios e os edifícios públicos tinham caído nas mãos dos insurrectos sem que se esboçasse uma tentativa de resistência.

O GOVERNO FACE À INSURREIÇÃO

António Granjo, que durante muito tempo se recusara a acreditar nas informações que de toda a parte lhe chegavam acerca das intenções dos insurrectos, soubera do que se passava a tempo de tomar medidas destinadas a evitar o êxito das forças de Manuel Maria Coelho, mas não conseguiu fazê-lo.

Instalado no Ministério do Interior, telefonou à uma hora da madrugada para os jornais informando-os de que a insurreição estava marcada para as 5 horas __ cortesia a que os jornais não estavam habituados e que serviu para que as redacções fossem alertadas a tempo de cobrir os acontecimentos desde o seu inicio.

As 4 horas telefonou para «o Século» a fim de obter informações sobre a marcha da insurreição e durante a madrugada concentrou junto ao cemitério dos Prazeres as escassas centenas de homens que se revelaram fiéis ao Governo. Ainda durante a madrugada, receando que os insurrectos ocupassem o Ministério, seguiu para a Amadora acompanhado de Ferreira da Rocha e de Vicente Ferreira, respectivamente ministros das Colónias e das Finanças, mas, apesar de todas as solicitações em contrário, receando que o considerassem cobarde, regressou a Lisboa e instalou-se no Ministério das Finanças, de onde saiu para o Quartel do Carmo ao verificar que os revoltosos, tendo ocupado a Central Telefónica, tinham cortado a linha do Ministério.

Diga-se de passagem que a situação era a mesma no Carmo e que, já instalado nesse quartel, foi forçado a partir de determinada altura, a confiar nas informações pessoais que lhe iam dando os amigos que o visitavam e cujo número ia diminuindo à medida que o triunfo da insurreição se tornava evidente.

A partir deste momento a história de António Granjo pouco ou nada tem de inédito: os oficiais que antes da meia-noite lhe tinham manifestado a sua fidelidade em termos categóricos foram aderindo aos revoltosos um a um. Contactado pela rádio, o Comando do Campo Entrincheirado respondeu que não sabia definir a sua atitude por ainda não conhecer a posição da Marinha, e as tropas concentradas em Mafra, cujos oficiais se tinham afirmado fiéis ao Governo, aderiram aos insurrectos com uma prontidão a todos os títulos exemplar. Mesmo no Quartel do Carmo, soldados e oficiais liam os manifestos dos revolucionários comentando os acontecimentos com palavras que lhe não permitiam ter ilusões a respeito do futuro do Governo: «A Guarda não está disposta a bater-se entre si e considera, pela força das circunstâncias, o movimento revolucionário triunfante pelo menos em Lisboa».

Liberato Pinto

Se António Granjo ainda tinha ilusões acerca dos homens que o rodeavam, deve tê-las perdido no decorrer da manhã de 19 de Outubro __ a última manhã da sua vida __ ao sentir-se abandonado e atraiçoado por quantos, horas antes, lhe tinham garantido solenemente estarem dispostos a bater-se pelo Governo Constitucional.

A DEMISSÃO DE GRANJO E O NOVO GOVERNO

Por volta das 9.30 António Granjo enviou ao presidente da República o seu pedido de

Continua na pág. 2

19
OUTU
19

demissão. A carta, a que António José de Almeida respondeu ao fim da manhã, define a posição em que se encontrava o presidente do Ministério: «Não sei da situação do Campo Entrincheirado, das tropas da Divisão e das tropas concentradas em Mafra: Mas informa-me o mesmo chefe do Estado-Maior da Guarda, Exm.º Senhor coronel Ferreira Martins, que os efectivos destas tropas são insuficientes para atacar as tropas revoltosas, que são a quase totalidade da Guarda e, como é provável da Marinha. Deponho, por isso, nas mãos de V. Ex.ª a sorte do Governo, confiando do alto critério que sempre impôs a V. Ex.ª consideração do país, o melhor caminho a seguir».

Ó «alto critério» de António José de Almeida estava, como é evidente, condicionado pelas tropas insurrectas concentradas na Rotunda e no Terreiro do Paço. Logo de manhã, às 9.30, fora visitado por uma comissão dos insurrectos constituída pelo coronel Nobre da Veiga, pelo capitão-tenente da Armada Serrão Machado, pelo dr. Jacinto Simões e por Afonso de Macedo. Recebera-os friamente, declarando «É hoje o último dia da minha vida política!», mas posteriormente o seu «critério» modificou-se, a julgar pelo facto de ter permanecido na Presidência até 5 de Outubro de 1923 e de ter sido o único presidente da 1.ª República que terminou o seu mandato...

Da conversa nada resultou e os membros da comissão saíram da casa do chefe do Estado e dirigiram-se para casa do dr. João de Deus Ramos, no Matadouro, onde Afonso de Macedo permaneceu muito tempo. João de Deus Ramos era indigitado abertamente para ministro da Instrução do Governo imposto pelos insurrectos, o que não veio a suceder nem poderia logicamente suceder atendendo a que o pedagogo não acreditava em «expedientes» como revelou ao comentar o Movimento Nacional de Salvação Pública, para cuja comissão executiva se propunha o seu nome: «Eis o erro de sempre. Isto não se resolverá nunca com medidas imediatas. É com tempo, muito tempo, para educar, reformar os costumes. Medidas imediatas são expedientes».

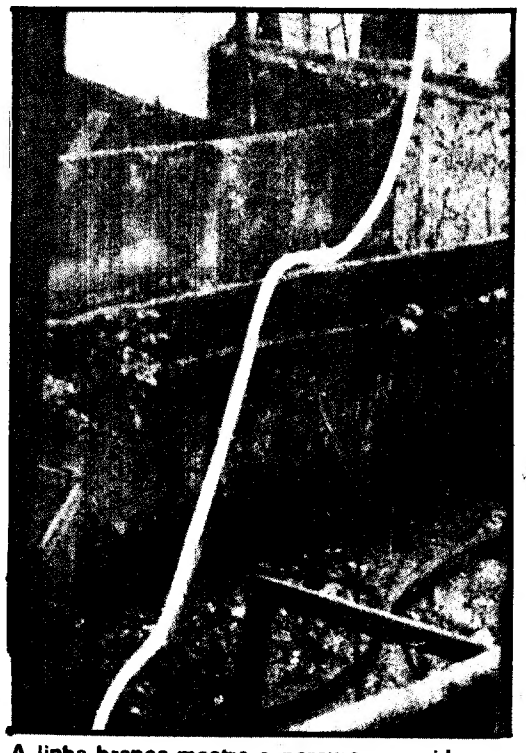
Forçado a curvar-se perante a força, António José de Almeida, ao fim da manhã, respondeu a António Granjo: «A tantas infelicidades que têm caído sobre este País que cada vez, se é possível, amo mais, não se juntará a desgraça, que esteve iminente de ser derramado, numa luta fratricida, o sangue dos seus generosos filhos». Só à noite, perante os morticínios e reconhecendo a necessidade imperiosa de opor um dique à onda de barbarismo que parecia prestes a assolar o País, é que o chefe de Estado sancionou o novo Governo presidido pelo coronel Manuel Maria Coelho, que até aí pouco ou nada dissera acerca do que os insurrectos pretendiam, refugiando-se sempre em afirmações vagas e imprecisas acerca da honestidade que, daí em diante, presidiria a todos os actos do Governo.

Às duas da tarde, mal recebeu a resposta do presidente da República, António Granjo enviou ao seu ministro da Guerra, Freitas Soares, que se encontrava na Amadora, um telegrama comunicando-lhe a extinção do Governo, e recolheu a casa sem se aperceber de que a data de 19 de Outubro ia passar à História, não para celebrizar a revolução que pusera termo ao seu Ministério, mas para designar a noite mais trágica da História da 1.ª República.

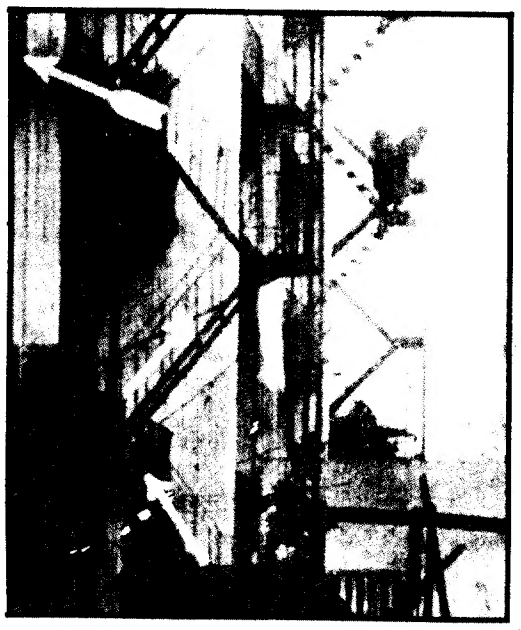
LISBOA ASSISTIU A ESTA INSURREIÇAO COMO ASSISTIRA ÀS OUTRAS.

A leitura dos diários e dos relatos da época revela que a população de Lisboa se comportou, face à insurreição do coronel Manuel Maria Coelho, como se comportou face a quase todas as insurreições que perturbaram a vida da capital durante os primeiros anos da República. As ruas encheram-se de pessoas que seguiam e comentavam os acontecimentos sem grandes manifestações de revolta ou de regozijo. Fortemente armados, os revolucionários civis que apareciam sempre nestas ocasiões para gozar uns escassos momentos de «glória» passeavam as suas carabinas e as suas opiniões no Chiado e no Rossio, tendo quase todos os jornais da época referido as magníficas figuras que fizeram, passeando na Baixa, de carabina a tiracolo, os senhores Armando de Azevedo e Vieira Marques, esse último um antigo actor que deve ter interpretado nesse dia o melhor papel da sua vida.

Comentando o que se passava na cidade, o «DL» registava no fecho da sua segunda edição: «A cidade continua com o mesmo aspecto pacífico que se vem notando desde o início da eclosão do movimento. Os Ministérios continuam fechados, havendo movimento de tropas no Terreiro do Paço. As ruas da Baixa, o Rossio e a Avenida, estão cheios de gente que vai lendo pacificamente os suplementos aos jornais da manhã e da noite».



A linha branca mostra o percurso seguido por António Granjo



Como não podia deixar de ser, houve manifestações populares civis e militares subiram a avenida, pelas 9.30 da manhã, dando «Vivas» e aderindo, verbal e entusiasticamente, a uma insurreição cujos propósitos e objectivos não conheciam senão através de alguns manifestos praticamente semelhantes aos divulgados por todos os caudilhos das insurreições anteriores. Como também não podia deixar de ser, houve desacatos aqui e além mas, tendo o assalto a uma mercearia sido reprimido por forças militares em termos bastante rudes, os entusiastas deste tipo de actividade insurreccional desistiram rapidamente dos seus intentos.

No fundo o «19 de Outubro» foi uma revolução bem comportada que não chegou a entusiasmar uma cidade farta de revoluções, de pronunciamentos, de revoltas e, talvez, de políticos palavrosos e menos eficientes do que seria para desejar.

O QUE PRETENDIAM OS INSURRECTOS

O primeiro manifesto distribuído pelos insurrectos, que para o distribuir utilizaram viaturas militares e o automóvel do António Granjo, tem uma característica até certo ponto curiosa na medida em que permite afirmar-se que os insurrectos nem sabiam o que não queriam, nem sabiam o que queriam: é de tal forma vago e impreciso que podia ter sido redigido por qualquer dos «políticos profissionais» que os revoltosos afirmavam necessário expulsar definitivamente da vida política portuguesa. O próprio António Granjo seria capaz de o subscrever, se não fosse um detalhe ou outro que na época poderia passar despercebido mas a que os acontecimentos posteriores vieram dar um significado especial.

Que pretendiam os insurrectos? Honestidade, acima de tudo honestidade. Para além de honestidade queriam reformas, muitas, muitas reformas,, todas elas imprecisamente definidas e, sobretudo, apenas designadas em função dos problemas que todo o País sabia existirem, mas que ninguém até então mostrara saber resolver ou tivera oportunidade de resolver. «Há que atacar com patriótica decisão o problema financeiro, de molde a extinguir um «déficit» que nos sufoca... há que colocar com urgência no estrangeiro, por acordos comerciais, os produtos que... há que dotar o poder judicial com aquele prestígio que...há que prestigiar a República...há que industrializar aqueles estabelecimentos do Estado... há que restringir as despesas públicas... há que dotar o País com aquela educação...há que resolver a situação dos oficiais milicianos... há que obstar a todas as especulações... há que... há que... há que...»

Nada disto era novo e tudo isto tinha sido dito vezes sem conta nas Câmaras por deputados de todas as correntes de opinião. Ideias ou processos de concretizar todos estes «há que...» é que não havia no manifesto, que todavia tinha uma outra característica interessante: criticava asperamente a actuação dos homens da República, incluindo nesta crítica a actuação dos ministros do 1.º Governo Provisório, mas só dedicava ao sistema das Câmaras uma única linha e essa para afirmar que se impunha reformá-las: «Há que dotá-lo (o País) com uma organização do funcionamento das Câmaras de forma a produzirem trabalho profícuo e útil».

Entrevistado por um redactor do «DL», o coronel Manuel Maria Coelho fez várias declarações que vale a pena mencionar: «Este movimento é de «honestidade». De «honestidade» apenas. Sim, já está formado (o Ministério). É um Ministério de «honestidade»... este movimento fez-se fora de toda a acção partidária... A mim tanto me faz que seja um ou outro o chefe do Governo, o que é necessário é um Ministério «honesto»... As Câmaras já estão dissolvidas por si há muito tempo... O Ministério que tem o meu nome governará com honestidade e não com sapiência»...

Cinco anos mais tarde o general Gomes da Costa poderia ter dito a mesma coisa quase pelas mesmas palavras, porque não foi o coronel Manuel Maria Coelho quem as proferiu — foi o militar. Examine-se bem o manifesto dos insurrectos de 19 de Outubro e encontrar-se-á nele uma forma de pensar, e de sentir que está na base de quase todos os pronunciamentos e insurreições levados a cabo sempre que um exército, seja ele qual for, resolve pôr cobro a situações em seu entender só solúveis através da imposição, às instituições, de uma disciplina moralizadora.

Aliás, a insurreição do 19 de Outubro está intimamente ligada ao movimento falhado de Liberato Pinto — um movimento difícil de explicar a menos que se entenda, como entendeu Gonsiglieri Sá Pereira, que a chave para a compreensão dos acontecimentos de 21 de Maio reside numa frase do major Gioberto Mota — um dos implicados — que atribuia a início do movimento a uma informação chegada à Guarda de que Bernardino Machado e Álvaro de Castro preparavam uma revolução para substituir António José de Almeida, na Presidência da Repúb,ica, por Bernardino Machado, e pior do que isso: «sabíamos, também, que do plano constava dissolver as baterias de artilharia e de metralhadoras pesadas da

O Ministério de António Granjo. Da esquerda para Fernandes Costa, António Granjo, Vicente Ferreira, F

A NO
SANGR

O féretro de Machado Santos à chegada ao cemitério Oriental

9 UBRO 921

para a d reita: Ginestal Machado, Melo Barreto, ra, Freitas Soares e Pais Gomes

OITE RENTA

GNR». Para se compreender em que medida é que esta informação afectava os homens da GNR é preciso remontar à época e estudar o papel que sta corporação foi desempenhando na vida portuguesa. Consiglieri Sá Pereira resumiu o problema em termos que vale a pena transcrever: «O pavor despertado pela Monarquia do Norte e pelo golpe de Monsanto entre os republicanos levara-os, então, a organizar uma força robustíssima, na intenção de assim tornar o regime invulnerável a toda e qualquer tentativa de ataque. Esqueceram-se de que tinham vencido um inimigo poderoso, apesar de tal força não existir. Esqueceram-se das inúmeras lições que a História regista a propósito de guardas mais ou menos pretorianas. Irreflectidamente, febrilmente, engrandeceu-se a GNR. Os efectivos foram elevados por milhares; os oficiais, vencendo melhor soldo, contando com maiores garantias, enquadrados às centenas; e, no referente a material, do que viera de França se destacou o mais potente, o mais moderno, para seu serviço. Lisboa vivia sob a vigilância dos obuses que já tinham troado nas trincheiras. O Estado-Maior do regime respirou satisfeito.

Mas, pouco tempo decorrido, os inconvenientes de tão maravilhosa ideia começaram a manifestar-se. Desorganizada a política do regime pela interrupção Dezembrista e pela tentativa monárquica, os que voltaram a servi-la basearam-se, por vezes, na GNR, único ponto de apoio que a sociedade portuguesa lhes oferecia. Rápida foi a evolução que transformou a GNR de um elemento de garantia de ordem num factor de intromissão na política. Dentre a sua oficialidade [illegible] grupo que passou a fazer política por conta própria e tão efectivamente pesou no tabuleiro do Governo do Estado que vários Ministérios se organizaram cuja força residia, exclusivamente, na daquela organização. De princípio ainda o predomínio desse bando de oficias era um pouco mascarado. António Maria Baptista governou com a aparência do poder civil. Mas a embriaguez proveniente do espectáculo de um País acocorado ante os obuses e as metralhadoras pesadas da GNR levou a todos os desatinos, ao esquecimento de todas as precauções. E o maior desses desatinos foi o governo presidido por Liberato Pinto — chefe do seu Estado-Maior».

Esta visão de Consiglieri Sá Pereira é, evidentemente, um tanto ou quanto simplista na medida em que o seu autor atribui o 21 de Maio exclusivamente à acção de oficiais da Guarda desejosos de se manterem bem montados no cavalo do poder, mas o certo é que, embora o 21 de Maio já revelasse o cansaço do País perante lutas e processos políticos que, em lugar de resolverem problemas, pareciam agravá-los cada vez mais, o que justificou o movimento foi uma onda de boatos dos quais um se referia directamente à Guarda e que foi a Guarda que levou a cabo o que Basílio Teles descreveu como sendo «uma das menos justificáveis e das mais dissolventes revoltas militares que tem enfraquecido e desmoralizado a República e desacreditado lá fora este País».

Que o 21 de Maio está nas raízes do 19 de Outubro, pelo menos no que se refere à actuação dos militares, parece indiscutível. Reconheceu-o Manuel Maria Coelho, e o próprio Bernardino Machado, classificando o movimento como uma resposta ao rotativismo partidário, afirmou peremptoriamente: «E sobre os que tinham incitado ao 21 de Maio pesam agora as principais responsabilidades do 19 de Outubro. Um levou ao outro.»

A NOITE SANGRENTA

Dissolvido o Governo por um Presidente da República que outra coisa não podia fazer senão reconhecer a vitória do movimento, Lisboa adormeceu despreocupada. Para a grande maioria dos lisboetas, não se passara nada de extraordinário. Mais uma revolução ou menos uma revolução era coisa de pouca monta, como de pouca monta era que mudassem os nomes dos titulares das pastas, ou que os novos salvadores da Pátria anunciassem que a partir de então è que o País passava a ser governado com honestidade, ainda que sem sapiência, como anunciava Manuel Maria Coelho.

Ao fim da tarde já não se via muita gente nas ruas e os poucos lisboetas que ainda se entretinham a discutir os acontecimentos entre cafés e bagaços refugiavam-se na Brasileira, reaberta depois do encerramento que retirara, durante alguns dias, aos intelectuais de café e aos eternos conspiradores da cidade a sua tribuna preferida. Da revolução, apenas alguns vestígios: tropas concentradas na Rotunda e no Terreiro do Paço, um movimento pouco usual em frente do Arsenal e do Quartel de Marinheiros e, aqui e além grupos de soldados e de civis celebrando o êxito da insurreição. O revolucionário civil Armando de Azevedo, sempre heróico e sempre armado, tomou um eléctrico para a Rotunda e foi aplaudido por um grupo de indivíduos. Os «adesivos» — os eternos «adesivos» de todas as revoluções — já se concentravam na Rotunda a fim de manifestarem a sua adesão total aos novos caudilhos, na mira de assim obterem favores, empregos, promoções e o mais que é costume obter-se nessas ocasiões.

Se a grande maioria dos lisboetas, terminado o dia, recolhia a casa pacificamente, alguns havia, porém, que não dando a revolta por ainda, ou não tendo nada a ver com ela, mas querendo aproveitá-la para os seus fins particulares, se agrupavam em certos pontos da cidade para se iniciar a sua actividade nocturna.

As portas das residências de António Granjo e de Cunha Leal,

Pacífica e sonolenta, Lisboa ia viver uma das noites mais tristes e trágicas da sua História, uma noite que ia liquidar a revolta apenas triunfante, horrorizar toda a gente e atear ainda mais os ódios que já separavam os portugueses.

O ASSASSINATO DE ANTÓNIO GRANJO

Convencido de que a sua atitude iria evitar confrontos armados e derramamento de sangue, António Granjo recolhera a casa por volta das duas horas e verificara, pouco depois, que grupos de indivíduos tomavam posições na área, na evidente intenção de assaltarem a modestíssima casa em que vivia na Avenida João Crisóstomo.

A sua primeira preocupação foi salvar a mulher, que seguiu imediatamente para casa de um amigo residente ali próximo, mas ele teve de ficar em casa porque a sua saída atrairia a atenção dos seus possíveis assaltantes e poria em risco a fuga da mulher.

Com o decorrer do tempo foi verificando que o cerco apertava e que aumentava o número dos sitiantes. Preocupado, resolveu acolher-se a casa de Cunha Leal, que morava então na Avenida Miguel Bombarda, num prédio cujas traseiras estavam separadas das traseiras do seu por quatro ordens de quintais divididos por vedações improvisadas. Conseguiu, sem grande dificuldade e sem que dessem pela sua fuga, chegar ao prédio contiguo ao da residência e Cunha Leal, mas uma vez lá deparou com um problema que não previra: para chegar a casa do seu adversário político ou subia pela escada de salvação, expondo-se ao ridículo caso fosse descoberto, ou subia pela escada da rua. Para subir pela escada principal porém, teria de saír do prédio para entrar pela porta do outro, correndo o risco de ser reconhecido durante o trajecto.

Procurando outra saída, acabou por descobrir um corredor subterrâneo que ligava os dois prédios e por volta das 3.30, bateu à porta do capitão Cunha Leal, que estava na casa de jantar conversando com Júlio Pires, Pinto de Lima e Carvalho dos Santos.

Ouvindo tocar a campainha da porta, Cunha Leal, receando surpresas, foi pessoalmente abri-la e deparou com um António Granjo «acabrunhado, abatido», pálido, reflectindo no rosto a fadiga de uma noite de aniedade mas, apesar disso, revelando uma dignidade «alheia a covardias».

A conversa foi curta: António Granjo disse que vinha a fugir de um corpo de marinheiros, civis e soldados da guarda que tentara assaltar-lhe a casa, e pediu-lhe asilo até à noite a fim de poder, a coberto da escuridão, juntar-se a sua mulher.

Cunha Leal não hesitou: afirmando-lhe que, apesar de não ter aderido à revolução tinha nela muitos amigos e esperava, por isso, que lhe respeitassem a residência, ofereceu-a a Granjo pedindo-lhe que pusesse de parte o plano, inútil e perigoso, de ir ter com a mulher à noite, e que ficasse até o perigo passar.

Abraçaram-se e foram para a sala. Granjo cumprimentou os presentes e perguntou se eles sabiam alguma coisa. Depois, sentando-se «num acentuado ar de fadiga», começou a conversar perguntando em determinada altura: «Mas o que é que eles querem?».

Decorrida uma hora, que os presentes passaram tentando imprimir à conversa um tom natural, a esposa de Cunha Leal foi avisada por uma vizinha de que os quintais das redondezas estavam cheios de soldados e de civis armados. Uma porteira do arruamento, que certamente «aderira» apressadamente à «última» revolução no desejo ardente de estar «à la mode», vira António Granjo e avisara os seus perseguidores de que ele se encontrava em casa de Cunha Leal.

Pinto de Lima e Júlio Pires, tendo que ir à Baixa saíram, deixando Cunha Leal, António Granjo e Carvalho Santos sozinhos. O cerco apertava e Cunha Leal, receando que António Granjo fosse visto através da janela da casa de jantar, que dava para os quintais ocupados, obrigou-o a refugiar-se numa pequena sala contigua onde estava o telefone. Nesse mesmo momento D. Maria José Cunha Leal veio dizer ao marido que se encontravam junto à porta da cozinha um civil e dois cabos da GNR que lhe pretendiam falar. Cunha Leal nem os ouviu. Depois de lhes dizer que em sua casa só entraria um homem com galões e que exigiria à Junta Revolucionária essa atenção, exclamou: «De contrário, se quaisquer indivíduos pretenderem entrar aqui, enquanto tiver revólver e balas resistirei».

Fechando-lhes a porta na cara, o capitão voltou para o interior da casa, enquanto os três assaltantes se afastavam. Carvalho dos Santos verificando que a situação se agravava minuto a minuto, conseguiu estabelecer contacto telefónico com o capitão Sousa Guerra, que comandava as forças insurrectas do Terreiro do Paço, e expôs-lhe a situação. Sousa Guerra chamou Cunha Leal ao telefone e combinou com este que iria imediatamente à Rotunda avistar-se com Afonso de Macedo e Virgílio Costa a fim de os levar até junto de Granjo e que, se isso não lhe fosse possível, iria sozinho salvá-lo.

O tempo foi passando sem que Sousa Guerra aparecesse e, aproximando-se a hora do jantar, que era de aniversário porque a mulher de Cunha Leal fazia anos, António Granjo foi lavar as mãos. Chamado à porta pelo toque da campainha, Cunha Leal abriu o postigo e deparou com um cabo da GNR que lhe disse: «Meu capitão, sou muito seu amigo. Queria evitar-lhe qualquer desgosto. Se o meu capitão quisesse, nós combinávamos a forma de entregar o sr. António Granjo sem que ele suspeitasse disso...»

Indignado perante esta ignóbil manifestação de maneira de ser da gente que lhe cercava a casa, Cunha Leal respondeu desabridamente, chamando a atenção do cabo da GNR para a gravidade do que acabava de propor e entrou na casa de jantar a fim de dar início à triste festa do aniversário de sua mulher. Entretanto, porém, Agatão Lança telefonara para lá e, posto a par dos acontecimentos, ofereceu-se para ir,

O quartel da Administração Militar utilizado pelos revolucionários para algumas das suas reuniões

imediatamente ou depois do jantar, à casa da Avenida Miguel Bombarda. Cunha Leal, ainda convencido de que Sousa Guerra resolveria o problema, pediu-lhe que jantasse primeiro.

Depois do jantar, como o capitão dos insurrectos do Terreiro do Paço não aparecesse, Carvalho dos Santos resolveu ir à Rotunda falar com alguém da Junta para «arrumar o caso de vez». Carvalho dos Santos conseguiu os seus intentos, mas já tarde. Depois de muitas peripécias lá chegou à Rotunda, onde contactou com o capitão Loureiro, das Metralhadoras da Graça que, depois de afirmar que tudo aquilo era culpa do Cunha Leal por «ele lá ter o Granjo», acabou por se prestar a ir até lá ver o que podia fazer. O estranho capitão Loureiro, porém, «foi lá dentro», deixando Carvalho dos Santos sozinho, e quando reapareceu tinham decorrido três quartos de hora. Nessa altura, porém, começou a mostrar-se apressado — tão apressado que arrancou de automóvel, obrigando Carvalho dos Santos a correr atrás da viatura para a alcançar.

Quando chegaram à Avenida Miguel Bombarda encontraram um automóvel que transportava

Continua na pág. 4

19 OUTUBRO 1921

Continuação da pág. 3

Agatão Lança, Afonso de Macedo e Jacinto Simões. Foi Agatão Lança quem deu a notícia a Carvalho dos Santos: «Já levaram o Granjo e o Leal para baixo, num camião».

Efectivamente, às 20.45 apresentara-se em casa de Cunha Leal o guarda-marinha Benjamim Pereira, que dias antes pedira a Cunha Leal para interferir junto de António Granjo a fim de conseguir que este interferisse de forma a evitar as perseguições de que se afirmava vítima. Benjamim Pereira, afirmando que o seu objectivo era evitar qualquer desacato de que resultasse a morte do chefe liberal, propunha-se levá-lo para bordo do «Vasco da Gama», onde ele permaneceria alguns dias como hóspede e não como preso.

Cunha Leal concordou com o plano depois de o guarda-marinha lhe dar a palavra de honra em como nada aconteceria a Granjo e aceite a ideia de ele próprio, Cunha Leal, se deslocar para bordo com o seu hóspede. Granjo ouviu o plano e limitou-se a perguntar se alguém a bordo o conhecia. A resposta foi afirmativa e um dos nomes citados foi o de Procópio de Freitas, membro do comité revolucionário. Ao ouvir esse nome, Cunha Leal comentou: «Ainda bem, que é para eu lhe recusar a mão pela segunda vez».

Saíram e, à porta, Granjo entregou a sua pistola ao guarda-marinha, que se fazia acompanhar de vários marinheiros. Cunha Leal recusou-se a entregar a sua.

Entraram para uma camioneta que os aguardava na rua rodeada de praças da Armada, e seguiram pela Rua da Escola Politécnica e pelo Chiado para a Baixa. Inesperadamente a camioneta tomou o rumo do Terreiro do Paço onde, abrandando a marcha, foi rodeada de soldados e de civis que começaram a gritar:

«Cá vai preso o homem!»

«Cá vai preso o malandro!»

Deve dizer-se que ainda na Avenida Miguel Bombarda, de acordo com o depoimento de uma vizinha, os marinheiros tinham começado a insultar o antigo presidente do Ministério, chegando um deles a perguntar aos restantes: «Ó rapaziada, furamos o gajo já aqui?»

A camioneta fez marcha-atrás e tomou o caaxinhoo do Arsenal, se---

A camioneta fez marcha-atrás e tomou o caminho do Arsenal, seguida de algumas dezenas de civis e de praças da Armada que gritavam «mata-se já!» e apontavam as carabinas para os dois adversários políticos que o dia trágico de 19 de Outubro juntara novamente. Dentro do Arsenal o veículo estacou junto de um grupo de oficiais, que receberam Cunha Leal como um amigo, «uma pessoa de muita estima», e que tentaram levá-lo para longe de Antônio Granjo e aliciá-lo para o movimento. Alguns criticavam-no asperamente por ter asilado o chefe liberal, mas Cunha Leal respondeu a todos apercebendo-se de que o estavam a afastar de Granjo e, vendo o guarda-marinha que o fora buscar a casa, gritou-lhe: «Eu saí de casa com a sua palavra de honra de que não seria separado de Antônio Granjo! Reclamo o cumprimento dessa promessa!» Benjamim Pereira prometeu-lhe que seguiriam ambos presos para o «Vasco da Gama» e Cunha Leal reagiu violentamente contra a prisão anunciada por esse guarda-marinha de triste memória, que tão estranho papel se prestou a desempenhar nessa noite, que é preciso não esquecer, de 19 de Outubro.

Os presentes reagiram ao ouvir que Granjo poderia escapar sem ser preso. Enganados e atiçados por meses de uma campanha feroz, levada a cabo pela «Imprensa da manhã», o jornal dirigido pelo próprio Liberato Pinto, e odiando aquele homem que só julgavam pelos ataques de uma imprensa sectária e escandalosa que diariamente desmerecia a liberdade alcançada 11 anos antes, tinham um único objectivo: saciar o ódio contra os «políticos profissionais» que, a seus olhos — os olhos que a «Imprensa da manhã» deformara —, Antônio Granjo simbolizava naquele momento.

Um marinheiro segredou nesta altura ao ouvido de Cunha Leal: «Tenham medo da entrada no Vasco da Gama!», mas o capitão, ansioso por defender Antônio Granjo e consciente de que ali não estavam em segurança queria era saír do Arsenal. Benjamim Pereira, ainda vinculado a um projecto qualquer que nunca chegou a ser conhecido, mas que certamente existia, levou Cunha Leal para junto de um rebocador que se encontrava atracado ao cais e disse-lhe para esperar ali enquanto ele ia buscar Granjo. O capitão esperou, entretido a conversar com um sargento que lhe lamentou o clima de sedição em que se vivia e com um marinheiro que se ofereceu para ir diariamente a bordo levar e trazer recados.

A conversa foi subitamente interrompida por uma sentinela que observava o grupo do alto

Cunha Leal, com o pescoço ainda ligado, no funeral de António Granjo

de uma ponte:

«Quem é esse malandro que está aí?»

O marinheiro escapuliu-se, respondendo:

«Não sei. Não sou polícia.»

«Não és da polícia? Então aí vai para ti e para ele...»

As primeiras balas falharam o alvo e Cunha Leal abrigou-se atrás da amurada do barco, de joelhos, para reduzir a superfície exposta ao tiroteio. Também de joelhos, e aproveitando os intervalos dos tiros para exigir a identificação do capitão, o marinheiro continuou a fazer fogo.

Já ferido e a escorrer sangue, Cunha Leal ainda lhe respondeu: «Sou um parvo chamado Cunha Leal, que tem tido a desgraça de andar metido com vvocês.»

Atraídos pelo ruído dos tiros alguns marinheiros dominaram a custo o seu camarada que, mesmo agarrado e com o ar de uma pessoa desvairada, continuou a fazer os possíveis por abater o capitão. A chegada de Benjamim Pereira evitou que Cunha Leal fosse assassinado por outros marinheiros, vindos do interior do Arsenal, que queriam à viva força abatê-lo.

Gerada a confusão, meteram Cunha Leal num carro que conseguiu saír do Arsenal apesar da gritaria dos marinheiros e das praças da guarda que, sempre com apoio dos civis presentes, queriam à força matá-lo. Cunha Leal, presentindo que o queriam afastar de Antônio Granjo, saltou do carro e reentrou no Arsenal, agora quase sem oposição. Estupefactos, os marinheiros abriram alas e deixaram-no aproximar-se de Antônio Granjo, que estava preso num quarto do pavilhão dos oficiais de serviço.

Ao vê-lo, com o pescoço ligado, com a gravata e o colarinho cobertos de sangue e com o pescoço «ainda a gotejar», Antônio Granjo exclamou:

«Ó Leal! Por minha causa... Coitado!»

«Não pense nisso não me magoe com essas palavras!»

Se desmaiou ou não, é coisa que nunca se virá a saber, mas é natural que não tenha resistido à perda de sangue, à emoção, ao clima das últimas horas.

Quando Agatão Lança, Carvalho dos Santos, Jacinto Simões, Afonso de Macedo e Augusto Gomes conseguiram entrar no interior do Arsenal, estava Cunha Leal, com as feridas do pescoço novamente abertas, gritando para a multidão que o cercava:

«Os senhores têm o direito de ser assassinos, mas não o de se dizerem republicanos...»

Agatão Lança correu sobre a multidão e evitou que um marinheiro disparasse a pistola que já tinha apontada à cabeça de Cunha Leal e, depois de uma discussão violenta, conseguiu fazer saír o ferido a coberto de uma barragem formada pelos seus companheiros. Daí em diante Cunha Leal permaneceu no hospital, onde mais tarde veio a saber o que acontecera ao seu hóspede.

António Granjo, metido no quarto e e, onde se refugiara a conselho de um criado, horrorizado pelas cenas vergonhosas que se desenrolavam no pátio do Arsenal, aguardou, exausto, o desenrolar dos acontecimentos.

Tresloucados, ébrios de vinho e possuídos da psicose das multidões, os marinheiros e os civis que se encontravam no Arsenal juntavam-se em magotes exigindo a morte de Granjo e excitando-se uns aos outros a fim de ganharem coragem para o irem assassinar. Afonso de Macedo, membro do comité revolucionário, que lá para as bandas da Rotunda celebrava a vitória pacífica da revolução, ainda os tentou deter e escapou ileso quando alguém disparou sobre ele. Chorando de raiva e de desespero, abrigou-se com dois oficiais do Exército no túnel de ingresso e foi alvo, com os seus companheiros, dos tiros disparados pelos insurrectos que se encontravam no interior do Arsenal.

Subitamente um magote de gente subiu a escada que levava ao quarto de Antônio Granjo e, dispersando o grupo de oficiais que pretendia defendê-lo, abriu a porta do quarto n.º 3 e esbarrou com o antigo presidente do Ministério.

«Estavas aí? Salta cá para fora!»

«Julgavas escapar?»

«Desce esses degraus!»

Granjo saltou os três degraus e gritou para a multidão:

«Miseráveis, já sei o que vocês querem!»

Depois, num último arremesso de raiva, gritou-lhes, já a despedir-se da vida:

«Matem-me, que matam um bom republicano!»

Soou a primeira descarga. Soou a segunda descarga e Antônio Granjo caíu no chão. Soou a terceira descarga e um clarim da GNR, que capitaneava o bando, cravou a espada no ventre do cadáver. A lâmina atravessou o corpo de Antônio Granjo e espetou-se no solo.

Pondo o pé em cima do cadáver, o clarim sacou a espada e, erguendo-a, gritou à multidão:

«Venham ver de que cor é o sangue do porco!»

A MORTE DE MACHADO SANTOS

Os relatos da época, confirmados por quantos assistiram aos acontecimentos, são detalhados acerca da morte de Antônio Granjo.

Machado Santos, porém, foi levado pela calada da noite, na «camioneta-fantasma», e pouco se pode afirmar acerca da forma como morreu o herói da Rotunda.

Entregue pelo tenente Bento Freire de Matos Mergulhão ao marinheiro Abel Olímpio para ele ir buscar Carlos da Maia, esta camioneta foi usada por este assassino e pelos companheiros para o transporte das suas vítimas.

Como não podia deixar de ser, a camioneta transformou-se num símbolo da «noite sangrenta». Mesmo quem não sabe ao certo o que se passou na noite de 19 para 20 de Outubro de 1921 ouviu falar na «camioneta fantasma» e sabe que ela está associada a uma série de crimes repugnantes.

Machado Santos, levado a meio da noite na «camioneta fantasma», foi assassinado na Avenida Almirante Reis, possivelmente ao fundo da Calçada do Desterro.

É isso o que se depreende do depoimento do sr. Augusto Gomes, o empresário do Teatro Apolo que as circunstâncias transformaram numa das poucas testemunhas dos acontecimentos dessa noite.

Augusto Gomes, vindo de Pedrouços, chegou à porta do Arsenal e deparou «com um grupo de civis armados que lhe confessaram esperarem ali a passagem do automóvel do sr. Cunha Leal para o assassinarem».

Depois dos acontecimentos acima relatados Augusto Gomes acompanhou Cunha Leal ao hospital e, tendo-o deixado em casa, seguiu para a Presidência da República a fim de dar a notícia da morte de Antônio Granjo ao Chefe de Estado e daí seguiu para a Rotunda a fim de pedir ao chefe dos insurrectos que mandasse guardar a casa de Antônio José de Almeida, a essa hora ainda guardada apenas por dois polícias. Da Presidência da República seguiu para o Rossio, onde esteve algum tempo a conversar com amigos e depois tomou um trem conduzido por um cocheiro conhecido pela alcunha de «O cambalhotas». O trem tomou o caminho de Arroios e foi parado, em caminho, por dois polícias que levaram o empresário até à esquadra da Mouraria, por este lhes ter respondido «bruscamente». Novamente a caminho da casa da actriz Maria Alves, Augusto Gomes viu, quase em frente das Encomendas Postais, uma motocicleta com «side-car» pertencente à «Imprensa da Manhã», o jornal de Liberato Pinto, que fizera a campanha iá acima referida contra o Governo de António Granjo.

Ao chegar ao fundo da Calçada do Desterro, o trem foi novamente detido, «desta vez por dois indivíduos fardados de marinheiros», que disseram precisar do trem para transportar um cadáver. O trem rodou para o outro lado da avenida e deteve-se perto de uma camioneta que se encontrava estacionada no local. Tendo perguntado quem era o morto, Augusto Gomes foi informado «sacudidamente» que se tratava de Machado Santos. Relata o empresário do Apolo que nessa altura notou fazerem parte do grupo, além de três indivíduos envergando uniformes da Guarda, mais uns seis ou oito fardados de marinheiros.

Membros do grupo meteram então o cadáver de Machado Santos no trem, que fizeram seguir para a morgue, enquanto outros ficavam no local com o empresário. Narra Augusto Gomes que nessa altura foi interrogado acerca das moradas de Barros Queiroz, Alfredo da Silva, Sotto Mayor e Fausto de Figueiredo, e que tentou impedir que eles fossem visitados pelos assassinos, afirmando-os bons republicanos. Passado tempo chegou uma ronda da Marinha comandada por um sargento, a quem os assassinos disseram ir a passar no local, trazendo Machado Santos sob prisão e terem sido atacados por «um grupo» que matara o almirante.

Quando [illegible] regressou da morgue, o empresário tomou-o novamente e regressou a casa conversando com o «Cambalhotas», que lhe contou terem os assassinos, a caminho da morgue, continuado às coronhadas ao cadáver de Machado Santos.

Este depoimento, e outros prestados no decorrer do julgamento de alguns dos assassinos, permitem afirmar-se que Machado Santos foi assassinado na Avenida Almirante Reis.

O ASSASSÍNIO DE BOTELHO DE VASCONCELOS

Botelho de Vasconcelos era uma figura secundária na vida política da época, mas isso não o impediu de ser vitimado pelos assassinos.

Pelas duas horas, estando o coronel a escrever no gabinete de trabalho da sua residência da Rua Gonçalves Crespo, ouviu bater à porta e, abrindo-a deparou com dois indivíduos fardados de marinheiros que lhe deram ordem de prisão.

Botelho de Vasconcelos nem sequer perguntou porquê — foi às traseiras do edifício e, batendo as palmas, atraíu a atenção de dois sobrinhos, que viviam num prédio contíguo, a quem informou do que se passava.

Depois, tendo pedido para envergar a farda e obtido o consentimento dos assassinos, começou a encher a cigarreira, enquanto um deles irritado, protestava contra a demora, dizendo.

«Não vale a pena. O senhor não tem tempo para fumar e, se fumar, fuma o seu último cigarro».

Cá fora o coronel constatou que os assassinos estavam acompanhados por uma patrulha da Guarda, que os marinheiros afastaram, alegando já não ser precisa.

Metido na «camioneta-fantasma», o coronel seguiu em direcção ao Arsenal.

Henrique Alberto Teixeira, enfermeiro da «Cruz de Malta», viria a encontrar o seu cadáver, passado tempo, em frente do Arsenal: «O infeliz estava atravessado a meio do portão do Arsenal, a parte do tronco ainda dentro do edifício. Ajudado pelos meus colegas, depressa verifiquei que o infeliz ainda vivia e assim o declarei àqueles que nos rodeavam. Antes o não disseral Aqueles homens, sedentos de sangue e cegos pelo ódio, agrediram ainda o quase cadáver do oficial...»

De acordo com o relato de um colega deste enfermeiro, ao saber que o coronel ainda estava vivo um marinheiro disparou mais dois tiros contra o seu corpo.

O cadáver de Botelho de Vasconcelos foi atirado para dentro do «side-car» e um marinheiro, afirmando ter poderes para tal, apossou-se dos objectos pessoais (que nunca mais foram vistos...) do infeliz coronel.

AMANHÃ:

A VERSÃO DE REINALDO FERREIRA